



ACADEMIA MILITAR

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO FURTO DE CORTIÇA. O PROGRAMA CORTIÇA SEGURA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João Miguel Martins Plácido

Orientadora: Professora Doutora Ana Fernanda Neves

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017



ACADEMIA MILITAR

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO FURTO DE CORTIÇA. O PROGRAMA CORTIÇA SEGURA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João Miguel Martins Plácido

Orientadora: Professora Doutora Ana Fernanda Neves

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

EPÍGRAFE

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda
pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”*

(Arthur Schopenhauer)

DEDICATÓRIA

Por tudo, ao Senhor Joaquim António Magessi Martins.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente estudo apenas foi conseguida mediante o contributo de um vasto leque de entidades, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do presente RCFTIA. Deste modo, e sem atribuir maior ou menor relevância pela ordem de agradecimentos, gostaria de agradecer:

À Senhora Professora Doutora Ana Fernanda Neves, minha orientadora, pela total disponibilidade demonstrada, bem como o auxílio prestado ao longo de todas as fases da investigação;

Ao Tenente-Coronel Rogério Copeto, meu coorientador, pelo auxílio prestado e pelo constante encaminhamento da investigação;

Ao Tenente Luís Maciel, criador do Projeto “Cortiça Segura” na sua zona de ação, pela grande entrega a esta causa. Para além desse facto, agradeço ao Tenente Maciel pela grande disponibilidade e ajuda prestada durante todo o percurso da investigação;

À Capitã Ana Pereira e ao Tenente Tiago Fernandes, pelo grande envolvimento e interesse que demonstraram por esta problemática nas suas zonas de ação, bem como pela ajuda prestada ao longo de toda a investigação.

À União da Floresta Mediterrânica (UNAC), na pessoa do Senhor Engenheiro Nuno Calado; à Associação dos Produtores Florestais do Vale do Sado (ANSUB), na pessoa do Engenheiro Pedro Silveira; à Associação dos Agricultores de Grândola, na pessoa dos Senhores António Rocha e Luís Dias; à AFLOSOR e à AFLOBEI; à AMORIM Florestal na pessoa do Engenheiro Pedro Lopes; pelo grande contributo dado à investigação, tanto ao nível da divulgação dos questionários, bem como pelas entrevistas facultadas;

A todos os restantes entrevistados e a todos os agricultores que aceitaram responder ao inquérito por questionário, pelo papel fundamental que desempenham nesta temática;

Ao Senhor Professor Jorge Rodrigues, pelo incansável apoio prestado na formação do presente RCFTIA, a par do apoio dado no trabalho com o programa IBM SPSS;

Aos meus pais, ao meu irmão, à minha namorada e a todos os restantes familiares, bem como amigos, pelo grande apoio e compreensão prestados ao longo de toda esta etapa.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de investigação encontra-se subordinado ao tema “*A Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça. O Programa Cortiça Segura*”, e tem em vista a verificação da relevância do policiamento de proximidade desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana neste âmbito.

Deste modo, optou-se pela utilização do método hipotético-dedutivo, tendo sido levantadas hipóteses de investigação, sendo que as mesmas poderão ser confirmadas ou refutadas no final da investigação. Para além disso, é dada resposta às perguntas derivadas e consequentemente à pergunta de partida.

Tal investigação parte de uma análise documental, dividindo-se a mesma numa análise bibliográfica e numa análise de dados secundários recolhidos junto do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana. Seguidamente, numa parte prática de trabalho de campo, foram levadas a cabo entrevistas a diversas entidades com responsabilidades no assunto em investigação, tendo sido ainda aplicados inquéritos por questionário a produtores de cortiça.

Este trabalho é constituído por sete capítulos, divididos em três partes: uma primeira parte, puramente concetual e teórica, composta pelos primeiros cinco capítulos; uma segunda parte, composta pelo Capítulo 6, na qual se procede ao tratamento, análise e apresentação dos dados recolhidos; e por último, a terceira parte, na qual se procede às conclusões e recomendações que advêm da presente investigação.

Conclui-se que as medidas aplicadas pela Guarda Nacional Republicana são relevantes e efetivas, tendo-se traduzido até ao momento numa redução do número de ocorrências e num aumento do sentimento de segurança dos produtores nas áreas de aplicação das medidas. Assim, emerge a necessidade de ampliar o Programa “Cortiça Segura” às restantes áreas do dispositivo afetadas por esta problemática, mediante uma diretiva operacional. Para além disso, urge a aplicação de medidas legislativas que possibilitem um maior controlo da atividade da recetação, o que trará resultados ao nível da dissuasão da referida criminalidade.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; Policiamento de Proximidade; Furto; Recetação; Cortiça.

ABSTRACT

The present research work is subordinated to the theme "*The National Republican Guard in the prevention and combat of cork theft: The Safe Cork Program*", and has in view the verification of the relevance of the proximity policing developed by the National Republican Guard in this sphere.

In this way, the hypothetical-deductive method was chosen, and research hypotheses were raised, which could be confirmed or refuted at the end of the investigation. In addition, the derived questions and, consequently, the main question are answered.

This investigation starts from a document analysis, dividing it into a bibliographic analysis and an analysis of secondary data collected from the Operational Command of the National Republican Guard. Then, in the actual field work, interviews were carried out with several entities with responsibilities in the subject under investigation, and questionnaires were also applied to cork producers.

This paper consists of seven chapters, divided into three parts: a first part, purely conceptual and theoretical composed of the first five chapters; a second part comprising the Chapter 6, in which proceeds to the processing, analysis and presentation of the collected data; and lastly, the third part, where it proceeds to the conclusions and recommendations arising from this research.

It is therefore concluded that the measures applied by the National Republican Guard are relevant and effective, and have so far translated into a reduction in the number of occurrences and an increase in the security of the producers in the areas of application of the measures. Thus, the need emerges to extend the "Safe Cork" Program to the other areas under the responsibility of the guard affected by this problem, through an operational directive. In addition, there is an urgent need for legislative measures to be taken to allow more control over the activity of the reception, which will result in the deterrence of such crime.

Keywords: National Republican Guard; Proximity Policing; Theft; Fencing (illegal) /Reception; Cork.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCETUAL	4
1.1. Segurança.....	4
1.1.1 As políticas públicas de segurança.....	6
1.2. Policiamento de proximidade e policiamento comunitário	7
1.2.1. Os programas especiais de policiamento de proximidade	9
1.3. Os crimes contra o património.....	10
1.3.1. Caracterização geral dos crimes contra o património	12
1.3.2. O crime de furto	12
1.3.3. O crime de recetação	13
CAPÍTULO 2 – O FURTO DE CORTIÇA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	14
2.1. A cortiça e o seu mercado	14
2.2. Os furtos de cortiça: a dispersão territorial e as suas consequências.....	15
CAPÍTULO 3 – AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS	16
3.1. O programa “Cortiça Segura”	16
3.2. O caso do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo	17
3.3. O exemplo do furto de pinha e do furto de metais não preciosos: A necessidade urgente de uma medida legislativa.....	17
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	19

4.1. Introdução.....	19
4.2. Tipo de abordagem.....	19
4.3. Método Científico	20
4.4. Modelo de análise	20
CAPÍTULO 5 – MÉTODOS E MATERIAIS	22
5.1. Caracterização do contexto de observação	22
5.2. Procedimentos, métodos e técnicas de recolha de dados	22
5.2.1. Entrevistas	23
5.2.2. Inquéritos por questionário.....	24
5.3. Caracterização da amostra.....	25
5.4. Técnicas de tratamento e análise de dados	25
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
6.1. Introdução.....	27
6.2. Análise dos dados secundários	27
6.2.1. Conclusões dos dados secundários	27
6.3. Análise das entrevistas	29
6.3.1. Conclusões das entrevistas	40
6.4. Análise dos inquéritos por questionário.....	41
6.4.1. Análise da fiabilidade dos inquéritos por questionário.....	42
6.4.2. Análise da 2. ^a parte do questionário - Caracterização dos inquiridos.....	43
6.4.3. Análise da 3. ^a parte do questionário - Questões	43
6.4.4. Conclusões dos inquéritos por questionário	46
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
7.1. Verificação das hipóteses formuladas	47
7.2. Respostas às perguntas derivadas da investigação.....	49
7.3. Resposta à pergunta de partida e confirmação dos objetivos da investigação	53
7.4. Reflexões finais	55
7.5. Limitações e investigações futuras.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – ESQUEMA EXPLICATIVO DA NATUREZA DOS CRIMES EM ESTUDO.....	I
APÊNDICE B – ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS	II
APÊNDICE C – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	X

APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.....	XI
APÊNDICE E – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTADAS....	XV
APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	XVII
APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO	XXII
APÊNDICE H – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	XXIV
APÊNDICE I – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	XXX
APÊNDICE J – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	LIV
J.1. Análise da 2. ^a parte do questionário - Caracterização dos inquiridos	LIV
J.2. Análise da 3. ^a parte do questionário – Questões.....	LV
ANEXOS	LXIX
ANEXO A – CICLO VIRTUOSO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	LXIX
ANEXO B – PAÍSES EXPORTADORES DE CORTIÇA	LXX
ANEXO C – EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CORTIÇA PAGA À PRODUÇÃO.	LXXI
ANEXO D – ÁREAS DE MONTADO DE SOBRO EM PORTUGAL.....	LXXII
ANEXO E – FORMULÁRIO DE REGISTO DE PROPRIEDADE	LXXIII
ANEXO F – VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	LXXIV

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Número de ocorrências de furto de cortiça por distrito (2011-2016)	15
Gráfico n.º 2 - Número de ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR	II
Gráfico n.º 3 - Incidência por meses das ocorrências de furtos de cortiça	II
Gráfico n.º 4 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Évora	III
Gráfico n.º 5 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Montemor-o-Novo ...	IV
Gráfico n.º 6 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Setúbal	V
Gráfico n.º 7 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Grândola	VI
Gráfico n.º 8 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Santiago do Cacém ..	VII
Gráfico n.º 9 - Ocorrências de furtos de cortiça nos três DTer em estudo	VIII
Gráfico n.º 10 – Produtores associados	LIV
Gráfico n.º 11 – Associações às quais pertencem	LIV
Gráfico n.º 12 – Dimensões das propriedades	LIV
Gráfico n.º 13 – Análise da questão 2.1	LV
Gráfico n.º 14 - Análise da questão 2.2	LVI
Gráfico n.º 15 – Análise da questão 2.3	LVI
Gráfico n.º 16 - Análise da questão 2.4	LVII
Gráfico n.º 17 – Análise da questão 2.5	LVII
Gráfico n.º 18 - Análise da questão 2.6	LVIII
Gráfico n.º 19 - Análise da questão 2.7	LIX
Gráfico n.º 20 - Análise da questão 2.8	LX
Gráfico n.º 21 - Análise da questão 2.9	LXI
Gráfico n.º 22 - Análise da questão 2.10	LXII
Gráfico n.º 23 - Análise da questão 2.11	LXIII
Gráfico n.º 24 - Análise da questão 2.12	LXIV
Gráfico n.º 25 - Análise da questão 2.13	LXV
Gráfico n.º 26 - Análise da questão 2.14	LXVI
Gráfico n.º 27 - Análise da questão 2.15	LXVI
Gráfico n.º 28 - Análise da questão 2.16	LXVII
Gráfico n.º 29 - Análise da questão 2.17	LXVIII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1- Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas	29
Tabela n.º 2- Dados considerados na análise dos inquéritos por questionário	42
Tabela n.º 3- Cálculo do Alpha de Cronbach	42
Tabela n.º 4 - Número de ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR	II
Tabela n.º 5 - Incidência por meses das ocorrências de furtos de cortiça	III
Tabela n.º 6 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Évora.....	III
Tabela n.º 7 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Montemor-o-Novo	IV
Tabela n.º 8 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Setúbal	V
Tabela n.º 9 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Grândola.....	VI
Tabela n.º 10 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Santiago do Cacém..	VII
Tabela n.º 11 - Ocorrências de furtos de cortiça nos três DTer em estudo	VIII
Tabela n.º 12 – Caracterização das entidades entrevistadas	XV
Tabela n.º 13 – Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas.....	XXX
Tabela n.º 14 – Matriz das unidades de contexto e de registo por questão	XXXIV
Tabela n.º 15 – Localização das propriedades dos inquiridos.....	LIV
Tabela n.º 16 - Análise da questão 2.1	LV
Tabela n.º 17 – Análise da questão 2.2.....	LV
Tabela n.º 18 - Análise da questão 2.3	LVI
Tabela n.º 19 - Análise da questão 2.4	LVI
Tabela n.º 20 - Análise da questão 2.5	LVII
Tabela n.º 21 - Análise da questão 2.5 por localização das propriedades	LVII
Tabela n.º 22 - Análise da questão 2.6	LVIII
Tabela n.º 23 - Análise da questão 2.7	LIX
Tabela n.º 24 - Análise da questão 2.7 por localização das propriedades	LX
Tabela n.º 25 - Análise da questão 2.8	LX
Tabela n.º 26 - Análise da questão 2.8 por localização das propriedades	LXI
Tabela n.º 27 - Análise da questão 2.9	LXII
Tabela n.º 28 - Análise da questão 2.9 por localização das propriedades	LXII
Tabela n.º 29 - Análise da questão 2.10	LXIII
Tabela n.º 30 - Análise da questão 2.11	LXIII

Tabela n.º 31 - Análise da questão 2.12	LXIV
Tabela n.º 32 - Análise da questão 2.12 por localização das propriedades	LXIV
Tabela n.º 33 - Análise da questão 2.13	LXV
Tabela n.º 34 - Análise da questão 2.13 por localização das propriedades	LXV
Tabela n.º 35 - Análise da questão 2.14	LXVI
Tabela n.º 36 - Análise da questão 2.15	LXVI
Tabela n.º 37 - Análise da questão 2.16	LXVII
Tabela n.º 38 - Análise da questão 2.17	LXVIII
Tabela n.º 39 – Verificação das hipóteses	LXXIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Esquema explicativo da natureza dos crimes em estudo	I
Figura n.º 2 - Número de ocorrências de furtos de cortiça por Distrito (2011-2016)	IX
Figura n.º 3 – Desenho da investigação	X
Figura n.º 4 – Caracterização da ZA do DTer Santiago do Cacém.....	XI
Figura n.º 5 – Caracterização da ZA do DTer Montemor-o-Novo	XII
Figura n.º 6 – Caracterização da ZA do DTer Grândola.....	XIII
Figura n.º 7 – Mapa de Portugal Continental com a marcação da área em estudo	XIV
Figura n.º 8 - Ciclo virtuoso de uma política pública.....	LXIX
Figura n.º 9 – Países exportadores de cortiça.....	LXX
Figura n.º 10 - Evolução do preço da cortiça à produção no período 1959-2013.....	LXXI
Figura n.º 11 - Evolução do preço da cortiça à produção no período 2008-2016	LXXI
Figura n.º 12 – Áreas de montado de sobreiro em Portugal	LXXII
Figura n.º 13 – Formulário de Registo de Propriedade	LXXIII

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

A

AAG- Associação dos Agricultores de Grândola

Ac. - Acórdão

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

AFLOSOR - Associação Dos Produtores Florestais Da Região Ponte De Sor

Al. - Alínea

ANSUB- Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado

Art.º - Artigo

AR – Assembleia da República

AT – Autoridade Tributária

C

Cat. - Categoria

CO – Comando Operacional

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CTer - Comando Territorial

CRP – Constituição da República Portuguesa

D

DAF – Destacamento de Ação Fiscal

DI- Direção de Informações

DL – Decreto-Lei

DTer - Destacamento Territorial

G

GE – Guião de entrevista

GNR - Guarda Nacional Republicana

H

H- Hipóteses

Ha - Hectare

I

IC – Investigação criminal

L

LOGNR- Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

LSI – Lei de Segurança Interna

M

MP - Ministério Público

O

OAS- Operação Azeitona Segura

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

P

PCS - Programa Campo Seguro

PD - Pergunta derivada

PEPP- Programas Especiais de Policiamento de Proximidade

PP- Pergunta de partida

PTer - Posto Territorial

R

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RCFTIA - Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

U

UC – Unidade de Contexto

UE – Unidade de Enumeração

UNAC – União da Floresta Mediterrânica

UR - Unidade de Registo

T

TR -Tribunal da Relação

S

SubCat. - Subcategoria

Z

ZA - Zona de ação

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) encontra-se inserido na estrutura curricular do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Academia Militar. O presente RCFTIA, que tem uma considerável relevância “na conclusão do ciclo de estudos dos mestrados integrados” (Academia Militar, 2016, p. 1), encontra-se subordinado ao tema “*A Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça. O programa Cortiça Segura*”.

A sociedade na qual vivemos encontra-se em constante mutação, sendo que, inerente a esta mutação, “o crime tem vindo a modificar-se e, simultaneamente, a intensificar-se, traduzindo-se num fenómeno social” (Mendonça, 2012, p. 430). No passado ano de 2016, e contrariamente à tendência dos últimos anos (de aumento da criminalidade), verificou-se uma redução de 7,1% no número de participações de crimes em relação ao ano transato (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2017).

Ainda assim, e segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2016, “a categoria dos crimes contra o património e nestes o crime de furto continua a ser a mais representativa, com mais de metade dos registos criminais” (SSI, 2017, p. 9).

Incluindo-se na categoria de “outros furtos”, o furto de cortiça, que se vinha intensificando (no que diz respeito ao número de ocorrências registadas) nos últimos cinco anos, acompanhou a tendência da restante criminalidade. Foram registadas 2640 ocorrências de furtos inseridos na referida categoria (“outros furtos”) no ano de 2016, o que se traduz numa quebra de 26,9 % relativamente a 2015 (SSI, 2017).

No entanto, e segundo Lourenço (2013), nas sociedades contemporâneas ocidentais, produzir segurança deixou de passar apenas pela diminuição daquilo que é a insegurança objetiva (a pequena e média criminalidade, a título de exemplo), sendo cada vez mais relevante a segurança subjetiva, que se retrata pelo sentimento de insegurança.

O Estado, na procura de mitigar tal sentimento de insegurança e de reforçar o sentimento de segurança das suas populações, promove políticas de segurança, atribuindo especial relevância na busca do cumprimento das mesmas, bem como em toda a atividade de segurança interna às Forças de Segurança.

Conhecendo as necessidades de segurança expressas pela população das suas áreas de responsabilidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR), através do Destacamento

Territorial (DTer) de Grândola e do DTer Santiago do Cacém, ambos do Comando Territorial (CTer) de Setúbal, bem como do DTer Montemor-o-Novo do CTer Évora, promoveu medidas de prevenção e repressão de um fenómeno criminal que, para além de uma grande incidência nas respetivas áreas, apresenta uma influência crescente e significativa no sentimento de insegurança das suas populações: o furto de cortiça.

Deste modo, a escolha do presente tema surge da necessidade de estudar a atuação da GNR no que à prevenção e combate aos furtos de cortiça diz respeito. Pretende-se, em particular, saber a medida da relevância do policiamento de proximidade, e das respetivas medidas aplicadas pela GNR, com vista a prevenir e reprimir este fenómeno criminal. Tal assunto, para além de inovador no que toca ao seu tratamento, reveste-se de uma inquestionável pertinência, dado tratar-se de um fenómeno recente e atual.

Segundo Sarmiento (2013), após se proceder à identificação do problema a investigar, deve-se formular a pergunta de partida (PP):

PP - Qual a relevância do policiamento de proximidade da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça?

Após ter sido formulada a PP e as respetivas perguntas derivadas (PD), foram “definidos os objetivos da investigação” (Sarmiento, 2013, p. 11), sendo o objetivo geral (OG) da presente investigação:

OG – Avaliar o impacto e influência das medidas aplicadas pela GNR, com vista à prevenção e repressão dos furtos de cortiça.

Do OG atrás referido surgem os seguintes objetivos específicos (OE):

OE₁ - Caracterizar o referido fenómeno criminal no período compreendido entre 2011 e 2016;

OE₂ - Identificar as medidas vigentes no Programa “Cortiça Segura”, na zona de ação (ZA) do DTer Grândola e na ZA do DTer Santiago do Cacém, ambos do CTer de Setúbal;

OE₃ - Identificar as medidas aplicadas com vista à prevenção e repressão dos furtos de cortiça na ZA do DTer Montemor-o-Novo do CTer Évora;

OE₄ - Identificar as entidades que se constituíram como parceiras da GNR no âmbito da prevenção do fenómeno em causa;

OE₅ – Analisar fenómenos criminais semelhantes, tendo em vista verificar se as medidas tomadas são efetivas numa eventual aplicação das mesmas ao fenómeno em estudo.

Por forma a dar cumprimento aos objetivos anteriormente definidos, bem como uma resposta à PP e respetivas PD, o presente RCFTIA encontra-se organizado em três partes.

Numa primeira parte, puramente concetual e teórica (composta pelos cinco primeiros capítulos) é definido um “percurso” que parte daquilo que é uma definição genérica do conceito de segurança, abordando mais aprofundadamente o mesmo conceito, passando pelas políticas públicas de segurança e pelo policiamento de comunitário e de proximidade. Segue-se a temática dos programas especiais de policiamento de proximidade e dos crimes contra o património, onde se dá especial enfoque aos crimes de furto e de recetação (Capítulo 1). Tal “percurso” culmina na definição das causas e consequências do fenómeno criminal em estudo (Capítulo 2) e nas soluções encontradas e as tidas em vista para resolver a referida problemática (Capítulo 3).

Nesta primeira parte, incluem-se ainda dois capítulos (os Capítulos 4 e 5). No Capítulo 4, sobre metodologia, é estabelecido o percurso metodológico a seguir na investigação, dando especial relevância às metodologias explanadas por Sarmiento (2013) e Quivy & Campenhoudt (2008). Neste capítulo são explanados o método científico utilizado, as perguntas derivadas da investigação e as hipóteses (H) levantadas. Quanto ao Capítulo 5, sobre métodos e materiais, caracteriza-se o contexto de observação, definem-se os métodos e técnicas de recolha de dados e procede-se a uma caracterização da amostra e das técnicas a serem utilizadas no tratamento dos dados recolhidos.

A segunda parte do presente RCFTIA tem em vista o tratamento, análise e apresentação dos dados recolhidos, aos quais se faz referência no Capítulo 5. Esta parte é composta pelo Capítulo 6, de análise e tratamentos dos resultados.

Por fim, a última parte, é composta pelo Capítulo 7, onde se apresentam as conclusões e recomendações. Neste procede-se a uma reflexão acerca do conhecimento produzido, mediante a resposta às questões da investigação (à PP e às PD), bem como a verificação das hipóteses levantadas. Neste Capítulo, são ainda dadas a conhecer as limitações da presente investigação, bem como sugeridas possíveis investigações futuras neste âmbito.

Devem ainda considerar-se as referências bibliográficas (que surgem imediatamente após a Capítulo 7), bem como os Apêndices e Anexos, nos quais constam gráficos, tabelas e imagens, recolhidos (Anexos) ou trabalhados pelo autor (Apêndices). Destes, constam ainda outros dados considerados relevantes para a presente investigação que, pela sua dimensão, não foi possível inserir no corpo do presente trabalho de investigação aplicada.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1. Segurança

O conceito de segurança “é relativamente recente e de natureza polissémica” (Silvério, 2010, p. 60). Alves (2011, p. 74) define segurança como “o estado ou a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”. Já segundo Couto (1988, p. 21), a segurança é a “preocupação primária do Estado, a fim de poder garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses”.

Analisando as definições de Alves e Couto previamente apresentadas, são vários os pontos de concordância. No entanto, há que acentuar a vertente da subsistência/independência e da integridade das características¹ de um determinado “sistema”, o qual é considerado como “ambiente” na definição de Alves e como sendo “o Estado” na definição de Couto.

A par de Couto, também Teixeira (2002), considera que o conceito de segurança tem de ser visto como uma questão de Estado, acrescentando ainda que a segurança tem de ser tratada como uma condição fundamental de liberdade, que possibilite que todos os cidadãos usufruam dos seus direitos, liberdades e garantias (Teixeira, 2002). Tal direito encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP)².

Similarmente, Alves (2010, p. 136) afirma que a segurança é um bem social e uma questão de Estado, sendo que na ausência de segurança não existe liberdade nem desenvolvimento. O mesmo autor defende que a segurança, agregada ao bem-estar e à justiça, são os fins últimos do Estado (Alves, 2008, p. 41).

¹ O que Alves refere como sendo “preservação e condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” e Couto define como “a fim de poder garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses”. As características do conceito de segurança que segundo Alves (2008, p. 29) são “a garantia da independência, da soberania, da integridade territorial e da unidade de Estado”.

² Art.º 27.º/1 da CRP: “Todos têm direito à liberdade e à segurança” (Assembleia da República [AR], 2005). Para efeitos da presente investigação considera-se a última alteração constitucional (2005), tendo como base a Lei Constitucional n.º 1 de 1976.

Dado se tratar de um dos seus objetivos primordiais, é responsabilidade do Estado promover o sentimento de segurança³ no seio das populações. Para Amado (2016, p. 41) o sentimento de segurança resulta da “ausência de ameaças que possam alterar esse estado”, acrescentando que se trata de uma “necessidade imanente para o bem-estar individual e coletivo” (Amado, 2016, p. 41). Por sua vez, Reale⁴ (1994, p. 86) avança que o sentimento de segurança é “o estado de espírito dos indivíduos e dos grupos na intenção de usufruir de um complexo de garantias, (...) capazes de fazer gerar e proteger aquele estado de espírito de tranquilidade e concórdia”.

Ainda assim, e cada vez mais, o Estado vem demonstrando ser incapaz de, isoladamente, melhorar o sentimento de segurança, devido a “um conjunto de fatores sociais, económicos e culturais, incitadores da insegurança”⁵ (Amado, 2016, p. 42). Tais fatores contribuem para que se instale no seio das populações um sentimento de insegurança, definido por Lourenço (2010, p. 24) como “um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime”. Para Gonçalves citado por Leitão (2000, p. 2) o sentimento de insegurança “assume-se como um problema tão grande como o próprio crime em si”, o que leva à perda de confiança dos cidadãos para com o próprio Estado, na medida em que este deve ser o principal regulador e a instituição que deve garantir a paz e a harmonia sociais (Mendonça, 2012).

Segundo Manuel (2001, p. 207) uma das formas de se combater o sentimento de insegurança passa por “uma atuação pró-ativa na investigação” por parte das Forças de Segurança, conseguindo-se desta forma “envolver a população local e, numa proximidade efetiva, contribuir decisivamente para reforçar o sentimento de segurança”. Já Oliveira (2006, p. 69) defende que “o novo conceito de segurança passará pela implementação de novas políticas e práticas de segurança, pelo estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade civil”.

3 “O sentimento de segurança dos cidadãos e das comunidades tem na sociedade de informação em que vivemos uma acentuada componente psicológica (...) com um grau de flutuação muito elevado que decorre daquilo que lhes é dado a conhecer através dos órgãos de comunicação social.” (Valente, 2001, p. 5).

4 Reale (1994, p. 86) aborda o conceito de segurança como sendo “algo de subjetivo, um sentimento”.

5 Costa, H.; Lobo, J. & Nunes, C. M. (2005) citado por Capelo (2010, p. 14) refere que “os fenómenos de exclusão, pobreza, conflitualidade étnica, criminalidade mais ou menos violenta” levam a uma “desagregação social”, que por sua vez conduz “a um acumular de tensões que pode culminar em incidentes mais ou menos perigosos, para pessoas e bens traduzindo-se num sentimento de insegurança pública”.

Assim, é na procura de reforçar o sentimento de segurança que o Estado promove políticas de segurança, atribuindo especial relevância na busca do cumprimento das mesmas, bem como em toda a atividade de segurança interna⁶ às Forças de Segurança⁷.

1.1.1 As políticas públicas de segurança

As políticas públicas de segurança são

“um conjunto (...) de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados, uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança” (Dieu, 1999, p. 29).

Para Machado (2009), toda e qualquer política pública apresenta um “círculo virtuoso”⁸. Tal círculo tem de estar em permanente “retro alimentação”, ou seja, as políticas públicas de segurança têm necessidade de ser alvo de constantes adaptações, sob pena de se tornarem ineficazes no seu propósito: dar uma resposta eficaz aos problemas securitários dos Estados (Fonseca, 2010).

Nesta sequência, as políticas públicas de segurança implicam a inscrição dos problemas de segurança na agenda política dos Estados. Só desta forma se conseguem definir “medidas gerais e sectoriais” com o objetivo de prevenir e reprimir as ameaças e riscos identificados, o que permite eliminar os problemas securitários de urgente resolução (Fernandes, 2012).

Esta emergência das políticas de segurança deve-se ao facto de os atuais modelos de polícia serem “incapazes de, por si só, fornecer uma resposta satisfatória às necessidades de segurança dos cidadãos” (Silva, 2010, p. 1).

É neste sentido que Oliveira (2006) define dois modelos de políticas de combate à insegurança. Num primeiro modelo, encontramos-nos perante um trabalho desenvolvido a nível normativo, que privilegia essencialmente três fatores: o reforço da autoridade policial, o agravamento das leis penais e o aumento da capacidade dos estabelecimentos prisionais. Num segundo modelo, dá-se um especial enfoque ao serviço que as forças e serviços de segurança desenvolvem no âmbito da proximidade ao cidadão e às respetivas populações, o

⁶ Art.º 1.º/1 da Lei de Segurança Interna (LSI): “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Assembleia da República [AR], 2008).

⁷ Art.º 272.º da CRP – “Polícia”.

⁸ Vide Anexo A.

que segundo o autor se traduz em resultados ao nível da prevenção, envolvendo outras estruturas de apoio.

O mesmo autor classifica as políticas públicas de segurança seguidas em Portugal desde o ano de 1974 até ao ano de 2002 “na base de três eixos distintos” (Oliveira, 2006, p. 285). No que diz respeito ao último dos eixos/períodos a que Oliveira se refere (“Políticas de segurança públicas”), uma das áreas de incidência das referidas políticas, no período compreendido entre 1995 e 2002, foi a implementação de programas de segurança, tendo iniciado com o programa “Escola Segura”. Este novo modelo de policiamento estendeu-se, posteriormente, a outras áreas nevrálgicas da sociedade, tais como os idosos (“Apoio 65 - Idosos em Segurança”) e os comerciantes (“Comércio Seguro”).

Assim, segundo Alves (2010, p. 136) “há que combinar cada vez mais os esforços das forças e serviços de segurança, com a colaboração das comunidades, promovendo o envolvimento das populações em termos controlados”, pelo que o modelo de policiamento de proximidade se revela um modelo de policiamento efetivo no presente e virado para o futuro.

1.2. Policiamento de proximidade e policiamento comunitário

O policiamento de proximidade surge como “uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial, prioritariamente preventiva⁹ às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração” (Oliveira, 2006, p. 215). Já Moleirinho (2009, p. 24) refere que este policiamento “tem na sua génese a gestão partilhada da questão de segurança”, pois a instituição policial, “apesar de ser um “parceiro”, atua conjuntamente com os outros parceiros da sociedade civil, autarquias locais, a educação e os movimentos cívicos, formando uma estrutura em rede de vasos comunicantes e convergentes para a resolução de um problema emergente” (Moleirinho, 2009, p. 24).

Na verdade, e em consonância com definição de Moleirinho, são diversos os autores que consideram o policiamento de proximidade e o policiamento comunitário como sendo uma e a mesma coisa¹⁰. Ferreira (2014, p. 6 e 7) considera que o policiamento de proximidade

⁹ Ferreira (2008, p. 109) define prevenção criminal como “qualquer medida política ou medida que tenha como consequência uma redução da criminalidade, redução essa que não ocorreria na ausência dessa política ou medida”, acrescentando que uma medida de prevenção criminal consiste “num único programa ou projeto”, como por exemplo “a implementação, durante um período delimitado de tempo, do policiamento de proximidade numa dada comunidade ou cidade.” (Ferreira, 2008, p. 109).

¹⁰ Canarias (2014, p. 14) ressalva que “independentemente da denominação – policiamento de proximidade ou comunitário (...) o entendimento dos autores é que a distinção é meramente semântica”.

“é fruto da filosofia anglo-saxónica do *community policing*, que se inscreve no modelo de policiamento comunitário, que tem vindo a ser adotado de forma generalizada nos países ocidentais, pelas diversas instituições policiais, por oposição ao policiamento tradicional de cariz reativo”.

Ainda assim, há autores que defendem a distinção entre ambos os conceitos. Ferreira & Sousa (2015, p. 84) defendem que

“a ideia de proximidade reflete uma necessidade de descentralização e aproximação aos cidadãos, por parte das instituições estatais, caracterizadas por uma estrutura de cariz vertical (...) sendo reservado aos cidadãos um papel de recetores das políticas públicas em matéria de segurança. O policiamento comunitário (...) caracteriza-se pela descentralização e pela estrutura horizontal das instituições, onde a polícia surge como um ator entre outros. Neste modelo, a comunidade é chamada a assumir um papel ativo, logo ao nível da identificação dos problemas e da definição das prioridades de ação, com vista à sua resolução”.

Deste modo, o policiamento comunitário¹¹ é definido por Bayley (1998) com base em quatro características que se encontram relacionadas e que acabam por se sequenciar. Em primeiro lugar a necessidade de consultar a população sobre problemas de segurança com as quais estas se deparam. Seguidamente, a estratégia policial deve ser definida e voltada para áreas onde ocorre o problema previamente identificado. Posteriormente, a necessidade de mobilização da comunidade como forma de autoproteção e de entreajuda com as demais instituições envolvidas, uma vez que “um dos instrumentos de maior relevância no policiamento comunitário são as parcerias”¹² (GNR, 2016). Este facto conduz à última característica do policiamento comunitário segundo Bayley: o foco das ações policiais, essencialmente no que diz respeito às ações de prevenção, deve ser a resolução dos problemas previamente identificados.

Weisburd & Eck (2004) consideram que o modelo de policiamento orientado para os problemas¹³ é muitas das vezes abarcado pelo modelo de policiamento comunitário, sendo que para Ferreira & Sousa (2015, p. 87) o modelo de policiamento comunitário tem como objetivo “a restauração das relações entre a polícia e os cidadãos, traduzindo as necessidades expressas pela população em prioridades policiais”.

¹¹ Segundo Loche (2012, p. 26) os “quatro princípios estruturadores e inter-relacionados da noção de policiamento comunitário são: descentralização, responsabilização, prevenção e parceria”.

¹² Ferreira (2008, p. 129) defende que “o envolvimento de diferentes parceiros traduz-se, normalmente, numa maior articulação de recursos e esforços e na potenciação dos efeitos “marginais” que cada parceiro poderia induzir”, concluindo que nunca se conseguiriam atingir os mesmos resultados “sem um trabalho em rede” (Ferreira, 2008, p. 129).

¹³ Oliveira (2006) refere que as forças policiais que se encontram orientadas para a resolução de problemas, tendem a identificar e diagnosticar os problemas de forma mais eficiente, sendo que este facto irá então resultar no desenvolvimento de soluções mais duráveis.

Como Força de Segurança “Humana, Próxima e de Confiança” que pretende ser, e como forma de traduzir as necessidades expressas pelas populações em prioridades policiais, a GNR, na sua Estratégia 2020, define como uma das suas linhas de orientação estratégicas: “reforçar a confiança dos cidadãos na instituição” (Guarda Nacional Republicana [GNR], p. 67), sendo um dos Objetivos Estratégicos: “Reforçar o patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral” (GNR, p. 78).

Desta forma, torna-se imprescindível associar os conceitos de policiamento comunitário e de policiamento de proximidade ao que Copeto (2011, p. 54) define como aquele “que implica a aproximação às populações e o seu envolvimento na resolução dos seus próprios problemas”, acrescentando que o policiamento de proximidade e segurança comunitária “é uma das apostas estratégicas da GNR em matéria de prevenção e combate à criminalidade” (Copeto, 2011, p. 54).

Segundo Ferreira (2014, p. 1), “em Portugal, apesar do sistema de policiamento ser caracterizado pela centralização e por uma natureza essencialmente reativa, tem-se assistido a uma aposta em programas de proximidade dirigidos a sectores da sociedade especialmente vulneráveis”, sendo que segundo o *Site* Institucional da GNR, o policiamento comunitário e de proximidade “visa desenvolver e implementar novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade, bem como estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis” (GNR, 2016). É destes programas especiais de policiamento de proximidade (PEPP) que se vai tratar de seguida.

1.2.1. Os programas especiais de policiamento de proximidade

Como previamente retratado, Oliveira (2006) refere uma das áreas de incidência das políticas públicas de segurança, no período compreendido entre 1995 e 2002, foi a implementação de programas de segurança, tendo iniciado com o programa “Escola Segura”, sendo que “a sua implementação foi direcionada, essencialmente, para problemas e públicos específicos que, pela sua vulnerabilidade, merecem a atenção das Forças de Segurança” (Pona, 2010, p. 19).

Copeto (2015) considera que o modelo de policiamento de proximidade assenta numa estratégia que permite à GNR trabalhar conjuntamente com a comunidade, essencialmente através das parcerias integradas nos diversos PEPP, com o objetivo final de encontrar soluções para a resolução dos problemas sentidos pelas populações.

O facto de ter como missão “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”¹⁴ (GNR, 2007) faz com que a GNR surja como uma instituição “fundamental” neste âmbito, sendo que a chave do sucesso dos PEPP implementados pela GNR parece estar na capacidade encontrada para mobilizar os cidadãos a colaborar na segurança de todos (Copeto, 2011).

Na verdade, um dos Objetivos Estratégicos da Estratégia 2020 da GNR passa por “fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os PEPP, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação” (GNR, 2014, p. 78).

Alguns PEPP desenvolvidos pela GNR incidem especificamente em áreas rurais, dada a grande vulnerabilidade daquelas áreas, sendo disto exemplo o Programa “Campo Seguro” (“PCS”)¹⁵ e a Operação “Azeitona Segura” (“OAS”), sendo que, para além das áreas rurais, tais PEPP têm ainda em comum o facto de incidirem sobre problemas sazonais.

Na verdade, quando abordamos a temática dos PEPP, torna-se incontornável abordar a “OAS”. Implementada na ZA do DTer Moura (do CTer Beja), a “OAS” tinha como “objetivo inicial prevenir a criminalidade associada ao furto de azeitona, através de ações dinâmicas de policiamento e articulação com várias entidades¹⁶” (Rodrigues, 2013, p. 18). Mais do que cumprir o objetivo inicial, a “OAS” levou à total eliminação do fenómeno na ZA do DTer Moura, tendo sido galardoada com o Prémio de Boas Práticas do Setor Público.

Tanto o “PCS” como a “OAS”, acabados de tratar, têm como objetivo a redução/eliminação de uma criminalidade em específico: os furtos de produtos agrícolas (crimes contra o património). Para se compreender melhor a relevância que o policiamento de proximidade pode ter neste âmbito e o tipo de abordagem que envolve, importa caracterizar o tipo de crimes cuja prevenção está em causa.

1.3. Os crimes contra o património

No Artigo (Art.º) 1.º alínea (al.) a) do Código de Processo Penal (CPP)¹⁷, o crime é definido como “o conjunto de pressupostos que defende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais” (Assembleia da República [AR], 2016).

¹⁴ Art.º 1.º/2 da Lei n.º 63/2007 (Lei Orgânica da GNR) e Art.º 272.º/1 da CRP.

¹⁵ Tem como objetivo “o patrulhamento nas explorações agrícolas, em todo o território nacional, com o objetivo de prevenir o furto de produtos agrícolas e de metais não preciosos” (GNR, 2016).

¹⁶ Fizeram parte integrante da “OAS” “o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Divisão de Inspeção Tributária da Direção de Finanças, a Autoridade de Condições para o Trabalho, a Polícia de Segurança Pública, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos e os olivicultores não associados” (Rodrigues, 2013, p. 18).

¹⁷ Para efeitos da presente investigação considera-se a última alteração ao CPP (2016), tendo como base a versão original (DL n.º 78/1987).

Vaz (2001, p. 128) refere que o crime pode ser entendido como um “conceito historicamente determinado que respeita às ações que uma determinada sociedade, num período concreto de tempo, entende como “atentadoras” dos ideais e equilíbrios que pretende afirmar, do seu bem-estar, da sua tranquilidade e segurança”¹⁸. Deste modo, “o crime é entendido como uma construção social, erigida de acordo com os pressupostos, interesses e objetivos” (Vaz, 2001, p. 128)¹⁹.

A definição anterior desperta-nos para uma relação: a relação crime-sociedade. Tal relação é notória na obra de Durkheim, que considera que “o crime não se produz só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo destas”, sendo que “não há nenhuma (sociedade) em que não haja criminalidade” (Durkheim, 1998, p. 82)²⁰. Assim, as definições de ambos os autores apontam no mesmo sentido: uma infração em relação ao que é definido pela consciência coletiva de uma sociedade, num determinado espaço temporal, sendo que tal infração gera reações, que acabam por se projetar naquilo que Durkheim define como “repressão penal” e que Vaz define como “as medidas sob alçada da lei criminal”, ou seja: as medidas penais.

Nesta sequência, o Direito Penal tem a tarefa essencial de conseguir a “preservação das condições fundamentais da mais livre realização possível da personalidade de cada homem na comunidade” (Dias, 2007, p. 123), designadamente o direito de exercer uma atividade económica em segurança e o direito de não ser privado dos bens de que se é proprietário (Canotilho & Moreira, 2014)²¹.

18A autora acrescenta que é graças ao entendimento que a sociedade tem em relação às ações descritas, que a mesma concorda em reprimi-las, “fazendo-as cair sob a alçada da lei criminal que produz e que se encontra em vigor” (Vaz, 2001, p. 128).

19 “O que justifica a inclusão de certas situações no direito penal é a subordinação a uma lógica de estrita necessidade das restrições de direitos e interesses que decorrem da aplicação de penas públicas (Art.º 18.º/2 da CRP – “Força Jurídica”). É também a censurabilidade imanente de certas condutas, isto é, prévia à normatização jurídica, que as torna aptas a um juízo de censura pessoal” (Acórdão (Ac.). Tribunal Constitucional n.º 527/95, processo n.º 152/95 disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/jurel/cst_print_busca.php?buscajur=&nid=7587).

20 Tal como Vaz, também Durkheim aborda a vertente da repressão a nível penal, referindo que a criminalidade “muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos os tempos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles” (Durkheim, 1998, p. 82). Pegando na relação crime-sociedade, Durkheim considera que o crime surge de tal forma ligado “às condições da vida coletiva”, que acaba por afirmar que não existe “um fenómeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade” (Durkheim, 1998, p. 83).

21 Art.º 61.º/1 e Art.º 62.º/1 da CRP, respetivamente.

1.3.1. Caracterização geral dos crimes contra o património

Os “crimes contra o património” compõem o Título II da parte especial do Código Penal Português (CP), destacando-se na presente investigação dois dos seus capítulos: “Dos crimes contra a propriedade”²² e “Dos crimes contra os direitos patrimoniais”²³.

A criminalidade contra o património²⁴ é influenciada por diversos fatores²⁵. Segundo Oliveira (2012, p. 13) um dos principais fatores prende-se com a falta de habilitações literárias, por parte dos indivíduos que se dedicam a este tipo específico de criminalidade, o que os impede de exercer um trabalho qualificado e consequentemente os impele para este tipo de atividade criminosa. Na verdade, este tipo de criminalidade específico tem vindo a modificar-se e a intensificar-se com a mutação da própria sociedade (Oliveira, 2012, p. 10), o que segundo Mendonça (2012, p. 2) expressa “a falência dos sistemas tradicionais de controlo social”, adensando o sentimento coletivo de insegurança.

1.3.2. O crime de furto

Para Costa (1999, p. 29) o crime de furto representa “o portal de entrada dos crimes contra o património”, sendo que, de acordo com Gonçalves (2004, p. 670), “o crime de furto é instantâneo”, sendo indiferente o lapso temporal em que o objeto do furto esteve na posse do infrator.

Analizando o Art.º 203.º (Furto)²⁶, desde logo sobressaem dois elementos: “ilegítima intenção de apropriação” e “subtração²⁷ de coisa móvel”. Segundo Costa (1999, p. 33) tratam-se “das duas grandes proposições normativas expressas que integram a construção dogmática da infração”, acrescentando a estas uma terceira: “o valor patrimonial da coisa”.

A “ilegítima intenção de apropriação” é o “elemento subjetivo do tipo de ilícito, o que faz do furto um crime intencional” (Costa, 1999, p. 33). Já a “subtração de coisa móvel” trata-se do elemento objetivo, pois a nossa lei “continua a exigir que para que haja furto se verifique subtração de coisa móvel alheia” (Costa, 1999, p. 33)²⁸.

²² Onde se incluem os crimes de Furto e Furto qualificado (Art.º 203.º e 204.º do CP, respetivamente).

²³ Onde se inclui o crime de Recetação (Art.º 231.º do CP).

²⁴ Mantovani (1989) citado por Costa (1999, p. 29) define património como sendo “o complexo de relações jurídicas encabeçadas por um sujeito que tem por objeto único coisas dotadas de utilidade, isto é, de capacidade de satisfazer necessidades humanas, materiais ou espirituais”.

²⁵ São fatores: aspetos económicos, conflitos familiares e dificuldades de adaptação à vida escolar (Oliveira, 2012, p. 14).

²⁶ Pode tratar-se de crime semipúblico ou particular - Vide Apêndice A.

²⁷ Segundo Costa (1999, p. 43) por subtração entende-se “uma conduta que faz com que a coisa saia do domínio de facto do precedente detentor ou possuidor”.

²⁸ O conceito de subtração, elemento do tipo objetivo do furto, analisa-se em dois elementos: na perda de detenção por parte do detentor originário e na constituição de uma nova detenção por parte do agente (Ac. do Tribunal da

Por último, e olhando para o terceiro elemento abordado por Costa, o autor considera que “o valor é, expressamente, um elemento de qualificação de todos os crimes contra o património” (Costa, 1999, p. 45). Este é, dos 3 elementos explanados, aquele que possibilita a distinção entre o Art.º 203.º (Furto) e o seguinte (Art.º 204.º- Furto qualificado)²⁹.

Na verdade, e tendo como base o texto do Art.º 204.º do CP, desde que “a coisa” seja de diminuto valor, e mesmo no caso de existir qualificação do crime de furto por força do preenchimento de um qualquer elemento do Art.º 204.º, então estamos na presença de um furto simples nos termos do Art.º 203.º, e nunca de um furto qualificado (AR, 2006).

1.3.3. O crime de recetação

Na verdade, a grande maioria dos crimes de furto verificados acaba por dar origem a crimes de recetação (Art.º 231.º do CP)³⁰. Isto porque, segundo Caeiro (1999), o conteúdo do crime de recetação reside “na perpetuação de uma situação patrimonial antijurídica”.

Assim, basta os autores dos furtos conseguirem vender a mercadoria furtada a outrem, que na grande maioria dos casos o recetor da mercadoria já incorre no crime de recetação. Caeiro (1999) considera que comete o crime de recetação “o proprietário que adquire coisa própria que foi obtida por outrem através de facto ilícito contra o património”.

Desta forma, no caso de quem compra a mercadoria furtada conhecendo a sua origem, ou seja, saiba que esta se configura na situação anteriormente relatada, então infringe o Art.º 231.º/1 do CP³¹.

Já no caso de quem compra a mercadoria furtada, desconhecendo que a mesma é resultado da prática de um crime contra o património, e dando-se o caso de haver indícios (tais como a natureza, preço ou qualidade de quem a oferece) que levem a “razoavelmente suspeitar que provém de facto ilícito típico contra o património”³², então infringe o Art.º 231.º/2 da CRP.

Relação (TR) de Lisboa de 13/04/2016, processo n.º 2903/11.8TACSC.L1-3, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/49e0ed047fc8207280257f9c002e01c9?OpenDocument&Highlight=0,recepta%C3%A7%C3%A3o>.

²⁹ Trata-se de um crime público - Vide Apêndice A.

³⁰ Pode tratar-se de crime público ou particular- Vide Apêndice A.

³¹ “Para a verificação do crime de recetação previsto no Art.º 231.º/1 do CP basta o conhecimento, pelo arguido, de que a coisa recetada constitui objeto de um crime contra o património, não sendo, por conseguinte, também necessário que o arguido saiba o condicionalismo concreto na ocorrência do referido ilícito” (Ac. do TR de Coimbra de 10/07/2013, processo n.º 93/07.0JACBR.C1, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/e7fe4e81ac4a200780257bc5003c5b5c?OpenDocument>).

³² Segundo Pereira (2006, p.13) trata-se “da punição da negligência grosseira”.

CAPÍTULO 2 – O FURTO DE CORTIÇA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

2.1. A cortiça e o seu mercado

Segundo Pereira, Bugalho e Caldeira (2008, p. 2) “a cortiça é um produto natural proveniente da casca renovável do sobreiro”³³, sendo que Pereira (2014, p. 55) afirma que “uma das peculiaridades na floresta portuguesa (...) é a importância dos produtos não lenhosos: a cortiça, os frutos ou até a resina”.

Pereira et al. (2008, p. 18) refere que “a exportação de produtos de cortiça representa valores muito elevados em quase todos os países onde o sobreiro vegeta”, sendo que mais de 60% das exportações mundiais têm origem em Portugal³⁴, onde a área de montado de sobreiro atinge os 736 700 hectares³⁵ (Pereira et al., 2008). Por sua vez, Pereira (2014, p. 56) refere que atualmente “Portugal é o maior produtor mundial de cortiça e tem a maior indústria corticeira”, acrescentando que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei (DL) 169/2001 (alterado pelo DL 155/2004)³⁶, tem minorado o abandono de alguns terrenos de montado, o que tem protegido os terrenos e consequentemente os sobreiros, bem como tem levado a um aumento da quantidade de cortiça disponível para a indústria (Pereira, 2014).

Retirada a cada nove anos, entre os meses de maio a setembro, a cortiça dá origem a um grande número de diferentes produtos, sendo que o principal é a rolha (Corticeira Amorim [CA], 2015). Apesar da tendência negativa que se vinha verificando no que ao valor da cortiça concerne (desde o início dos anos 2000³⁷), nos últimos anos “a cortiça tem alcançado uma abrangência tal que chega a quase todos os sectores económicos” (CA, 2015), o que tem levado a um aumento da procura desta matéria-prima e, consequentemente, a um aumento do seu preço³⁸. Este tem, por sua vez, levado a um aumento considerável no número de furtos deste produto agrícola.

³³ “O sobreiro é uma árvore perene da família das Fagáceas (*Quercus suber*), a que também pertencem o castanheiro e o carvalho” (CA, 2015).

³⁴ Vide Anexo B.

³⁵ Este valor corresponde a um terço da área da distribuição mundial da espécie, constituindo 23% da floresta nacional, sendo desta forma a espécie dominante em Portugal (Pereira et al., 2008).

³⁶ O DL 169/2001, alterado pelo DL 155/2004, estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas [MADRAP], 2004).

³⁷ Vide Anexo C – Figura n.º 10.

³⁸ Vide Anexo C – Figura n.º 11.

2.2. Os furtos de cortiça: a dispersão territorial e as suas consequências

O furto de cortiça tem um forte impacto a nível económico para os produtores da referida matéria-prima, o que, paralelamente, poderá ser potenciador de um sentimento de insegurança junto das populações (como já foi tratado). Para este sentimento de insegurança, em muito contribui a relevância que este tipo de criminalidade tem vindo a atingir nos últimos anos³⁹, o que se expressa pelo aumento no número de ocorrências deste âmbito registadas pela GNR⁴⁰.

Este fenómeno criminal acaba por ser sazonal, na medida em que ocorre essencialmente nos meses correspondentes às extrações de cortiça⁴¹, sendo que os furtos acabam por ter maior incidência nas regiões mais significativas do território suberícola⁴², o que pode ser constatado no seguinte gráfico e na Figura n.º 2 (Apêndice B).

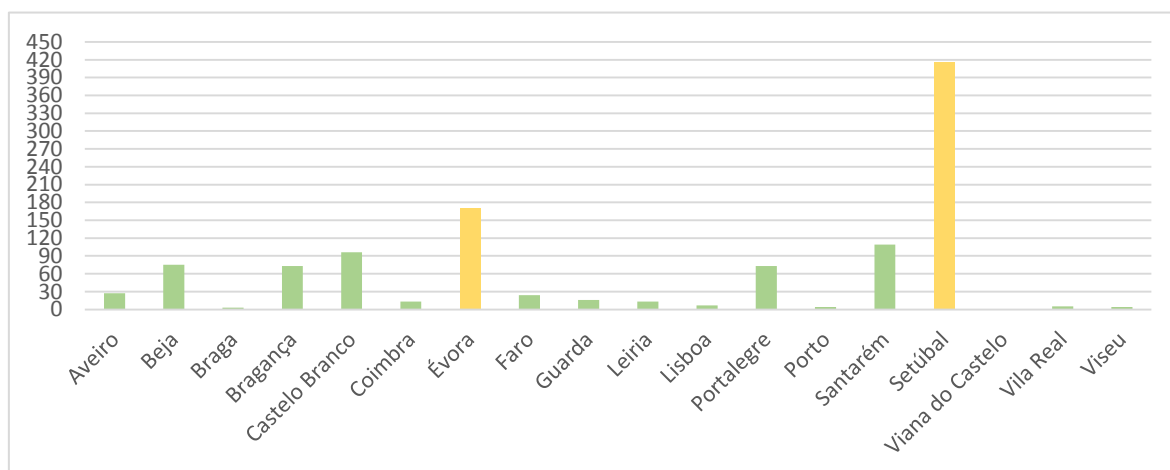


Gráfico n.º 1 – Número de ocorrências de furto de cortiça por distrito (2011-2016)

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Direção de Informações (DI) do Comando Operacional (CO) da GNR

Como se pode constatar, dentro daquilo que são as regiões mais significativas do território suberícola, existe uma maior incidência de furtos nas regiões de Setúbal e de Évora, o que motivou a aplicação de medidas de prevenção e combate a esta criminalidade por parte do CTer Setúbal e do CTer Évora. Tais medidas serão abordadas de seguida.

³⁹ No ano de 2016, o furto de cortiça é referenciado no Manual de Preenchimento de crimes registados (Modelo 262/DGPJM/DSEJI) da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, enquadrando-se no furto de produtos agrícolas (2016, p. 15).

⁴⁰ Vide Apêndice B – Gráfico n.º 2 / Tabela n.º 4.

⁴¹ Vide Apêndice B – Gráfico n.º 3 / Tabela n.º 5.

⁴² 87% da área de montado de sobro localiza-se no Alentejo - Ver Anexo D.

CAPÍTULO 3 – AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS

3.1. O programa “Cortiça Segura”

Como tratado previamente, uma das estratégias seguidas pela GNR no âmbito do policiamento comunitário e de proximidade passa pelo “estabelecimento de programas específicos focados em problemas concretos e em grupos vulneráveis” (Copeto, 2011, p. 50), sendo que o objetivo último passa pela “restauração das relações entre a polícia e os cidadãos, traduzindo as necessidades expressas pela população em prioridades policiais” Ferreira & Sousa (2015, p. 87).

Conhecendo as necessidades de segurança expressas pela população da sua zona de ação (ZA), o DTer Santiago do Cacém decidiu implementar, no verão de 2015 e a título experimental, o Projeto “Cortiça Segura” (Copeto, 2016). Tal projeto tinha como objetivo a prevenção e combate aos furtos de cortiça, dada a grande incidência da referida criminalidade naquela ZA que se havia verificado até então.

Como abordado previamente, a aplicação de PEPP, no que diz respeito à prevenção e repressão de furtos de produtos agrícolas, não era de todo uma novidade no dispositivo da GNR. Deste modo, e aquando da criação do Projeto “Cortiça Segura”, foram tidas em conta as boas práticas vigentes tanto na “OAS” (na medida em que a sazonalidade e as áreas de incidência da criminalidade – áreas rurais - em muito fazem assemelhar o furto de azeitona ao furto de cortiça), como no “PCS” (na medida em que tal programa tem como objetivo a prevenção de furtos de produtos agrícolas, logo, as áreas de incidência acabam por ser, uma vez mais, semelhantes – as áreas rurais).

O Projeto “Cortiça Segura” desde logo surtiu resultados, pelo que, no ano seguinte (2016), o referido projeto seria “promovido” a programa pelo CTer Setúbal e expandido à ZA do DTer Grândola (Copeto, 2016). Este programa constitui-se como uma estratégia de policiamento preventivo e reativo de combate aos furtos da cortiça, englobando duas vertentes: o reforço do patrulhamento em zonas potencialmente propícias à incidência deste ilícito, e o policiamento descontínuo orientado para as propriedades florestais da fila da cortiça ou de armazenamento de cortiça (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2016), tendo havido ainda um reforço no que à investigação dos crimes diz respeito (Pincha, 2016).

A sensibilização feita junto dos produtores para a necessidade dos próprios promoverem medidas de prevenção é também um dos propósitos do programa. Os

interessados são convidados a aderir ao programa deslocando-se aos Postos Territoriais (PTer) da GNR mais próximos, por forma a preencherem o Formulário de Registo de Propriedade⁴³. Esta adesão possibilita que o patrulhamento descontínuo seja intensificado nas áreas das propriedades registadas no programa (GNR, 2016).

Sendo um dos pilares do Programa “Cortiça Segura” a repressão do fenómeno criminal, os seus resultados já se fazem notar a esse nível, tendo sido levada a cabo a “Operação Montado” em novembro de 2016. Nesta operação foram realizadas 21 buscas domiciliárias, tendo sido detidos 13 indivíduos indiciados pelos crimes de furto, recetação e fraude fiscal, bem com apreendidas cinco toneladas de cortiça (Pincha, 2016).

3.2. O caso do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo

Também no DTer Montemor-o-Novo, do CTer Évora, se vinha notando um aumento significativo desta criminalidade. Desta forma, no decorrer da época de extrações de cortiça do ano de 2014, foi elaborado um plano de patrulhamento contínuo e direcionado exclusivamente às áreas de acesso e às propriedades onde eram suscetíveis de ocorrer furtos deste âmbito, sendo que o mesmo tem sido colocado em prática em todas as épocas de extração de cortiça em diante.

Este patrulhamento engloba militares dos diversos postos que compõem o DTer, sendo que todos os dias, no período das extrações de cortiça, são lançadas patrulhas para policiar apenas neste âmbito, tendo como objetivo manter o máximo de tempo possível os acessos às propriedades policiados.

É então possível verificar uma abordagem distinta relativamente ao CTer Setúbal, o que em muito se pode dever ao facto de o CTer Évora não ter grande expressão em termos da referida criminalidade nos restantes DTer que o compõem⁴⁴.

3.3. O exemplo do furto de pinha e do furto de metais não preciosos: A necessidade urgente de uma medida legislativa

Tal como já foi referido, o Estado, apesar de não ser o único ator naquilo que é o paradigma atual da segurança interna, “continua a ser o ator central e a ter o papel preponderante” no mesmo (Lourenço, 2013, p. 24). A GNR, enquanto Força de Segurança e instituição do Estado, cumpre-lhe “a prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra

⁴³ Vide Anexo E.

⁴⁴ Vide Apêndice B – Gráfico n.º 4 / Tabela n.º 6.

a segurança do Estado”⁴⁵ (AR, 2005). No entanto, e apesar das medidas já aplicadas por esta Força de Segurança no que à prevenção e combate ao furto de cortiça diz respeito, a responsabilidade do Estado não se esgota neste âmbito.

Na verdade, são diversas as ocasiões em que o Estado, através dos órgãos da função legislativa (Art.º 112.º, 161.º, 164.º, 165.º, e 198.º da CRP), adotou medidas de carácter legislativo, em reforço das medidas policiais implementadas. O propósito último de tais medidas foi o de mitigar fenómenos criminais que ameaçavam, “dado o seu valor ou persistência, perturbar social, política ou economicamente”, as regiões afetadas (Ferreira & Sousa, 2015, p. 112). Dois dos exemplos são o furto de metais não preciosos e o furto de pinha.

No ano de 2012, o furto de metais não preciosos assumia-se como um fenómeno em ascensão, registando um máximo de 13093 ocorrências pela GNR (Gonçalves, 2014). No mesmo ano, foi aprovada a Lei n.º 54/2012⁴⁶, que permitiu um aumento de competências legais das forças e serviços de segurança em matéria de fiscalização⁴⁷. Segundo Gonçalves (2014), a criminalidade que vinha em crescendo até 2012, sofreu uma quebra na ordem dos 20 % em 2013.

No que diz respeito ao furto de pinha, foi alvo de uma medida legislativa no ano de 2015. O DL n.º 77/2015⁴⁸ veio introduzir alterações ao nível de todo o sistema de comercialização da pinha. Desde logo, pelo facto de impor a obrigação de registo enquanto operador económico para todos os intervenientes no processo (Art.º 8.º), bem como de estabelecer um período de colheita (Art.º 4.º) e ainda a obrigatoriedade de comunicação prévia das atividades previamente referidas⁴⁹ (Art.º 5.º). Tais medidas vieram aumentar o grau de eficácia ao nível do serviço policial desenvolvido neste âmbito, essencialmente ao nível da fiscalização.

Assim, após verificada a efetividade das medidas em casos semelhantes, justificar-se-ia a aplicação de medidas similares com vista a atenuar o fenómeno do furto de cortiça.

⁴⁵ Ainda que a prevenção do crime apenas se possa fazer “com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (AR, 2005) - Art.º 272.º/3

⁴⁶ Art.º 1.º/1 - “Define os meios de prevenção e de combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê os mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização” (Assembleia da República [AR], 2012).

⁴⁷ Art.º 3º/3 e Art.º 6.º da Lei 54/2012.

⁴⁸ Art.º 1.º - “Estabelece regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso) em território continental” (Ministério da Agricultura e do Mar [MAM], 2015).

⁴⁹ Excetuando quando o peso da mercadoria é inferior a 10kg.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

4.1. Introdução

Como previamente referido, a presente investigação científica⁵⁰ tem como objeto de estudo as medidas aplicadas pela GNR que visam a prevenção e o combate aos furtos de cortiça, procurando-se aferir qual a influência das mesmas no referido fenómeno criminal.

Como forma de atingir o objetivo último do estudo, definiu-se um caminho metodológico a seguir⁵¹. Segundo Pardal & Correia (1995, p. 10) metodologia⁵² é o “corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”.

Por se tratar de uma metodologia aplicada a uma investigação científica, estamos perante uma metodologia científica, definida como “o estudo do método aplicada à ciência.” (Sarmiento, 2013, p. 4). O método abordado trata-se do método científico, que Sarmiento (2013, p. 7) define como “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” sendo que esse conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento de conhecimentos já existentes (Sarmiento, 2013).

Assim, o presente trabalho, assenta numa investigação aplicada e baseia-se nas características e objetivos da investigação científica, na procura de dar resposta à PP, às PD e de validar as hipóteses levantadas.

4.2. Tipo de abordagem

Elaborada a revisão da literatura sobre o presente assunto, tornou-se desde logo imperativa a necessidade de obter não só dados resultantes de questionários por entrevista, como também dados resultantes de inquéritos por questionário e ainda de proceder ao tratamento de dados estatísticos.

50 A investigação científica é “um processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação.” (Fortin, 1999, p. 17).

51 Vide Apêndice C.

52 Para Santo (2015, p. 13) a metodologia “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente”.

Desta forma, decidiu-se realizar uma abordagem mista, na medida em que foram utilizadas técnicas de pesquisa qualitativa⁵³ e quantitativa⁵⁴.

4.3. Método Científico

No que diz respeito ao método científico utilizado, optou-se pelo método hipotético-dedutivo, uma vez que se baseia na formulação de hipóteses que melhor explicam o fenómeno, sendo que as mesmas hipóteses são posteriormente testadas de forma a confirmar quais são validadas e quais são aquelas que se refutam (Sarmiento, 2013)⁵⁵.

Dado que, como refere Sarmiento (2013, p. 7) “numa investigação pode ser usado mais do que um método, para que sejam encontradas respostas à pergunta de partida da investigação”, optou-se, numa primeira fase, por utilizar o método sistemático, que “assenta na interpretação dos acontecimentos (Sarmiento, 2013, p. 5), analisando e ordenando a recolha de dados documentais feita⁵⁶. Optou-se ainda, uma segunda fase, pela utilização do método inquisitivo, que se baseia “no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2013, p. 5), por via da realização de entrevistas (semiestruturadas) e da aplicação de inquéritos por questionário.

4.4. Modelo de análise

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008, p. 44) “a melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob forma de uma pergunta de partida”. Deste modo surge a PP anteriormente apresentada:

PP - Qual a relevância do policiamento de proximidade da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça?

Como forma de dar resposta à PP, foram elaboradas PD:

PD₁ - No que concerne ao território nacional, qual a dispersão dos crimes de furto de cortiça e qual real impacto desta problemática nas regiões afetadas?

⁵³ Para Vilelas (2009, p. 105), a abordagem qualitativa trata-se de “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números”, acrescentando que “a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas na pesquisa qualitativa” (Vilelas, 2009, p. 105).

⁵⁴ Segundo Freixo (2009, p. 145) a metodologia quantitativa trata-se de um método “que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos”, oferecendo também a “possibilidade de generalizar os resultados”.

⁵⁵ Vide Anexo F.

⁵⁶ Entre os quais se encontram os dados solicitados à DI/CO, correspondentes às ocorrências registadas de furtos de cortiça pela GNR no período compreendido entre 2011 e 2016.

PD₂ - Quais os principais fatores de risco que possibilitam o exponenciar do número de furtos de cortiça e qual o *modus operandi* utilizado pelos autores de tais crimes?

PD₃ - Que métodos e técnicas são utilizados no policiamento por parte da GNR, no que à prevenção e combate ao furto de cortiça diz respeito?

PD₄ - Quais os resultados obtidos com o programa “Cortiça Segura” e quais as possíveis alterações a fazer ao programa no sentido de atingir melhores resultados?

PD₅ - É viável a implementação do programa “Cortiça Segura” nas restantes áreas do território nacional afetadas pela problemática?

PD₆ - A implementação de medidas para combater a recetação da cortiça furtada poderá contribuir para a prevenção do furto de cortiça?

Em virtude das perguntas formuladas, e dada a aplicação do método hipotético-dedutivo, foram levantadas as seguintes hipóteses:

H₁ - O valor de mercado da cortiça, o seu fácil escoamento e débeis medidas de segurança por parte dos produtores são os principais fatores de risco e de aliciamento no furto de cortiça.

H₂ - Os autores do furto de cortiça têm como principal *modus operandi* atuarem de noite, em grupos, consumando os furtos mediante a extração da cortiça dos sobreiros.

H₃ - Os resultados obtidos com as medidas de prevenção e combate ao crime de furto de cortiça implementadas pela GNR com o Programa “Cortiça Segura” demonstram que as mesmas são relevantes e efetivas, verificando-se uma diminuição significativa do número de ocorrências de furtos de cortiça na ZA dos Destacamentos onde o Programa foi implementado.

H₄ - O Programa “Cortiça Segura” deve ser implementado em todos os Destacamentos onde se registem furtos de cortiça.

H₅ - A implementação de medidas no combate à recetação da cortiça furtada contribui para a prevenção do furto de cortiça.

CAPÍTULO 5 – MÉTODOS E MATERIAIS

5.1. Caracterização do contexto de observação

A presente investigação iniciou-se em janeiro de 2016, tendo sido definido o tema, bem como o título do trabalho. Inicialmente, para além de se proceder a uma recolha e análise de documentos e obras bibliográficas sobre os temas tratados no Capítulo I, procedeu-se ainda a uma recolha e análise de dados relativos às ocorrências de furtos de cortiça, registadas pela GNR no período compreendido entre 2011 e 2016, pois segundo Ferreira (2008, p. 116), “em termos estatísticos, a identificação e caracterização de uma tendência criminal exige dados relativos a cinco ou mais observações (anos)”⁵⁷.

Assim, após a referida análise, delimitou-se o estudo às ZA dos DTer Santiago do Cacém⁵⁸ e do DTer Montemor-o-Novo⁵⁹, considerando ainda o facto de ambos os DTer terem implementadas medidas de prevenção e combate aos furtos de cortiça.

Em maio de 2016 iniciaram-se os contactos com os comandantes de ambos os DTer, bem como os Chefes das SOTRP dos CTer Évora e Setúbal. O objetivo inicial dos contactos passou por recolher alguma informação sobre as medidas tomadas até então.

No verão de 2016, com o alargamento das medidas de prevenção ao DTer Grândola⁶⁰ (e consequente constituição do Programa “Cortiça Segura” do CTer Setúbal), houve a necessidade de alargar o estudo à referida ZA, pelo que o estudo se encontra delimitado pelas ZA dos três DTer da GNR anteriormente referidos⁶¹.

5.2. Procedimentos, métodos e técnicas de recolha de dados

Para Quivy & Campenhoudt (2008, p. 20) “não há métodos (de recolha de informações⁶²) melhores do que outros: tudo depende dos objetivos, do modelo de análise e das características do campo de análise”.

⁵⁷ Ferreira (2008, p. 113) refere que “Estes dados não são (...) representativos da designada criminalidade real mas sim da maior ou menor disponibilidade das vítimas para participarem às autoridades os crimes de que foram alvo”.

⁵⁸ Vide Apêndice D - Figura n.º 4.

⁵⁹ Vide Apêndice D - Figura n.º 5.

⁶⁰ Vide Apêndice D - Figura n.º 6.

⁶¹ Vide Apêndice D - Figura n.º 7.

⁶² Segundo Sarmiento (2013, p. 16) a informação “é o resultado do processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que apresentam uma alteração (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema que a recebe”.

Após terem sido recolhidos os dados secundários⁶³ (dados relativos às ocorrências de furtos de cortiça, registadas pela GNR no período compreendido entre 2011 e 2016), verificou-se que teriam de ser recolhidos dados primários⁶⁴, “uma vez que os dados secundários não permitem a informação necessária à prossecução dos objetivos da investigação” (Sarmiento, 2013, p. 16).

Assim, optou-se por recorrer a duas fontes primárias: inquéritos por questionário e entrevistas.

5.2.1. Entrevistas

As entrevistas “distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana”, sendo que permitem conseguir “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 22).

Deste modo, e com vista a obter tais “informações e elementos de reflexão”, no período compreendido entre 12 de janeiro e 27 de março de 2017, foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas⁶⁵, 16 individuais e uma grupal, sendo que 14 entrevistas foram realizadas a entidades da GNR e três a entidades externas à instituição⁶⁶.

Foram criados guiões de entrevista iniciais, tendo sido validados pelos orientadores do presente trabalho de investigação (Professora Ana Neves e Tenente-Coronel Rogério Copeto), bem como pelo Tenente Luís Maciel e o Tenente Tiago Fernandes (comandantes do DTer Santiago do Cacém e DTer Montemor-o-Novo, respetivamente); tendo os contributos dos mesmos permitido que “as perguntas estejam corretamente formuladas e em conformidade com os objetivos e hipóteses da investigação” (Sarmiento, 2013, p. 35), constituindo-se assim a “entrevista pré-definitiva”.

Após o pré-teste realizado a algumas das entidades, elaborou-se então o guião de entrevista (GE) definitivo⁶⁷. É ainda de referir que, antes da realização de cada uma das entrevistas, foi solicitada autorização ao respetivo comandante de Unidade (no caso das

⁶³ Dados secundários são dados já existentes e que foram recolhidos e registados por outrem, “para o mesmo fim ou para outros fins, diferentes do propósito específico da presente necessidade de informação (Sarmiento, 2013, p. 16).

⁶⁴ Dados primários “são pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica” (Sarmiento, 2013, p. 16).

⁶⁵ O modelo de entrevista semiestruturada permite que “o entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados” (Sarmiento, 2013, p. 34). Pelo facto de se tratarem de entrevistas semiestruturadas, e dada a delimitação de páginas que nos é exigida, a transcrição integral das entrevistas não se encontra no corpo de trabalho.

⁶⁶ Vide Apêndice E.

⁶⁷ O facto de o fenómeno abranger várias ZA, e as entidades pertencerem a diferentes instituições (ou terem funções diversas dentro da instituição), dificultou a tarefa de criar um guião de entrevista. Deste modo, foi criado um guião de entrevista geral, no qual as entidades respondem às questões que mais se enquadram nas funções por si desempenhadas- Vide Apêndice F.

entidades da GNR) e às direções das entidades das quais dependiam as restantes entidades. Para a solicitação de tal autorização, foi elaborada uma carta de apresentação⁶⁸.

No início de cada uma das entrevistas foi solicitada autorização à respetiva entidade para proceder à gravação áudio⁶⁹ das mesmas, tendo sido posteriormente transcritas e remetidas via correio eletrónico para a respetiva entidade, por forma a verificar e validar a mesma.

5.2.2. Inquéritos por questionário

Os inquéritos por questionário consistem em colocar “a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 20).

Assim, no período compreendido entre 6 de janeiro e 6 de abril de 2017 foram realizados 68 inquéritos por questionário, todos eles anónimos. Pela dificuldade em obter contributos de produtores de cortiça, foi pedido a diversas associações de produtores de cortiça⁷⁰, que solicitassem a resposta ao questionário aos seus associados. Para facilitar tal procedimento, resolveu-se elaborar o questionário por forma a possibilitar duas formas distintas de resposta: resposta via Internet⁷¹, através da aplicação informática Google Docs, e resposta em papel.

Inicialmente foi elaborado um questionário preliminar, que foi validado (sendo posteriormente reformulado de acordo com as alterações sugeridas) pelas mesmas entidades que validaram as entrevistas, juntando-se ainda ao painel três produtores de cortiça⁷². Os mesmos três produtores, por fazerem parte da amostra, fizeram parte do pré-teste realizado ao questionário pré-definitivo, o que possibilitou a elaboração do inquérito definitivo⁷³.

⁶⁸ Vide Apêndice G.

⁶⁹ Através da Aplicação “Dictafone”, num Apple iPhone 6s.

⁷⁰ Tais associações têm como associados produtores de cortiça dos Distritos de Setúbal, Évora, Beja, Santarém, Portalegre e Castelo Branco.

⁷¹ Sarmiento (2013, p. 99) refere que “o recurso à Internet tem elevada taxa de respostas e tem baixo custo”.

⁷² Segundo Sarmiento (2013, p. 94) “o número de validadores depende obviamente do conteúdo da investigação, mas geralmente são 6 a 12 pessoas”. Um dos objetivos foi obter a aprovação de um produtor de cada uma das regiões em estudo. Assim participaram a ANSUB (representando a região de Santiago do Cacém e Grândola), o Senhor Manuel Miguéns (representando a região de Montemor-o-Novo e Vendas Novas) e optou-se ainda por incluir a AFLOSOR (representando as regiões que também têm incidência da criminalidade, sem ter medidas efetivas de prevenção do fenómeno criminal aplicadas – neste caso, a região de Ponte de Sôr).

⁷³ Vide Apêndice H - Inquérito por questionário.

5.3. Caracterização da amostra

Dado a população em estudo ser muito volumosa, abarcando todos os produtores de cortiça, os militares da GNR das áreas afetadas pela problemática (bem como os militares dos CTer e do CO com responsabilidades no assunto) - aos quais se juntam as associações de produtores e demais empresas e instituições com implicações diretas no mercado da cortiça - resolveu-se “estudar uma amostra representativa da população” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 19).

No que diz respeito às entrevistas, a escolha dos entrevistados deveu-se à necessidade de obter diversas perspetivas, desde o nível estratégico até ao nível tático da GNR, culminando com a perceção que os produtores de cortiça (através das associações de produtores), bem como as grandes empresas de transformação de cortiça, têm do problema.⁷⁴

No que diz respeito aos inquéritos por questionário, optou-se por abarcar o maior número de produtores de cortiça possíveis, tendo por base três áreas territoriais distintas: produtores de cortiça da ZA do Dter Santiago do Cacém ou do DTer Grândola; produtores de cortiça da ZA do DTer Montemor-o-Novo; e produtores de cortiça de outras áreas com incidência da referida criminalidade (remanescente dos distritos de Setúbal e Évora, bem como dos distritos de Portalegre e Castelo Branco). Importa referir que os quatro distritos dos quais resulta a amostra dos inquéritos por questionário abarcam 67 % das ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período 2011-2016⁷⁵.

Por impossibilidade de definir o tamanho da população, torna-se “impossível de se obter amostras probabilísticas” (Sarmento, 2013, p. 83), pelo que se recorreu a uma amostragem não-probabilística, mais especificamente à “amostragem por conveniência ou voluntária”⁷⁶, sendo que se “as características da variável em investigação forem as mesmas na população e na amostra, então pode-se considerar que este tipo de amostragem é equivalente a uma amostragem probabilística” (Sarmento, 2013, p. 83).

5.4. Técnicas de tratamento e análise de dados

A análise das entrevistas seguiu a metodologia de Sarmento (2013). Dado todas as questões serem de resposta aberta, procedeu-se a uma análise de conteúdo, com o objetivo

⁷⁴ Vide Apêndice E.

⁷⁵ Gráfico n.º 1- Capítulo 1 e Figura n.º 2 - Apêndice B.

⁷⁶ Segundo Sarmento (2013, p.84) a amostragem voluntária ou por conveniência “ocorre quando a amostra é constituída por indivíduos que voluntariamente se disponibilizaram para a integrar ou a amostra é recolhida na parte acessível da população”.

de organizar e estabelecer o sentido dos dados das entrevistas (Sarmiento, 2013). Inicialmente constituíram-se as unidades de contexto (UC), através da diferenciação de segmentos, marcando-se a cores distintas as unidades de registo (UR) e procedendo-se à codificação das mesmas.

Posteriormente, elaborou-se uma matriz das unidades de contexto e de registo por cada questão, o que levou à elaboração da matriz de análise de conteúdo, que para além das UR engloba ainda as categorias (Cat.), as subcategorias (SubCat.) e as unidades de enumeração (UE); o que nos leva à conclusão da respetiva questão (Sarmiento, 2013).

No que diz respeito aos inquéritos por questionário, os dados recolhidos foram analisados recorrendo ao programa informático *International Business Machines Statistical Product and Service Solutions* (IBM SPSS) *Statistics version 21*. Através do recurso a este programa foi possível verificar a fiabilidade do inquérito por questionário, mediante o cálculo do *Alpha* de Cronbach.

Para além do cálculo da fiabilidade, o recurso ao IBM SPSS possibilitou ainda uma análise estatística ao nível das frequências das respostas de cada questão. De tais frequências resultaram os gráficos (elaborados com recurso ao *Microsoft Office Excel* – versão 2013) e as tabelas elaboradas (com recurso ao *Microsoft Word* – versão 2013).

No que respeita às tabelas elaboradas, importa ainda referir a existência de dois tipos de tabelas: tabelas resultantes das frequências provenientes da análise através do IBM SPSS e as tabelas resultantes das tabelas anteriormente referidas, tendo como única destinação o facto de as frequências se encontrarem repartidas por áreas nas quais se encontram as propriedades dos produtores inquiridos (propriedades das áreas abarcadas pelo Programa “Cortiça Segura”, abarcadas pelas medidas vigentes no DTer Montemor-o-Novo e outras áreas)⁷⁷.

Por último, os dados secundários foram analisados, tendo as suas tabelas e gráficos sido obtidos com recurso às mesmas ferramentas utilizadas nos inquéritos por questionário.

⁷⁷ As referidas tabelas foram elaboradas apenas para determinadas questões, questões essas nas quais se considerou relevante verificar as diferenças nas respostas obtidas, consoante as propriedades dos produtores inquiridos se localizassem nas áreas nas quais a GNR tem aplicadas medidas concretas de prevenção a esta criminalidade ou fora delas.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. Introdução

No presente capítulo serão apresentados, descritos e analisados os resultados obtidos através das fontes primárias: entrevistas (análise de conteúdo) e dos inquéritos por questionário (análise estatística) aplicados; bem como serão apresentados e analisados os dados secundários, recolhidos junto da DI/CO, relativos às ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período 2011-2016.

6.2. Análise dos dados secundários

Após solicitados os dados relativos às ocorrências de furtos de cortiça, registadas pela GNR no período compreendido entre 2011 e 2016 junto da DI/CO, procedeu-se a uma análise dos mesmos, tendo sido elaborados os gráficos e tabelas constantes no Apêndice B.

Como previamente referido, tais dados foram recolhidos e tratados numa fase inicial da presente investigação, tendo servido de base para a delimitação da área geográfica em estudo, bem como para a definição da amostra. Tendo-se verificado que a ZA do CTer Setúbal e a ZA do CTer Évora eram as mais afetadas do dispositivo da GNR, resolveu-se proceder a um estudo mais aprofundado destes dois CTer, em detrimento dos restantes.

6.2.1. Conclusões dos dados secundários

Através da análise realizada aos dados recolhidos, foram possíveis obter diversas conclusões.

No que respeita às 1129 ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período temporal em estudo, conclui-se que no período compreendido entre 2011 e 2015, estas aumentaram gradualmente, de ano para ano, sendo que no ano de 2015 (pico máximo das ocorrências registadas no período em estudo - 290), o número de ocorrências teve um aumento 173,6 % face às ocorrências registadas no ano de 2011. No ano de 2016, foram registadas 161 ocorrências, o que perfaz uma quebra de 44,5% no número de ocorrências relativamente ao ano de 2015 (Apêndice B – Gráfico n.º 2, Tabela n.º 4).

Relativamente aos períodos de maior incidência da criminalidade, conclui-se que ocorre entre os meses de maio a setembro, período no qual ocorrem as extrações de cortiça dos

sobreiros. É de referir que 82% das ocorrências registadas no período temporal em estudo ocorreram entre os meses de maio a setembro, inclusive (Apêndice B – Gráfico n.º 3, Tabela n.º 5).

No que respeita às áreas territoriais mais afetadas, conclui-se que o CTer Setúbal se destaca como o CTer do dispositivo da GNR que registou o maior número de ocorrências (416 ocorrências – correspondente a 36,9% das ocorrências registadas em todo o dispositivo). Segue-se o CTer Évora, abrangendo 15,2% das ocorrências do dispositivo (171 ocorrências), sendo que conjugando o número de ocorrências verificadas entre os dois CTer anteriormente referidos, os mesmos abrangem 52% das ocorrências (Capítulo 2, Gráfico n.º 1). É ainda de referir que seis dos sete CTer com mais ocorrências registadas (Setúbal, Évora, Santarém, Castelo Branco, Beja e Portalegre – excetuando-se o CTer Bragança) têm as suas ZA contíguas (Apêndice B, Figura n.º 2), registando entre si 83,3% das ocorrências a nível do dispositivo.

Relativamente à ZA do CTer Évora, conclui-se que a problemática em estudo incide essencialmente na ZA do DTer Montemor-o-Novo, abrangendo 71,9% das 171 ocorrências daquele CTer (Apêndice B – Gráfico n.º 4, Tabela n.º 6). No que respeita à ZA de Montemor-o-Novo (o segundo DTer do dispositivo da GNR com maior número de ocorrências de furtos de cortiça), destacam-se o PTer Cabrela (47 ocorrências) e o PTer Vendas Novas (41 ocorrências) - Apêndice B – Gráfico n.º 5, Tabela n.º 7.

No que diz respeito ao CTer Setúbal, a realidade é distinta daquela que se verifica no CTer Évora. Neste CTer são quatro dos DTer que apresentam uma incidência considerável da referida criminalidade: Grândola (157 ocorrências), Santiago do Cacém (94 ocorrências), Montijo (83 ocorrências) e Setúbal⁷⁸ (79 ocorrências) - Apêndice B – Gráfico n.º 6, Tabela n.º 8.

Relativamente ao DTer Grândola (o DTer do dispositivo com maior número de ocorrências neste âmbito), verifica-se uma grande incidência nas ZA do PTer Grândola (61,2% das ocorrências do DTer), bem como na ZA do PTer Alcácer do Sal (44 ocorrências) - Apêndice B – Gráfico n.º 7, Tabela n.º 9. Quanto ao DTer Santiago do Cacém (o terceiro DTer do dispositivo com maior número de ocorrências de furtos de cortiça), a problemática incide essencialmente na ZA do PTer Santiago do Cacém (30 ocorrências), do PTer Ermidas do Sado (23 ocorrências) e do PTer Alvalade do Sado (21 ocorrências) - Apêndice B – Gráfico n.º 8, Tabela n.º 10.

⁷⁸ Os dados recolhidos são anteriores a 2017, pelo que ainda não está contemplada a divisão realizada no DTer Setúbal, dando origem ao DTer Palmela (1 de janeiro de 2017).

Por último, conclui-se que os três DTer em estudo, os três com mais ocorrências registadas de furtos de cortiça do dispositivo, abarcam entre si 374 furtos, o que corresponde a 33,1% do número de ocorrências registadas pela GNR no período 2011-2016 (Apêndice B – Gráfico n.º 9, Tabela n.º 11).

6.3. Análise das entrevistas

Como referido anteriormente, por forma a analisar as entrevistas realizadas, utilizou-se a metodologia de Sarmiento (2013). Foram inicialmente identificados os segmentos que constituem as unidades de registo, associando a estas as unidades de contexto, de acordo com a codificação alfanumérica e cromática previamente realizada⁷⁹. Posteriormente, foi elaborada a matriz das unidades de contexto e de registo por questão⁸⁰. Desta, parte a elaboração da matriz de análise de conteúdo por questão (Tabela n.º 1), que de seguida se apresenta, sendo que incorpora para além das unidades de contexto e das unidades de registo, as categorias, subcategorias, as codificações dos entrevistados, as unidades de enumeração e, por último, os resultados.

Tabela n.º 1- Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas

Cat.	SubCat.	UR	Entrevistado n.º					U E	Result (%)
Questão n.º 1			5	8	1 3	1 4			
Sentimento de segurança	A problemática não tem influência	1.A.1	X					1	1/4 (25%)
	A problemática tem influência	1.A.2		X	X	X		3	3/4 (75%)
Incidência do fenómeno na área	Não relevante	1.B.1	X					1	1/4 (25%)
	Relevante	1.B.2		X	X	X		3	3/4 (75%)
Questão n.º 2			4	7	1 1	1 2	1 6		
Sentimento de segurança	A problemática tem influência	2.A.1	X	X	X	X	X		5/5 (100%)
Incidência do fenómeno na área	Relevante	2.B.1	X	X	X	X	X		5/5 (100%)
Questão n.º 3			4	6	9	1 0	1 7		
Sentimento de segurança	A problemática tem influência	3.A.1	X	X	X	X	X		5/5 (100%)
Incidência do fenómeno na área	Relevante	3.B.1	X	X	X	X	X		5/5 (100%)

⁷⁹ Vide Apêndice I – Tabela n.º 13

⁸⁰ Vide Apêndice I – Tabela n.º 14

Questão nº 4			1 5	1 6	1 7										
Impacto dos furtos para os produtores	Económico	4.A.1	X	X	X						3	3/3 (100%)			
	Ambiental	4.A.2	X	X	X						3	3/3 (100%)			
Questão nº 5			9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4	1 6	1 7					
Modus Operandi	Furto na árvore	5.A.1	X	X	X	X	X	X	X	X		8	8/8 (100%)		
	Período noturno	5.A.2	X	X			X	X	X			5	5/8 (62,5%)		
	Grupos de indivíduos	5.A.3	X		X		X			X		4	4/8 (50%)		
	Períodos de lua cheia	5.A.4		X		X		X				3	3/8 (37,5%)		
	Marcação da cortiça durante o período diurno	5.A.5		X				X	X			3	3/8 (37,5%)		
	Alteração de modus operandi	5.A.6			X	X		X		X		4	4/8 (50%)		
	Vigilâncias	5.A.7				X			X			2	2/8 (25%)		
Questão nº 6			6	7	8	9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4	15			
Fatores de risco	Dispersão geográfica das áreas florestais	6.A.1	X	X	X									3	3/10 (30%)
	Falta de condições de segurança por parte de alguns produtores	6.A.2		X	X		X		X		X			5	5/10 (50%)
	Empresas que se dedicam à recetação	6.A.3				X	X	X			X	X		5	5/10 (50%)
	Fatores socioeconómicos	6.A.4								X				1	1/10 (10%)
Fatores de alicioamento	Elevado lucro	6.B.1	X	X	X	X	X			X	X		7	7/10 (70%)	
Questão nº 7			6	7	8	9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4				
Permite estabelecer padrão	Sim	7.A.1						X					1	1/9 (11,1%)	
	Vários padrões (rede organizada)	7.A.2	X	X	X				X				4	4/9 (44,4%)	
	Não	7.A.3		X	X		X				X		4	4/9 (44,4%)	
Características do (s) padrão (ões)	Carências económicas	7.B.1	X	X	X	X		X		X	X		7	7/9 (77,8%)	
	Sexo Masculino	7.B.2	X	X		X				X			4	4/9 (44,4%)	
	Especialização na arte da extração da cortiça	7.B.3	X			X	X				X		4	4/9 (44,4%)	
	Provenientes da região ou regiões limítrofes	7.B.4		X									1	1/9 (11,1%)	
	Recetação da cortiça e coordenação da rede	7.B.5	X	X	X			X	X	X	X	7	7/9 (77,8%)		
	Elevados recursos económicos	7.B.6	X						X			2	2/9 (22,2%)		

Questão nº 8			6	7	8	1 5	1 6	1 7							
Fatores que contribuem	Grande área de montado	8.A.1	X	X	X								3	3/6 (50%)	
	Proveniência dos autores	8.A.2	X	X	X								3	3/6 (50%)	
	Localização de empresas que fazem recetação	8.A.3			X	X	X	X					4	4/6 (66,7%)	
	Áreas fustigadas por outros tipos de crime	8.A.4				X							1	1/6 (16,7%)	
	Desertificação das áreas rurais	8.A.5					X						1	1/6 (16,7%)	
Questão nº 9			1	2	6	7	8	1 6	1 7						
Motivos do decréscimo	Medidas preventivas aplicadas	9.A.1	X	X	X	X	X	X	X					7	7/7 (100%)
	Divulgação das medidas aplicadas	9.A.2	X		X	X		X	X					5	5/7 (71,4%)
	Grande número de furtos nos anos anteriores	9.A.3					X							1	1/7 (14,3%)
	Decréscimo “fictício”	9.A.4							X					1	1/7 (14,3%)
Questão nº 10			6	7	8	9	1 0	1 1	1 2	1 3	1 4				
Ações de patrulhamento	Patrulhamentos direcionados	10.A.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
	Adaptação aos horários	10.A.2	X		X				X					9	9/9 (100%)
	Períodos das extrações	10.A.3		X			X	X		X				3	3/9 (33,3%)
	Ações de fiscalização rodoviária	10.A.4		X	X				X					4	4/9 (44,4%)
	Patrulhas descaracterizadas	10.A.5									X			3	3/9 (33,3%)
											X	1	1/9 (11,1%)		
Questão nº 11			4	5	6	7	8								
Foram estabelecidas parcerias	Sim	11.A.1	X	X	X	X	X						5	5/5 (100%)	
Entidades parceiras	Protocolo AT/Finanças/ASA E	11.B.1	X										1	1/5 (20%)	
	Direção de finanças	11.B.2		X									1	1/5 (20%)	
	Associações de produtores de cortiça	11.B.3			X	X							2	2/5 (40%)	
	Câmaras Municipais	11.B.4			X								1	1/5 (20%)	
	Produtores de cortiça não associados	11.B.5			X		X						2	2/5 (40%)	
ACT e AT	11.B.6				X		1	1/5 (20%)							

Questão nº 12			6	7	8	9	10	11	12	13	14		
Medidas aplicadas além do patrulhamento	Ações de sensibilização	12.A. 1	x	x		x	x	x	x		x		7 7/9 (77,8%)
	Preenchimento de ficha de registo de propriedade	12.A. 2	x				x		x	x			4 4/9 (44,4%)
	Investigação criminal	12.A. 3		x									1 1/9 (11,1%)
	Trocas de informação com produtores	12.A. 4			x								1 1/9 (11,1%)
	Levantamento georreferencial dos furtos	12.A. 5			x								1 1/9 (11,1%)
	Ações de fiscalização preventivas e georreferenciação de pilhas	12.A. 6				x					x		2 2/9 (22,2%)
Questão nº 13			6	7	8	9	10	11	12	13	14		
Metodologia adotada	Constituição de patrulhas direcionadas	13.A. 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x		9 9/9 (100%)
	Divulgação de conselhos de segurança/ações de sensibilização	13.A. 2	x					x	x				3 3/9 (33,3%)
	Ações de fiscalização rodoviária	13.A. 3		x		x		x					3 3/9 (33,3%)
	Levantamento de ocorrências de anos anteriores	13.A. 4			x								1 1/9 (11,1%)
	Envolvimento da IC	13.A. 5						x					1 1/9 (11,1%)
Questão nº 14			1	4	6	7							
Meios de divulgação	Divulgação por via do CTer Setúbal (e respetivos DTer)	14.A. 1	x		x	x						3	3/4 (75%)
	Ações de sensibilização	14.A. 2		x								1	1/4 (25%)
	Colóquio que deu início ao programa	14.A. 3		x	x	x						3	3/4 (75%)
	Meios de comunicação social	14.A. 4		x	x	x						3	3/4 (75%)
	Facebook GNR Setúbal e site institucional	14.A. 5		x								1	1/4 (25%)
	Através dos parceiros constituídos	14.A. 6			x	x						2	2/4 (50%)
Questão nº 15			4	6	7	9	10	11	12				
Resultados Cortiça Segura	Programa inovador: prevenção/IC	15.A. 1	x					x					2 2/7 (28,6%)
	Diminuição dos furtos e aumento do sentimento de segurança	15.A. 2		x	x	x	x	x	x				6 6/7 (85,7%)
	“Operação Montado” poderá levar a diminuição do fenómeno	15.A. 3		x		x	x						3 2/7 (42,9%)

Questão nº 16			4	6	7	9	10	11	12	16	17				
Sentimento de segurança	Aumentou	16.A. 1	x	x	x	x	x	x	x	x				8	8/9 (88,9%)
	Não se notaram resultados	16.A. 2									x			1	1/9 (11,1%)
Questão nº 17			4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14		
Resultados no sentimento de segurança	Aumentou	17.A. 1	x	x	x	x	x		x			x	x	8	8/11 (72,7%)
	Ampla divulgação	17.A. 2	x			x							x	3	3/11 (27,3%)
Resultados no número de furtos	Diminuição até ao momento	17.B. 1					x		x		x		x	4	4/11 (36,4%)
	Necessidade de intensificar prevenção	17.B. 2	x				x							2	2/11 (18,2%)
	Impossibilidade de fazer análise antes do final de 2017	17.B. 3			x	x	x	x	x	x	x	x	x	9	9/11 (81,8%)
Questão nº 18			4	5	6	7	8								
Relação prevenção/IC	São indissociáveis e complementares	18.A. 1	x		x	x	x							4	4/5 (80%)
	IC potencia prevenção	18.A. 2		x	x		x							3	3/5 (60%)
	Prevenção potencia IC	18.A. 3		x	x	x								3	3/5 (60%)
Questão nº 19			1	2	4	5	6	7	8	15	16	17			
Soluções a nível policial	Expandir Cortiça Segura a nível nacional	19.A. 1	x						x					2	2/10 (20%)
	Maior ligação prevenção/IC	19.A. 2		x			x	x						3	3/10 (30%)
	Aumento das condições de segurança por parte dos produtores	19.A. 3					x							1	1/10 (10%)
	Maior controlo dos recetadores	19.A. 4									x			1	1/10 (10%)
Soluções a nível legislativo	Legislação com vista a maior fiscalização (similar à pinha)	19.B. 1			x		x	x		x		x		5	5/10 (50%)
Questão nº 20			4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14		
Aumento de furtos em 2015 resultam das medidas implementadas	Não é possível tirar essa conclusão	20.A. 1	x	x				x				x		4	4/11 (36,4%)
	Sim, mobilizou a criminalidade	20.A. 2			x	x	x			x	x		x	6	6/11 (54,5%)
	Menor patrulhamento realizado na ZA de Montemor-o-Novo	20.A. 3					x							1	1/11 (9,1%)
	Não tem relação	20.A. 4								x				1	1/11 (9,1%)

Questão nº 21			2	4	6	7	9	10	11	12	16	17			
Lacunas do programa	Falta de medidas de fiscalização dos recetadores	21.A.1	x											1	1/10 (10%)
	Não existem lacunas aparentes	21.A.2			x	x								2	2/10 (20%)
	Falta de meios	21.A.3			x	x	x	x	x	x	x	x		8	8/10 (80%)
	Necessidade de deslocamento ao PTER para inscrição no programa	21.A.4									x			1	1/10 (10%)
Soluções para dirimir as lacunas	Diploma legal com vista a controlo dos recetadores (à imagem dos metais não preciosos)	21.B.1	x											1	1/10 (10%)
	Estreitar ligação com parceiros	21.B.2				x								1	1/10 (10%)
	Mais meios destinados ao programa	21.B.3			x	x	x	x		x			5	5/10 (50%)	
	Diploma legal com vista a controlo das mercadorias (à imagem da pinha)	21.B.4								x		x	2	2/10 (20%)	
	Possibilitar preenchimento de Ficha de registo de propriedade em suporte digital	21.B.5									x		1	1/10 (10%)	
	Inclusão de patrulhamento a cavalo	21.B.6										x	1	1/10 (10%)	
Questão nº 22			1	2	7	11	12								
Fatores que levaram a aumento no número de ocorrências	Medidas preventivas - maior divulgação - mais denúncias	22.A.1	x	x	x	x	x							5	5/5 (100%)
	Crime organizado	22.A.2				x	x							2	2/5 (40%)
	Falta de patrulhamento em determinadas áreas	22.A.3				x								1	1/5 (20%)
Questão nº 23			5	8											
Comparação entre medidas do Cortiça Segura e as aplicadas pelo DTER Montemor	Semelhança entre as medidas	23.A.1	x	x										2	2/2 (100%)
	Distinção passa pela criação do programa	23.A.2	x	x										2	2/2 (100%)

Questão nº 24			1	2	3	4	5	6	7	8				
Uniformizar procedimentos através de diretiva operacional	Viável e vantajoso	24.A. 1	x	x	x	x		x	x	x		7	7/8 (87,5%)	
	Questão a averiguar	24.A. 2	x									1	1/8 (12,5%)	
	As boas práticas devem ser difundidas	24.A. 3	x	x		x	x		x			5	5/8 (62,5%)	
	Não seria uma mais-valia	24.A. 4					x					1	1/8 (12,5%)	
	Adaptação às realidades de cada CTer/Dter	24.A. 5				x		x	x			3	3/8 (37,5%)	
Questão nº 25			1	2	4	5								
Medidas concretas aplicadas noutras áreas	Não tem conhecimento da existência	25.A. 1	x	x	x	x						4	4/4 (100%)	
Questão nº 26			1	2	3	4	5	1 5	1 6	1 7				
Maior controlo dos recetadores por via de diploma legal	Seria importante aplicar pois atenuaria a problemática	26.A. 1	x	x	x	x		x	x	x		7	7/8 (87,5%)	
	Dissuasão da criminalidade	26.A. 2	x									1	1/8 (12,5%)	
	Eventualmente traria vantagens	26.A. 3					x					1	1/8 (12,5%)	
Questão nº 27			1	2	3	4	5							
Medidas semelhantes ao programa Azeitona Segura	Sim, pois são duas realidades semelhantes	27.A. 1	x	x	x								3	3/5 (60%)
	Necessidade de envolver mais parceiros	27.A. 2	x			x							2	2/5 (40%)
	Interligar diferentes crimes ao nível de produtos agrícolas	27.A. 3			x		1						1/5 (20%)	
	Não, pois são realidades distintas	27.A. 4					x						1	1/5 (20%)
Questão nº 28			1	2	3	4	5	1 5	1 6	1 7				
Regular a colheita, transporte, armazenamento transformação, importação e exportação por via de diploma legal	Seria importante aplicar pois atenuaria a problemática	28.A. 1	x	x	x	x	x	x	x	x		8	8/8 (100%)	
	Dissuasão da criminalidade	28.A. 2		x								1	1/8 (12,5%)	
	Cortiça poderia ser inserida na diretiva SEPNA da pinha	28.A. 3			x							1	1/8 (12,5%)	
	Serem definidas as épocas das extrações	28.A. 4		x				x				2	2/8 (25%)	

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)

Em seguida, serão comentados os resultados apresentados na Tabela n.º 1, sendo que os mesmos se encontram associados ao GE elaborado (Apêndice F).

Para efeitos de comentário aos resultados, apenas se irão considerar as SubCat. e respetivas UR que obtiveram duas ou mais UE.

No que diz respeito à **questão n.º 1**, verifica-se que três dos quatro entrevistados (75%) constataam que o fenómeno tem uma incidência relevante na ZA do DTer Montemor-o-Novo, sendo que os mesmos três entrevistados consideram que tal problemática tem uma influência considerável no sentimento de segurança dos produtores.

Relativamente à **questão n.º 2**, verifica-se que os cinco entrevistados (100%) constataam que o fenómeno tem uma incidência relevante na ZA do DTer Santiago do Cacém, considerando ainda que o fenómeno criminal em causa influi no sentimento de segurança dos produtores.

Relativamente à **questão n.º 3**, conclui-se que os cinco entrevistados (100%) referem que o fenómeno tem uma incidência relevante na ZA do DTer Grândola, considerando ainda que os furtos registados influem no sentimento de segurança dos produtores.

No que diz respeito à **questão n.º 4**, os três entrevistados (100%) consideram que o fenómeno tem um duplo impacto negativo para os produtores, sendo por um lado o impacto a nível económico, e por outro o impacto a nível ambiental, dados os estragos provocados nos sobreiros aquando dos furtos.

Quanto à **questão n.º 5**, os entrevistados dividem-se um pouco ao caracterizar o *modus operandi*. Os oito (100%) concordam no facto de o furto ser perpetrado na árvore. Cinco referem que ocorrem em período noturno (62,5%), sendo que metade refere que os furtos são levados a cabo por grupos de indivíduos. Três entrevistados (37,5) referem que os furtos ocorrem essencialmente em períodos de lua cheia e que a cortiça é marcada durante o dia e descolada da árvore durante a noite. Dois dos entrevistados referem que os indivíduos fazem vigilâncias, sendo que se deve destacar que metade dos entrevistados refere que houve uma alteração de *modus operandi* (anteriormente os furtos eram perpetrados nas pilhas de cortiça, agora são no sobreiro).

No que respeita à **questão n.º 6**, sete dos 10 entrevistados (70%) referem que os furtos se devem a um fator de aliciamento, que se trata do elevado lucro que se obtém dessa prática criminal. Relativamente aos fatores de risco associados à referida criminalidade, metade dos entrevistados considera que passa pela falta de condições de segurança de alguns produtores. Outros cinco (50%) referem o facto de existirem empresas que se dedicam à recetação da cortiça furtada, sendo que três (30%) se referem à grande dimensão das áreas florestais.

Relativamente à **questão n.º 7**, as respostas dividem-se quanto à existência de um padrão socioeconómico. Quatro (44,4%) referem não ser possível estabelecer um padrão concreto. Outros quatro entrevistados, consideram que existem vários padrões, uma vez que se trata de uma rede organizada. Relativamente às características, sete dos entrevistados

(77,8%) referem que quem leva a cabo os furtos apresenta carências económicas, sendo que quatro (44,4%) consideram que se tratam de indivíduos do sexo masculino e que são indivíduos especialistas na extração da cortiça. Sete entrevistados referem que existem indivíduos que se dedicam à recetação da cortiça e que coordenam a rede criminosa, sendo que dois dos entrevistados referem que existe um terceiro nível, composto por indivíduos de elevados recursos económicos.

No que diz respeito à **questão n.º 8**, quatro das entidades entrevistadas (66,7%) consideram que o facto das áreas em estudo serem as mais fustigadas pelo fenómeno a nível nacional se deve à localização das empresas que fazem a recetação da cortiça furtada. Três dos entrevistados (50%) consideram que se deve à vasta área de montado que estas regiões apresentam e que se deve igualmente a estas serem as áreas de proveniência dos autores dos furtos.

Quanto à **questão n.º 9**, os sete entrevistados (100%) referem que o decréscimo registado se deve à aplicação de medidas preventivas aplicadas pela GNR nas áreas em estudo. Cinco destes (71,4%) consideram que este facto também se deve à divulgação feita das medidas aplicadas.

No que respeita à **questão n.º 10**, todos os nove entrevistados (100%) consideram que os patrulhamentos feitos neste âmbito são patrulhamentos direccionados. Quatro das entidades (44,4%) referem que estes patrulhamentos ocorrem apenas nas épocas de extrações de cortiça. Três das entidades entrevistadas (33,3%) consideram que as patrulhas são adaptadas aos horários mais propícios de ocorrer furtos, sendo que outros três referem que são desenvolvidas ações de fiscalização rodoviária neste âmbito.

Relativamente à **questão n.º 11**, os cinco entrevistados (100%) referiram que foram estabelecidas parcerias com vista à redução dos furtos. As entidades parceiras referidas são: Associações de produtores e produtores não associados; AT/Finanças/ASAE de Setúbal, Direção de Finanças de Évora, Câmaras Municipais, ACT e AT.

No que diz respeito à **questão n.º 12**, sete dos nove entrevistados (77,8%) consideram que a principal medida aplicada, além das ações de patrulhamento, passa pelas ações de sensibilização. Quatro (44,4%) referem o preenchimento do formulário do registo de propriedade (sendo que este formulário só se encontra em vigor nas áreas abrangidas pelo Programa “Cortiça Segura”).

No que respeita à **questão n.º 13**, todos os nove entrevistados (100%) se reportam à constituição de patrulhas direccionadas para a problemática como principal metodologia

adotada nas suas ZA. Surgem ainda a divulgação de conselhos/ações de sensibilização e as ações de fiscalização rodoviária (referidas por três dos entrevistados – 33,3%).

De acordo com a **questão n.º 14**, são diversos os meios utilizados na divulgação do programa. Três das quatro entidades entrevistadas (75%) referem a divulgação feita por via do CTer Setúbal ou dos respetivos DTer. Também três entrevistados se referem aos meios de comunicação social e ao colóquio que deu início ao Programa “Cortiça Segura”. Duas das entidades consideram relevante a divulgação através dos parceiros constituídos.

Relativamente à **questão n.º 15**, seis dos sete entrevistados (85,7%) referem que até ao momento, o Programa “Cortiça Segura” tem tido um impacto positivo, sendo que o número de furtos tem diminuído, o que consequentemente aumenta o sentimento de segurança dos produtores. Três dos entrevistados reportam-se à “Operação Montado”, considerando que da mesma poderão advir resultados ao nível da repressão do fenómeno criminal. Por último, dois entrevistados consideram o programa inovador por conciliar a prevenção e a IC.

No que respeita à **questão n.º 16**, oito das nove entidades entrevistas (88,9%) consideram que o Programa “Cortiça Segura” está a ter um impacto significativo junto dos produtores, aumentando o seu sentimento de segurança.

Quanto à **questão n.º 17**, as opiniões dividem-se em relação aos resultados obtidos com a operação levada a cabo. No que respeita ao sentimento de segurança, oito das 11 entidades entrevistadas (72,7%) consideram que saiu aumentado desta operação, sendo que para três delas, esse aumento advém da grande divulgação feita. No que respeita aos resultados sentidos no número de furtos, nove dos entrevistados (81,8%) consideram ser prematuro fazer tal análise antes do final do ano de 2017. Quatro entrevistados referem que até ao momento o número de furtos diminuiu significativamente, sendo que duas reiteram a necessidade de intensificar a prevenção após os resultados conseguidos com a IC.

De acordo com a **questão n.º 18**, quatro dos cinco entrevistados (80%) consideram que a prevenção criminal e a IC são indissociáveis e complementares. Três dos entrevistados consideram que a IC potencia a prevenção criminal, sendo também três os que consideram o inverso (prevenção criminal potencia a IC).

No que diz respeito à **questão n.º 19**, metade dos entrevistados (cinco), consideram que se deveria implementar uma solução a nível legislativo com vista à redução da criminalidade em estudo, passando tal medida por uma legislação que possibilitasse uma maior fiscalização e controlo da cortiça (semelhante ao DL 77/2015). No que diz respeito a medidas do foro policial, as opiniões dividem-se. Três entrevistados (30%) consideram a

necessidade de uma maior ligação prevenção criminal/IC, sendo que dois consideram ser imperativo a expansão do programa às outras áreas do dispositivo da GNR afetadas pelo referido fenómeno criminal.

Relativamente à **questão n.º 20**, seis dos 11 entrevistados (54,5%) reportam que o aumento dos furtos no ano de 2015 se deveu ao facto das medidas aplicadas pela GNR com o Programa “Cortiça Segura”, terem mobilizado a criminalidade para as áreas contíguas. Quatro consideram não ser possível concluir que o aumento da criminalidade se deve à implementação das referidas medidas.

No que respeita à **questão n.º 21**, oito dos 10 entrevistados (80%) consideram que a principal lacuna do programa se prende com a falta de meios, sendo que duas consideram não haver qualquer lacuna. No que respeita às soluções, as opiniões são bastante díspares. Metade dos entrevistados (cinco) referem a necessidade de destinar mais meios ao programa e dois consideram a necessidade de um diploma legal aplicado à cortiça semelhante ao aplicado à pinha (DL 77/2015).

De acordo com a **questão n.º 22**, a totalidade dos entrevistados (cinco – 100%) referem que o aumento do número de ocorrências no ano em que se implementam medidas preventivas é natural, visto que a aplicação das medidas e a sua divulgação levam a que as denúncias dos crimes aumentem significativamente. Dois dos entrevistados referem-se ainda ao facto de se tratar de um crime organizado.

Relativamente à **questão n.º 23**, as duas entidades entrevistadas são unânimes. Ambas consideram que as medidas implementadas na ZA do DTer Montemor-o-Novo são similares às medidas do Programa “Cortiça Segura”, sendo que a distinção passa apenas pela criação de um programa específico, o que trás vantagens ao nível da divulgação.

Quanto à **questão n.º 24**, sete dos oito entrevistados (87,5%) consideram viável e vantajoso que se uniformizem procedimentos ao nível das áreas fustigadas pela problemática, através de uma diretiva por parte do CO. Cinco entidades (62,5%) consideram que para além de tal diretiva, seria também valoroso que se divulgassem as boas práticas do programa a todo o dispositivo. Três das entidades referem ainda que tal diretiva necessitaria de ser adaptada a cada uma das realidades dos CTer e dos DTer fustigados por este ilícito.

No que diz respeito à **questão n.º 25**, todos os entrevistados (quatro – 100%) referem não ter conhecimento da existência de medidas concretas de combate e prevenção ao furto de cortiça, excetuando as medidas aplicadas nas áreas em estudo.

Relativamente à **questão n.º 26**, sete dos oito entrevistados (87,5%) consideram ser muito importante aplicar uma medida que leve a um maior controlo dos recetadores (similar à Lei 54/2012), pois consideram que levaria a uma diminuição da referida criminalidade.

De acordo com a **questão n.º 27**, as opiniões são bastante díspares. Três das entidades (60%) referem que as medidas vigentes na “OAS” devem ser replicadas ao Programa “Cortiça Segura”, uma vez que se tratam de realidades em tudo semelhantes. Duas entidades referem-se à necessidade de envolver mais parceiros no programa.

Por último, no que respeita à **questão n.º 28**, as oito entidades (100%) consideram imperativa a aplicação de uma medida legislativa que regule a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação da cortiça (similar ao DL 77/2015), pois consideram que atenuaria a problemática. Dois dos entrevistados consideram ainda relevante serem definidas épocas de extrações (semelhante ao que acontece com a pinha).

6.3.1. Conclusões das entrevistas

Através da realização das 17 entrevistas previamente analisadas, foi possível obter diversas conclusões.

Em primeiro lugar, conclui-se que o fenómeno criminal, que são os furtos de cortiça, apresenta uma incidência relevante nas áreas em estudo, o que influi no sentimento de segurança dos produtores, instalando-se um sentimento de insegurança junto desta classe. Os furtos propriamente ditos acabam por ter uma dupla consequência negativa para os produtores, na medida em que, para além do impacto económico, surgem ainda associados os danos provocados nos sobreiros aquando dos furtos.

De seguida, é possível concluir que o *modus operandi* sofreu uma alteração nos últimos anos, sendo que atualmente os furtos são perpetrados diretamente do sobreiro, no período noturno. No que respeita aos fatores que influem na referida criminalidade, destaca-se o elevado lucro que se obtém com os furtos, tendo ainda de se considerar a falta de condições de segurança por parte de alguns produtores de cortiça.

No que respeita aos métodos e técnicas utilizadas no policiamento, é de referir que as ações passam essencialmente por patrulhamentos direcionados para esta problemática. Para além disso, destacam-se ainda as ações de sensibilização levadas a cabo pela GNR junto dos produtores. Neste âmbito, conclui-se que foram estabelecidas parcerias com diversas entidades, tendo a divulgação das medidas sido levada a cabo por diversos meios, dos quais

se destacam os canais próprios do CTer Setúbal e dos respetivos DTer, a divulgação por parte dos meios de comunicação social e do colóquio que deu início ao Programa “Cortiça Segura”.

Quanto aos resultados obtidos com o Programa “Cortiça Segura” conclui-se que tem influenciado significativamente o sentimento de segurança dos produtores, aumentando-o; por outro lado, a aplicação do mesmo em 2015 na ZA de Santiago do Cacém levou a uma mobilização da criminalidade para as áreas contíguas. Neste âmbito, torna-se imperativo abordar a “Operação Montado”, sendo que em relação a esta operação é possível concluir que aumentou o sentimento de segurança dos produtores, sendo que os resultados ao nível de uma possível redução no número de furtos, só serão possíveis de analisar no final do presente ano de 2017. No que respeita às lacunas do programa, destaca-se a falta de meios humanos e materiais (viaturas) que se verifica nos DTer em estudo. As soluções apresentadas para melhorar a ação da GNR neste âmbito, passam pela aplicação de uma medida legislativa que permita uma maior fiscalização de toda a atividade relacionada com a cortiça (a par da legislação aplicada à pinha – DL 77/2015). No âmbito legislativo, é ainda de referir que se conclui a necessidade de aplicar uma medida que permita um maior controlo da atividade de recetação (similar à Lei 54/2012).

Por último, conclui-se que as medidas vigentes no Programa “Cortiça Segura” são similares às medidas aplicadas pelo DTer Montemor-o-Novo, sendo que a distinção passa pela criação de um programa específico, o que se verifica vantajoso ao nível da divulgação. Relativamente às medidas vigentes nas áreas em estudo, estas são as únicas medidas preventivas aplicadas ao nível do dispositivo da GNR, com vista a redução desta criminalidade. Conclui-se ainda ser viável e vantajosa a existência de uma diretiva emanada pelo CO, com vista a uniformizar procedimentos ao nível da prevenção e combate a este fenómeno criminal, levando a aplicação do Programa “Cortiça Segura” às restantes áreas fustigadas pela problemática.

6.4. Análise dos inquéritos por questionário

Como previamente referido, para além da realização das 17 entrevistas semiestruturadas anteriormente analisadas, foi ainda aplicado um inquérito por questionário (Apêndice H) a produtores de cortiça.

O referido inquérito por questionário divide-se em três partes: uma primeira parte, introdutória, na qual é apresentado o questionário e a finalidade do mesmo ao inquirido; uma

segunda parte cuja finalidade se prende com a caracterização do inquirido; e uma terceira parte, a fase fundamental do questionário, na qual se incluem as 17 questões que compõem o mesmo.

A aplicação do mesmo possibilitou obter a opinião por parte dos principais interessados (os produtores), no que à efetividade e eventuais lacunas das medidas aplicadas pela GNR diz respeito.

Como forma de comparação entre as áreas em estudo, foram ainda aplicados inquéritos por questionário a produtores de cortiça cujas propriedades se localizam fora das áreas nas quais a GNR tem aplicadas medidas com vista à prevenção e combate deste fenómeno criminal.

6.4.1. Análise da fiabilidade dos inquéritos por questionário

Recorrendo ao programa informático *IBM SPSS Statistics version 21*, e por forma a conhecer a fiabilidade do referido inquérito por questionário, calculou-se o *Alpha* de Cronbach⁸¹, obtendo-se o valor de 0,801, o que segundo Hill & Hill (2008) é considerado “Bom” (valor compreendido entre 0,8 e 0,9).

Tabela n.º 2- Dados considerados na análise dos inquéritos por questionário

Questionários	Número	Percentagem (%)
Validos	68	100,0
Excluídos	0	0,0
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base no SPSS

A partir dos 68 inquéritos válidos, obteve-se:

Tabela n.º 3- Cálculo do *Alpha* de Cronbach

<i>Alpha</i> de Cronbach	Número de itens
,801	35

Fonte: Elaboração própria, com base no SPSS

⁸¹ Foi calculado com base nas 17 questões que compõem a parte fundamental do inquérito por questionário, tendo-se excluído as questões referentes à caracterização do inquirido.

6.4.2. Análise da 2.^a parte do questionário - Caracterização dos inquiridos

A segunda parte do inquérito por questionário (composta por sete questões) visa caracterizar o inquirido⁸². Como anteriormente referido, existiu alguma dificuldade na obtenção de amostra, sendo que apenas quatro das associações de produtores de cortiça contactadas se disponibilizaram a participar no presente estudo, partilhando o questionário com os seus associados.

Deste modo, as propriedades dos inquiridos localizam-se nos Distritos de Castelo Branco (11 – 16,2%), Évora (14 – 20,6%), Portalegre (17 – 25%) e Setúbal (26 – 38,2%) – Tabela n.º 15.

Destes, 25 (36,8 %) têm propriedades localizadas nas áreas abarcadas pelas medidas do Programa “Cortiça Segura”, sendo que 17,6% (12 inquiridos) possuem propriedades nas áreas abarcadas pelas medidas aplicadas pelo DTer Montemor-o-Novo.

Assim, totalizam-se 37 produtores (54,4%) cujas propriedades se encontram em áreas nas quais se encontram vigentes medidas por parte da GNR, tendo em vista a redução da criminalidade relacionada com os furtos de cortiça. Inversamente, totalizam-se 31 produtores (45,6%) cujas propriedades se encontram fora das áreas nas quais a GNR tem aplicadas medidas neste âmbito.

Dos 68 inquiridos, 44 (65%) encontram-se agrupados em associações de produtores (Gráfico n.º 10), sendo que, destes, 17 encontram-se filiados na ANSUB, 13 na AFLOSOR, 12 na AFLOBEI, um na AAG e um outro referiu ser associado da CAP (Gráfico n.º 11).

No que respeita às dimensões das propriedades, pode verificar-se que são bastante variáveis (Gráfico n.º 12). No entanto, devido às dimensões apresentadas, torna-se fácil constatar as dificuldades em patrulhar tais terrenos, quer por parte da GNR, quer por parte dos proprietários, tendo em vista evitar os furtos.

6.4.3. Análise da 3.^a parte do questionário - Questões

Em seguida, serão comentados os resultados apresentados no Apêndice J.2.

No que diz respeito à **questão n.º 2.1**, 49 inquiridos (72,1%) referiram já ter, pelo menos uma vez, sido alvo de furtos de cortiça, sendo que os restantes 19 inquiridos referem nunca ter sido alvo de furtos de cortiça (Gráfico n.º 13, Tabela n.º 16).

⁸² Os gráficos e tabelas resultantes da análise da segunda parte do inquérito por questionário constam do Apêndice J.1.

Relativamente à **questão n.º 2.2**, verifica-se que os furtos incidem essencialmente no verão (contabilizando 56,5% das 108 ocorrências de furtos relatadas pelos inquiridos). Já na primavera, contabilizaram-se 40 ocorrências, o que perfaz (37%). Verifica-se ainda que relativamente ao período em estudo, os furtos apresentam um aumento constante desde 2011, atingindo o pico máximo no ano de 2015 (24,1%), tendo-se verificado uma quebra significativa no ano de 2016 (Gráfico n.º 14, Tabela n.º 17).

Relativamente à **questão n.º 2.3**, conclui-se que 75% dos inquiridos referem ter conhecimento da existência de furtos nas propriedades contíguas às suas, sendo que os restantes 25% dos inquiridos referem não conhecer qualquer ocorrência de furto de cortiça em propriedades vizinhas às suas. (Gráfico n.º 15, Tabela n.º 18).

No que diz respeito à **questão n.º 2.4**, e a par da questão n.º 2.2, verifica-se que a maior incidência dos furtos ocorre no período do verão e primavera, totalizando 96,9% dos furtos que os inquiridos dizem ter conhecimento em propriedades próximas às suas (Gráfico n.º 16, Tabela n.º 19).

Quanto à **questão n.º 2.5**, verifica-se que 36 (53%) dos inquiridos referem não ter conhecimento da existência do Programa “Cortiça Segura”. Ainda assim, dos 25 inquiridos cujas propriedades se localizam nas áreas abarcadas pelo programa, apenas 7 referiram não ter conhecimento do mesmo (Gráfico n.º 17, Tabelas n.º 20 e 21).

No que respeita à **questão n.º 2.6**, conclui-se que dos 32 inquiridos que revelaram ter conhecimento da existência do programa, 12 (37,5%) tiveram conhecimento do mesmo por parte da associação de produtores a que pertencem (Gráfico n.º 18, Tabela n.º 22).

Relativamente à **questão n.º 2.7**, 32 dos inquiridos (47,5%) consideram a GNR como sendo uma instituição fundamental no combate a esta problemática, sendo que 19 destes são inquiridos cujas propriedades se localizam nas zonas abrangidas pelas medidas aplicadas pela GNR (Gráfico n.º 19, Tabelas n.º 23 e 24).

No que diz respeito à **questão n.º 2.8**, 36,8% dos inquiridos referem que consideram as medidas aplicadas pela GNR relevantes, ainda que pouco efetivas. Dos 68 inquiridos, 23 referem não conhecer as medidas aplicadas (Gráfico n.º 20, Tabelas n.º 25 e 26).

Quanto à **questão n.º 2.9**, 23,5% dos inquiridos referem que a GNR patrulha as áreas onde se localizam as suas propriedades durante todo o ano, ainda que com pouca frequência. Dos inquiridos, 32 referiram nunca avistar patrulhas naquelas áreas, sendo de referir que 22 destes têm as suas propriedades localizadas em áreas não abrangidas pelas medidas aplicadas pela GNR (Gráfico n.º 21, Tabelas n.º 27 e 28).

No que respeita à **questão n.º 2.10**, para além dos 23 inquiridos que desconhecem as medidas aplicadas, surge como principal falha nas medidas aplicadas o facto do patrulhamento realizado ser pouco incisivo/muito disperso (Gráfico n.º 22, Tabela n.º 29).

Relativamente à **questão n.º 2.11**, são três as medidas de urgente aplicação segundo os inquiridos. Dos mesmos, 36,9% referem ser fundamental aplicar à cortiça um diploma legal semelhante ao aplicado aos metais não preciosos (Lei 54/2012) – 28,7%, sendo ainda de referir a necessidade de uma legislação semelhante à aplicada ao caso da pinha (DL 77/2015) e a necessidade de existência de um maior número de vigilantes florestais - 33,6% (Gráfico n.º 23, Tabela n.º 30).

No que diz respeito à **questão n.º 2.12**, a grande maioria dos inquiridos referem sentir-se um pouco inseguros (36,8%) ou bastante inseguros - 41,2% (Gráfico n.º 24, Tabelas n.º 31 e 32).

No que respeita à **questão n.º 2.13**, para além dos 23 inquiridos que desconhecem as medidas aplicadas, 26 inquiridos (38,2%) consideram que as medidas aplicadas pela GNR aumentaram um pouco o seu sentimento de segurança no que à probabilidade de ocorrência de furtos de cortiça diz respeito. É de referir que 21 destes 26 inquiridos têm as suas propriedades abrangidas pelas medidas aplicadas (Gráfico n.º 25, Tabelas n.º 33 e 34).

De acordo com a **questão n.º 2.14**, 40 inquiridos (58,8%) referem já ter sentido necessidade de aplicar, por conta própria, medidas com vista a prevenir ocorrências da referida criminalidade (Gráfico n.º 26, Tabela n.º 35).

Relativamente à **questão n.º 2.15**, 18 dos 40 inquiridos que referiram já ter sentido necessidade de aplicar medidas preventivas por conta própria, optaram pela contratação de vigilantes, sendo que 14 afirmam ter reforçado a vigilância sem no entanto ter recorrido a contratação (Gráfico n.º 27, Tabela n.º 36).

No que respeita à **questão n.º 2.16**, uma clara maioria dos inquiridos (47 – 69,1%) consideram que a origem e prevalência do fenómeno criminal em estudo se deve ao facto das empresas intermediárias não se preocuparem com a proveniência da cortiça (Gráfico n.º 28, Tabela n.º 37).

Por último, quanto à **questão n.º 2.17**, 33 inquiridos (48,5%) consideram que os furtos de cortiça são um problema relevante, colocando-se ao nível de outros problemas com os quais os produtores de cortiça se debatem. De referir ainda que 27 dos inquiridos (39,7%) consideram que este problema apresenta uma enorme gravidade a nível económico e ambiental, superando os restantes problemas com os quais os produtores se debatem (Gráfico n.º 29, Tabela n.º 38).

6.4.4. Conclusões dos inquéritos por questionário

Através da realização dos 68 inquéritos por questionário anteriormente analisados, foram possíveis extrair diversas conclusões.

Primeiramente, é possível concluir que os furtos de cortiça apresentam uma elevada incidência nas áreas afetadas, na medida em que 72,1 % dos inquiridos referiram já ter sido alvos de furtos, sendo que 75% referiram ter conhecimento de ocorrências, neste âmbito, em propriedades contíguas às suas. Para além disso, é possível concluir que os furtos ocorrem essencialmente no período do verão, tendo ainda uma incidência considerável no período da primavera.

No que respeita ao sentimento de segurança dos inquiridos, conclui-se que a problemática influi significativamente no mesmo, sendo que uma larga margem dos inquiridos (78%) se sente um pouco ou, inclusivamente, bastante insegura e nenhum dos inquiridos referiu sentir-se completamente seguro.

Em seguida, relativamente aos fatores de risco ou de aliciamento, a grande maioria dos inquiridos reporta-se às empresas intermediárias, visto estas não terem a devida preocupação com a proveniência da cortiça que adquirem.

No que diz respeito à divulgação do Programa “Cortiça Segura”, é de referir que a mesma apresenta efeito nas áreas abrangidas pelo mesmo, sendo que 18 dos 25 inquiridos cujas propriedades se localizam naquelas áreas referem ter conhecimento da existência do mesmo. Relativamente aos meios envolvidos na divulgação, sobressai o conhecimento através da associação de produtores à qual se encontram ligados.

No que respeita às medidas aplicadas, as mesmas são relevantes ainda que pouco efetivas, existindo, no entanto, um número significativo de produtores que desconhecem as mesmas (23 inquiridos), sendo que em relação às ações de patrulhamento, a grande maioria dos inquiridos refere que é raro serem avistadas patrulhas da GNR nas áreas das suas propriedades.

Quanto às medidas aplicadas, conclui-se que as mesmas aumentaram um pouco o sentimento de segurança dos produtores inquiridos (38,2%), sendo que a principal falha no que a estas diz respeito surge no facto de o patrulhamento ser pouco incisivo.

Por último, conclui-se que a GNR surge como uma instituição fundamental no combate a esta problemática, sendo que ainda assim deve melhorar a sua ação neste âmbito com vista a atingir melhores resultados.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a conclusão das primeiras duas partes do presente RCFTIA, surge a conjugação de ambas no presente capítulo, que constitui a terceira e última parte da presente investigação.

Neste capítulo, para além da verificação das hipóteses levantadas⁸³, procede-se ainda à resposta às questões da investigação e à confirmação dos objetivos. Posteriormente, são tecidas as reflexões finais e apontadas as limitações, sendo ainda propostas investigações futuras decorrentes da presente investigação.

7.1. Verificação das hipóteses formuladas

Relativamente à H₁: **“O valor de mercado da cortiça, o seu fácil escoamento e débeis medidas de segurança por parte dos produtores, são os principais fatores de risco e de aliciamento no furto de cortiça”**, esta foi parcialmente verificada considerando os resultados obtidos com a questão n.º 6 do GE. Nesta, sete dos entrevistados (70%) referiu que o elevado lucro que se obtém com os furtos (que advém do valor do mercado de cortiça) é o principal fator de aliciamento desta criminalidade. Já no que respeita aos fatores de risco, 50% mencionou a falta de condições de segurança por parte dos produtores, sendo que outros cinco entrevistados (50%) referiram as empresas que se dedicam à recetação (que possibilitam um fácil escoamento da cortiça furtada).

Quanto à H₂: **“Os autores do furto de cortiça têm como principal *modus operandi* atuarem de noite, em grupos, consumando os furtos mediante a extração da cortiça dos sobreiros”**, e tendo como base os resultados obtidos na questão n.º 5 do GE, conclui-se que a presente hipótese foi parcialmente verificada. Os oito entrevistados (100%) afirmaram que os furtos são perpetrados por extração da cortiça do sobreiro, sendo que 62,5% referem que os furtos ocorrem essencialmente no período noturno. São ainda de considerar os quatro entrevistados (50%) que se referem aos grupos de indivíduos.

No que respeita à H₃: **“Os resultados obtidos com as medidas de prevenção e combate ao crime de furto de cortiça implementadas pela GNR com o Programa “Cortiça Segura”, demonstram que as mesmas são relevantes e efetivas, verificando-se**

⁸³ Por forma a verificar ou refutar as hipóteses da investigação foi tida em conta a Tabela n.º 39 (Anexo F).

uma diminuição significativa do número de ocorrências de furtos de cortiça na ZA dos Destacamentos onde o Programa foi implementado”, pode afirmar-se que a mesma foi verificada, considerando os dados obtidos com as respostas às questões n.º 9 e 15 do GE, bem como do Gráfico n.º 9 e da Tabela n.º 11 constantes no Apêndice B. É ainda de referir que para efeitos da presente hipótese, apenas foi possível considerar os resultados relativos ao DTer Santiago do Cacém, na medida em que a replicação do programa ao DTer Grândola apenas ocorreu no ano de 2016, não havendo portanto resultados concretos que possibilitem incluir o DTer Grândola na presente hipótese. Assim, no que respeita à questão n.º 9, é possível verificar que os sete entrevistados (100%) consideram que a redução da criminalidade no ano de 2016 se deve a aplicação de medidas preventivas no ano anterior. Já no que respeita à questão n.º 15, 85,7% dos entrevistados referiram que o programa levou até ao momento a uma diminuição do número de furtos. Relativamente ao Gráfico n.º 9 e à Tabela n.º 11 é possível verificar que do ano de 2015 (ano de aplicação do então Projeto “Cortiça Segura” no DTer Santiago do Cacém) para o ano de 2016, o número de ocorrências teve uma quebra de 64,7% naquela zona de ação, sendo que a tendência era de um aumento nos anos anteriores. Pode ainda verificar-se pelo Gráfico n.º 8 e pela Tabela n.º 10 que no ano de 2016, em todos os PTer do DTer Santiago do Cacém foram verificadas menos ocorrências relativamente aos anos transatos.

Relativamente à H₄: **“O Programa “Cortiça Segura” deve ser implementado em todos os Destacamentos onde se registem furtos de cortiça”**, esta verifica-se na presente investigação. Para tal, consideram-se os resultados obtidos com a questão n.º 24 do GE, sendo que sete dos oito entrevistados (87,5%) consideram que seria viável e vantajoso uniformizar procedimentos através de uma diretiva operacional, levando a uma aplicação do Programa “Cortiça Segura” às restantes áreas afetadas pela problemática. Devem ainda considerar-se os 62,5% que referem que as boas-práticas devem ser difundidas por todo o dispositivo.

Por último, no que respeita à H₅: **“A implementação de medidas no combate à recetação da cortiça furtada contribui para a prevenção do furto de cortiça”**, conclui-se que a mesma se verifica, tendo por base os resultados obtidos com as respostas à questão n.º 26 do GE, bem como as questões 2.11 e 2.16 do inquérito por questionário. No que respeita à questão n.º 26, é possível afirmar que sete dos oito entrevistados (87,5%) consideram que seria importante aplicar uma medida legislativa de tal ordem, pois atenuaria a problemática. Relativamente à questão 2.16, verifica-se que 69,1 % dos inquiridos consideram que a existência das empresas que se dedicam à recetação da cortiça furtada é o

principal fator que contribui para a problemática dos furtos, sendo que da questão 2.11 podemos concluir que 66,2 % dos inquiridos consideram que a criação de uma legislação neste sentido seria uma medida de urgente aplicação, tendo em vista a redução do fenómeno criminal em estudo.

7.2. Respostas às perguntas derivadas da investigação

Após a verificação das hipóteses, segue-se a resposta às PD da presente investigação.

Quanto à PD₁: **“No que concerne ao território nacional, qual a dispersão dos crimes de furto de cortiça e qual real impacto desta problemática nas regiões afetadas?”**, e recorrendo aos dados secundários analisados, verifica-se que a problemática em estudo tem especial incidência nas regiões do território suberícola (Anexo D), com especial incidência nos Distritos de Setúbal, Évora, Beja, Santarém, Castelo Branco e Portalegre (Gráfico n.º 1 - Capítulo 2 e Figura n.º 2 - Apêndice B). É ainda de referir que os três DTer em estudo (Grândola, Montemor-o-Novo e Santiago do Cacém, por esta ordem) são os três DTer do dispositivo da GNR que apresentam maior número de ocorrências neste âmbito (Gráfico n.º 9, Tabela n.º 11- Apêndice B), totalizando 374 ocorrências, o que perfaz 33,1 % das ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período em estudo.

Pode ainda verificar-se (com recurso às entrevistas realizadas) que todos os entrevistados (excetuando um) consideram que os furtos de cortiça apresentam uma relevância significativa nas suas áreas, sendo que consideram ainda que os furtos apresentam um impacto considerável no sentimento de segurança dos produtores. Para além disso, é possível verificar pela resposta à questão n.º 4 que os entrevistados são unânimes em considerar que os furtos têm uma dupla consequência negativa para os produtores: vertente económica e vertente ambiental, dados os danos provocados nos sobreiros aquando dos furtos.

Recorrendo aos dados obtidos com os inquéritos por questionário, verifica-se ainda que 72,1% dos inquiridos já foram alvos de furtos pelo menos uma vez, sendo que 75% tem conhecimento de já terem ocorrido furtos em propriedades limítrofes à sua. Para além disso, é possível verificar, com recurso à questão 2.12, que 78% dos inquiridos se sentem ou um pouco inseguros ou bastante inseguros relativamente às suas propriedades.

No que concerne à PD₂: **“Quais os principais fatores de risco que possibilitam o exponenciar do número de furtos de cortiça e qual o *modus operandi* utilizado pelos autores de tais crimes?”**, recorrendo às entrevistas analisadas, conclui-se que existe um

único fator de aliciamento no que a esta criminalidade diz respeito: o elevado lucro que advém dos furtos para os seus autores. No que respeita aos fatores de risco, há que considerar a falta de condições de segurança que continuam a existir por parte de alguns produtores, bem como o facto de existirem empresas que se dedicam quase na exclusividade a fazer a recetação da cortiça furtada. Ainda relativamente à questão da recetação, e recorrendo à análise dos inquéritos por questionário, é possível observar na questão n.º 2.16 que 69,1% dos inquiridos referem que o principal facto potenciador dos furtos de cortiça prende-se com as empresas intermediárias não se preocuparem com a origem da cortiça que adquirem.

No que concerne ao *modus operandi*, e recorrendo à questão n.º 5 do GE, podemos concluir que o *modus operandi* utilizado sofreu uma alteração nos últimos anos: antes furtava-se a cortiça em pilhas, nos últimos anos o furto é realizado mediante extração da cortiça da própria árvore, sendo que os furtos são perpetrados por grupos de indivíduos, essencialmente durante o período noturno, e que a incidência aumenta nos períodos de lua cheia. Recorrendo aos dados secundários, podemos ainda verificar que os furtos ocorrem essencialmente na época de extração da cortiça, entre os meses de maio a setembro, contabilizando tal período temporal 82,3% das ocorrências registadas pela GNR no período em estudo.

Neste âmbito, pode ainda verificar-se, de acordo com os resultados obtidos com a questão n.º 7 do GE, que estamos perante uma rede organizada. No que respeita a um padrão socioeconómico, o nível mais baixo da rede, os indivíduos que levam a cabo os furtos, serão indivíduos do sexo masculino, com carências a nível económico e que são especialistas na arte de extrair cortiça dos sobreiros. Num nível intermédio, encontram-se indivíduos que têm como função a coordenação da rede, bem como a vertente da recetação da cortiça furtada. Por último, o nível superior da rede organizada é composto por indivíduos influentes e dotados de elevados recursos económicos.

Relativamente à PD₃: **“Que métodos e técnicas são utilizados no policiamento por parte da GNR, no que à prevenção e combate ao furto de cortiça diz respeito?”**, pode verificar-se, pela análise da questão n.º 13 do GE, que a metodologia adotada passa essencialmente pela constituição de patrulhas direcionadas, nos meses das extrações de cortiça e adaptadas aos horários mais propícios de ocorrerem furtos. Para além disso, importa referir que a metodologia difere no que às áreas em estudo diz respeito: nos DTer Santiago do Cacém e Grândola foi implementado um programa de policiamento de proximidade (nível CTer Setúbal), sendo que no DTer Montemor-o-Novo foram aplicadas medidas preventivas e repressivas, ainda que sem existir um programa constituído. Ainda neste

âmbito importa referir que, com base na questão n.º 23 do GE, existe uma grande semelhança entre os procedimentos e as medidas aplicadas no DTer Montemor-o-Novo e aquelas que se encontram vigentes no Programa “Cortiça Segura”, sendo que a principal destriça passa pela constituição do programa, que possibilita vantagens em termos de divulgação das medidas.

Para além das ações de patrulhamento direcionadas, e com base nas questões 11 e 12 do GE, conclui-se ainda que foram constituídas diversas parcerias com entidades locais, bem como são consideradas relevantes as ações de sensibilização levadas a cabo junto das associações de produtores e dos seus associados, é também considerado relevante o preenchimento do formulário de registo de propriedade, que serve como ficha de inscrição no Programa “Cortiça Segura”.

Recorrendo à análise dos questionários, confirma-se que 47,1 % dos inquiridos consideram a GNR como sendo uma instituição fundamental no âmbito da prevenção e combate aos furtos, sendo 55,5% dos entrevistados que referiram conhecer as medidas aplicadas pela GNR consideram que as mesmas são efetivas ainda que até ao momento não tenham sido suficientemente efetivas.

Quanto à PD₄: **“Quais os resultados obtidos com o Programa “Cortiça Segura” e quais as possíveis alterações a fazer ao programa no sentido de atingir melhores resultados?”**, e no que que respeita à questão n.º 9 do GE, é possível verificar que os sete entrevistados (100%) consideram que a redução da criminalidade no ano de 2016 se deve a aplicação de medidas preventivas no ano anterior. Já no que respeita à questão n.º 15, 85,7% dos entrevistados referiram que o programa levou até ao momento a uma diminuição do número de furtos. Recorrendo ao Gráfico n.º 9 e à Tabela n.º 11, é possível verificar que do ano de 2015 para o ano de 2016, o número de ocorrências teve uma quebra de 64,7% na ZA do DTer Santiago do Cacém, sendo que a tendência era de um aumento nos anos anteriores.

Já no que respeita ao sentimento de segurança, conclui-se que o mesmo tem vindo a aumentar desde a implementação do Programa “Cortiça Segura” (questão n.º 16 GE). Pode ainda verificar-se pela análise da questão n.º 2.13 do inquérito por questionário que dos 45 inquiridos que referiram conhecer as medidas aplicadas, 30 (66,7%) afirmam que as medidas implementadas aumentaram o seu sentimento de segurança. Ainda neste âmbito, no final do presente ano, será possível fazer uma melhor análise neste sentido, dado não só a aplicação do programa à ZA do DTer Grândola no ano de 2016, mas também devido à “Operação Montado” levada a cabo no mês de novembro de 2016, que se crê vir a ter efeitos em termos da dissuasão da referida criminalidade.

No que respeita às falhas relativas às medidas aplicadas, é possível apurar que os produtores inquiridos consideram o patrulhamento ser muito disperso como a principal falha às medidas. Esta falha apontada, pode ser em parte justificada pela principal falha apontada ao programa pelos entrevistados na questão n.º 21: a falta de meios humanos e materiais para alocar ao programa.

Relativamente às soluções por forma a dirimir as falhas verificadas nas medidas, destaca-se a necessidade de alocar meios humanos e materiais ao programa, a necessidade de soluções legislativas que possibilitem um maior controlo da atividade da recetação, bem como um maior controlo de toda a atividade de comercialização da cortiça.

No que concerne à PD₅: **“É viável a implementação do Programa “Cortiça Segura” nas restantes áreas do território nacional afetadas pela problemática?”**, conclui-se que seria viável e vantajoso uniformizar procedimentos através de uma diretiva operacional, levando a uma aplicação do Programa “Cortiça Segura” às restantes áreas afetadas pela problemática, com base nos 87,5% dos entrevistados que responderam à questão n.º 24. Devem ainda considerar-se os 62,5% que referem que as boas-práticas devem ser difundidas por todo o dispositivo, sendo que a implementação de tal programa a nível das restantes regiões afetadas pelo fenómeno em estudo, depende da adaptação do mesmo à realidade de cada CTer e respetivo DTer, não devendo o mesmo ser estanque.

Por fim, relativamente à PD₆: **“A implementação de medidas para combater a recetação da cortiça furtada poderá contribuir para a prevenção do furto de cortiça?”**, recorrendo à questão n.º 26 do GE, é possível afirmar que sete dos oito entrevistados (87,5%) consideram que seria importante aplicar uma medida legislativa de tal ordem, pois atenuaria a problemática. Neste seguimento, e verificando ainda a análise realizada à questão n.º 28, 100% dos entrevistados referem que para além da aplicação de medidas que previnam e combatam a recetação da cortiça furtada, seria relevante a aplicação de uma medida legislativa que regule a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação da cortiça, tendo esta efeitos essencialmente ao nível da fiscalização das mercadorias em transporte.

No que respeita aos inquéritos por questionário, na questão 2.16 verifica-se que 69,1% dos inquiridos consideram que a existência das empresas que se dedicam à recetação da cortiça furtada é o principal fator que contribui para a problemática dos furtos, sendo que da questão 2.11 podemos concluir que 66,2% dos inquiridos consideram que a criação de uma legislação neste sentido seria uma medida de urgente aplicação, tendo em vista a redução do fenómeno criminal em estudo.

7.3. Resposta à pergunta de partida e confirmação dos objetivos da investigação

Consumada que está a resposta às PD da investigação, é possível responder à PP - **“Qual a relevância do policiamento de proximidade da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça?”** - bem como averiguar se os objetivos da investigação se verificam.

Quando se aborda a relevância do policiamento de proximidade num determinado âmbito, importa observar duas vertentes: a variação do fenómeno em causa e o sentimento de segurança das populações alvo.

No que respeita ao fenómeno em causa, é possível observar, mediante os dados analisados, que desde a aplicação das medidas de prevenção e combate ao furto de cortiça no DTer Montemor-o-Novo (verão de 2014) e DTer Santiago do Cacém (verão de 2015), o fenómeno sofreu uma diminuição nas referidas áreas (Apêndice B, Gráfico n.º 9).

É ainda observável, no gráfico anteriormente referido, que no ano imediatamente seguinte à aplicação das medidas, regista-se um aumento do número de ocorrências. Tal situação é natural, segundo os entrevistados que responderam à questão n.º 22, pois a aplicação de medidas preventivas, aliada a uma ampla divulgação das mesmas, leva a um aumento do número de ocorrências.

Assim, é possível afirmar que as medidas só se traduzem numa redução no número de ocorrências no segundo ano de vigência das mesmas. Dado este motivo, o DTer Grândola fica excluído desta análise, pois com a aplicação das medidas resultantes do Programa “Cortiça Segura” no ano de 2016, seria necessário aguardar pelos resultados de 2018 por forma a conseguir chegar a conclusões consistentes.

Também no âmbito da divulgação se conclui que a GNR, por intermédio dos DTer e CTer em estudo, desenvolveu ações que se verificaram efetivas. Em primeiro lugar, pelo trabalho desenvolvido junto de diversos órgãos de comunicação social (escrita em papel, via *web*, e televisão) que divulgaram as medidas e as operações (a “Operação Montado” abriu todos os telejornais, a título de exemplo). Em segundo lugar, a criação de parcerias com diversos órgãos locais, possibilitou que também estes procedessem a uma divulgação das medidas. Por último, a divulgação realizada pela própria instituição, mediante os “canais” que cada vez mais rápido chegam às populações: o *site* institucional e o *Facebook*.

A “Operação Montado”, levada a cabo em novembro de 2016, é o exemplo flagrante da efetividade das medidas implementadas pela GNR, despertando para uma boa-prática que tantas vezes é descurada quando se aplicam programas de policiamento de proximidade com vista a combater um fenómeno criminal: a prevenção é indissociável da IC. Assim, o trabalho desenvolvido ao nível da prevenção possibilitou um “avolumar” de informações. Tais informações, trabalhadas pelas equipas mistas de IC (compostas por militares do CTer Setúbal e do DAF de Lisboa) possibilitaram chegar a conclusões neste âmbito, desmantelando uma rede organizada que operava nos furtos e na recetação da cortiça.

É verdade que o período temporal decorrente desde a referida operação até ao presente não nos permite retirar conclusões no que respeita à diminuição no número de furtos, no entanto é espetável que os resultados obtidos com a IC potenciem a dissuasão da referida criminalidade.

Por fim, e no que respeita ao sentimento de segurança dos produtores, o mesmo tem vindo a sair reforçado das medidas aplicadas pela GNR, sendo o ponto-chave a operação anteriormente referida. É possível verificar que a maioria dos inquiridos indicou que as medidas aplicadas “aumentaram um pouco” o seu sentimento de segurança.

Assim, e associando a redução verificada do número de ocorrências nos DTer em estudo ao aumento do sentimento de segurança da população alvo, pode concluir-se que o policiamento de proximidade e consequentes medidas aplicadas pela GNR com vista à prevenção e combate ao furto de cortiça são relevantes, levando a uma diminuição no número de ocorrências registadas e garantindo um aumento do sentimento de segurança dos produtores de cortiça. Deste modo, revela-se fundamental replicar o Programa “Cortiça Segura” às restantes áreas afetadas pela problemática por via de uma diretiva operacional.

Relativamente aos objetivos da investigação, é possível afirmar que todos os OE tiveram cumprimento: o referido fenómeno criminal foi caracterizado no período compreendido entre 2011 e 2016; foram identificadas as medidas vigentes no Programa “Cortiça Segura” e as aplicadas na ZA do DTer Montemor-o-Novo; identificaram-se as entidades que se constituíram como parceiros da GNR no âmbito da prevenção do fenómeno em causa e analisaram-se fenómenos criminais semelhantes. Deste modo, o OG foi também ele cumprido.

7.4. Reflexões finais

Respondida a PP da investigação, existem factos relativos ao fenómeno que não se incluem na abrangência da PP mas que importam referir.

Em primeiro lugar, os dados obtidos reportam-se sempre ao número de ocorrências e não de furtos. Isto porque o número de furtos (ou outros crimes) acaba por nunca ser um dado mensurável, na medida em que as Forças de Segurança e o MP apenas podem contabilizar o número de ocorrências, existindo inúmeros casos em que os crimes ocorrem, mas que por algum motivo não chegam ao conhecimento das autoridades competentes. Como consequência, tal crime que ocorreu mas que não foi “noticiado” às autoridades competentes, não se traduz numa ocorrência registada, o que significa que estatisticamente não ocorreu.

Seguidamente, e apesar de se ter concluído que o policiamento de proximidade desenvolvido pela GNR neste âmbito é relevante, importa ressaltar a necessidade de alocar mais meios neste âmbito, não só em termos de efetivo humano, mas principalmente em termos de viaturas todo-o-terreno, na medida em que os terrenos alvo não são acessíveis a qualquer tipo de viaturas.

Por último, por forma a aumentar a efetividade das medidas aplicadas pela GNR neste âmbito, torna-se imprescindível acompanhar o esforço feito pela instituição mediante a criação de medidas legislativas. No que respeita às medidas a aplicar, sobressai a necessidade de um maior controlo da atividade de recetação (semelhante ao que se aplicou ao caso dos metais não preciosos – Lei n.º 54/2012), bem como um maior controlo de toda a atividade relacionada com a cortiça (colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação) semelhante ao que se aplicou ao caso da pinha (DL n.º 77/2015).

7.5. Limitações e investigações futuras

No que respeita às limitações da presente investigação, destaca-se a grande dificuldade em fazer chegar os questionários aos produtores, que se traduziu num baixo número de respostas face ao expectável, devido à intransigência de determinadas associações de produtores contactadas em se associarem a um estudo que deveria ser do seu interesse participar.

Relativamente a investigações futuras, seria relevante dar continuidade ao presente estudo, uma vez que as medidas ainda são bastante recentes, sendo necessário averiguar a efetividade das mesmas a longo prazo. Será fundamental averiguar a efetividade das mesmas na ZA de Grândola no final do presente ano, bem como averiguar os resultados da “Operação Montado” no que respeita à dissuasão da criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos, relatórios e outros documentos impressos:

- Academia Militar – Direção de Ensino (2016). Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- Alves, A. (2008). Em busca de uma sociologia de polícia. *Revista da Guarda Nacional Republicana*.
- Alves, A. (2010). Introdução à Segurança. *Revista da Guarda Nacional Republicana*.
- Alves, A. (2011). Contributos para uma Sociologia da Polícia. *Revista da Guarda Nacional Republicana*.
- Amado, G. (2016). *A importância da Polícia Municipal na segurança. Noções e contributos da Polícia Municipal de Guimarães*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Direito e Segurança, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Bayley, D. (1998). *What Works in Policing*. New York: Oxford University Press.
- Caeiro, P. (1999). Comentário aos Artigos 227º, 228º, 229º, 230º, 231º, 232º, 233º. Em J. F. Dias, *Comentário Conimbricense do Código Penal- Tomo II* (pp. 402-514). Coimbra: Coimbra Editora.
- Canarias, D. (2014). *A Guarda Nacional Republicana e o Programa “Comércio Seguro” – O caso do concelho do Fundão*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Canotilho, J., & Moreira, V. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I, 4ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Capelo, O. (2010). *A cooperação institucional entre a guarda nacional republicana e o poder local na prevenção da criminalidade*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa, n.º 16, Janeiro-Março*, pp. 41-58.
- Costa, J. (1999). Capítulo II- Dos crimes contra a propriedade, Art.º 203.º (Furto). Em J. F. Dias, *Comentário Conimbricense do Código Penal - Tomo II* (pp. 25-53). Coimbra: Coimbra Editora.

- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia, Apontamentos para um Curso. Volume 1*. Lisboa: IESM.
- Dias, J. (2007). *Direito Penal - Parte Geral - Tomo I - Questões Fundamentais; A Doutrina Geral do Crime, 2ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dieu, E. (1999). Aproximación a una estrutura de las comissarias locales y de distrito. *Ciência Policial, Instituto de Estudios de Policia, nº48, Mayo-Junio*.
- Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça [DGPJMJ] (2016). *Manual de Preenchimento de Crimes Registados (Modelo 262/DGPJMJ/DSEJI)*
- Durkheim, É. (1998). *As Regras do Método Sociológico*. Editorial Presença.
- Fernandes, L. (2012). A insegurança e as políticas públicas de segurança. Em J. B. Gouveia, *Estudos de Direito e Segurança, II Volume* (pp. 30-325). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, E. (2008). Prevenção criminal - Teoria e Praxis. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 18 - N.º 1 Janeiro-Março*, pp. 107-134.
- Ferreira, F. (2014). *O policiamento de proximidade: O caso especial do programa “Comércio Seguro” da baixa da cidade do Porto*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Criminologia, Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto
- Ferreira, F., & Sousa, P. (2015). O policiamento de proximidade: uma abordagem local aos problemas de segurança. *Questões atuais de Direito local. Nº6*, 79-98.
- Fonseca, F. (2010). *A evolução das políticas públicas de segurança interna em Portugal, na era da globalização*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- Fortin, M. (1999). *O processo de Investigação: da conceção à realização (1ª Edição)*. Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2009). *Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gonçalves, D. (2014). *O papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de metais não preciosos: caso do Comando Territorial de Santarém*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa
- Gonçalves, M. (2004). *Código Penal Português- Anotado e Comentado. (16ª Ed.)*. Coimbra: Edições Almedina.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). *Estratégia 2020*. Lisboa: GNR

- Hill, M. & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário, 2.^a Edição*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Leitão, J. (2000). Sentimento de Insegurança. *Revista Polícia Portuguesa, Ano LXII, nº125, II série, Set./Out.*, pp. 2-13.
- Loche, E. (2012). *Segurança e Controle Social: Uma análise do Policiamento comunitário*. Dissertação para obtenção de grau de Doutor em Sociologia, Faculdade de Filosofias, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo
- Lourenço, N. (2010). Cidade e sentimento de insegurança: Violência urbana ou insegurança urbana? Em E. P. Júnior, J. F. Silva, & J. Maron, *Um toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social* (pp. 15-38). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social.
- Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade. Documentos para o Ensino*. Lisboa: Instituto de Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Machado, P. (2009). *Uma análise sociológica de algumas questões relativas à segurança pública. Evolução e principais tendências em Portugal*. Direção Geral da Administração Interna- Ministério da Administração Interna.
- Manuel, P. (2001). Delinquência Juvenil e Novas Inseguranças. *Seminário Internacional "Culturas e Segurança- Racismo, imigração, jovens em grupo"*. Lisboa: Inspeção-Geral da Administração Interna.
- Mendonça, A. (2012). Perfil do Assaltante Português. Em F. Almeida, & M. Paulino, *Profiling, Vitimologia % Ciências Forenses: Perspetivas anuais* (pp. 429-439). Pactor Editora.
- Moleirinho, P. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Direito e Segurança, Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento*. Lousã: Almedina.
- Oliveira, R. (2012). *A GNR na prevenção dos crimes contra o património*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.
- Pereira, J. (2014). *O futuro da floresta em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Pona, I. (2010). *O policiamento de proximidade: Que modelo para a GNR?*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª Edição)*. Lisboa: Gradiva.
- Reale, M. (1994). *Teoria Tridimensional do Direito*. São Paulo: Saraiva.
- Rodrigues, I. (2013). *A comunicação e as Relações Públicas no policiamento de proximidade. Estudo de caso: Operação Azeitona Segura*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa
- Santo, P. (2015). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais– Génese, Fundamentos e Problemas (2ª Edição)*. Lisboa: Edições Silabo.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e Segurança: uma análise prospetiva*. Lisboa: Centro de congressos de Lisboa.
- Silvério, P. (2010). Da ordem internacional, à evolução do conceito de segurança, até ao exercício da atividade de Segurança Interna. *Boletim do IESM*, pp. 9-78.
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna de 2016*. Lisboa: SSI
- Teixeira, N. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- União da Floresta Mediterrânica [UNAC] (2013). *Estudo de Determinação dos Pontos de Valor Acrescentado da Fileira da Cortiça*. Lisboa: UNAC.
- Valente, A. (2001). Os cidadãos e a Segurança. *Revista da Guarda Nacional Republicana*, Nº 50, abril-junho.
- Vaz, M. (2001). Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do Século XIX. Em J. V. Henrique Barreto Nunes, *O Mundo Continuará a Girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)* (pp. 127-135). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Silabo.

Weisburd, D. & Eck, J. (2004). What can Police do to reduce Crime, Disorder and Fear? *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n° 593, pp. 42-65.

Normativos jurídicos

Acórdão do Tribunal Constitucional, n° 527/95 de 4 de outubro, Proc. n.º 152/95, publicado em Diário da República, I Série-A, de 10 de novembro de 1995.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 13 de abril de 2016, Proc. n.º 2903/11.8TACSC.L1-3, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/49e0ed047fc8207280257f9c002e01c9?OpenDocument&Highlight=0,recepta%C3%A7%C3%A3o>

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10 de julho de 2013, Proc. n.º 93/07.0JACBR.C1, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/e7fe4e81ac4a200780257bc5003c5b5c?OpenDocument>

Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1 de 12 de agosto de 2005: Sétima revisão constitucional. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 155, Pág. 4642.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63 de 6 de novembro de 2007: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 213, Pág. 8043.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 53 de 29 de agosto de 2008: Aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 167, Pág. 6135.

Assembleia da República [AR] (2012). Lei n.º 54 de 6 de setembro de 2012: Define os meios de prevenção e de combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê os mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos. *Diário da república* - 1.ª SERIE, Nº 173, Pág. 5132.

Assembleia da República [AR] (2016). Lei n.º 40-A de 22 de dezembro de 2016: Vigésima sexta alteração ao Código do Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro. *Diário da república* - 1.ª SERIE, Nº 244, Pág. 4780-(2).

- Assembleia da República [AR] (2016). Lei n.º 39 de 19 de dezembro de 2016: Quadragésima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 241, Pág. 4747.
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas [MADRP] (2001). Decreto-Lei n.º 169 de 25 de maio de 2001: Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 121, Pág. 3053.
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas [MADRP] (2004). Decreto-Lei n.º 152 de 30 de junho de 2004: Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira. *Diário da república* - 1.ª SERIE A, Nº 152, Pág. 3967.
- Ministério da Agricultura e do Mar [MAM] (2015). Decreto-Lei n.º 77 de 12 de maio de 2015: Regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-mansão) em território continental. *Diário da república* - 1.ª SERIE, Nº 91, Pág. 2430.

Fontes eletrónicas

- Copeto, R. (2015). A opinião de Rogério Copeto: O policiamento de proximidade. In *Lidador Notícias*. Acedido em 14 de janeiro de 2016 em: <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-de-rogerio-copeto-o-policiamento-de-proximidade/>.
- Copeto, R. (2016). O furto de cortiça. In *Site Lidador Notícias*. Acedido em 23 de março de 2017 em: <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-rogerio-copeto-oficial-da-gnr-o-furto-de-cortica/>.
- Corticeira Amorim (2015). In *Site da Corticeira Amorim*. Acedido em 31 de março de 2017 em: <http://www.amorim.com/a-cortica/mitos-e-curiosidades/O-Sobreiro/110/>.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2016). O policiamento comunitário e os programas especiais da GNR. In *Site da Guarda Nacional Republicana*. Acedido em 25 de março de 2017 em: http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2016). Operação “Campo Seguro”. In *Site da Guarda Nacional Republicana*. Acedido em 26 de março de 2017 em: <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=6098>
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2016). Operação “Cortiça Segura”. In *Site da Guarda Nacional Republicana*. Acedido em 3 de abril de 2017 em: <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=320>

- Pereira, R. (2006). A proteção do direito da propriedade em direito penal. In. *Acta de Prática Jurídica Interdisciplinar I*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Acedido em 20 de fevereiro de 2017 em: www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/cfa_MA_2694.doc.
- Pereira, J.; Bugalho, M. & Caldeira, M. (2008). Do sobreiro à cortiça: Um sistema sustentável. In *Site da Associação Portuguesa de Cortiça*. Acedido em 31 de março de 2017 em: <http://www.apcor.pt/wp-content/uploads/2015/09/Do-Sobreiro-a-cortica-um-sistema-sustentavel.pdf>
- Pincha, J. (2016). Roubos de cortiça. Cinquenta anos perdidos em minutos, In *Site Observador*. Acedido em 23 de março de 2017 em: <http://observador.pt/especiais/roubos-de-cortica-cinquenta-anos-perdidos-em-minutos/>

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESQUEMA EXPLICATIVO DA NATUREZA DOS CRIMES EM ESTUDO

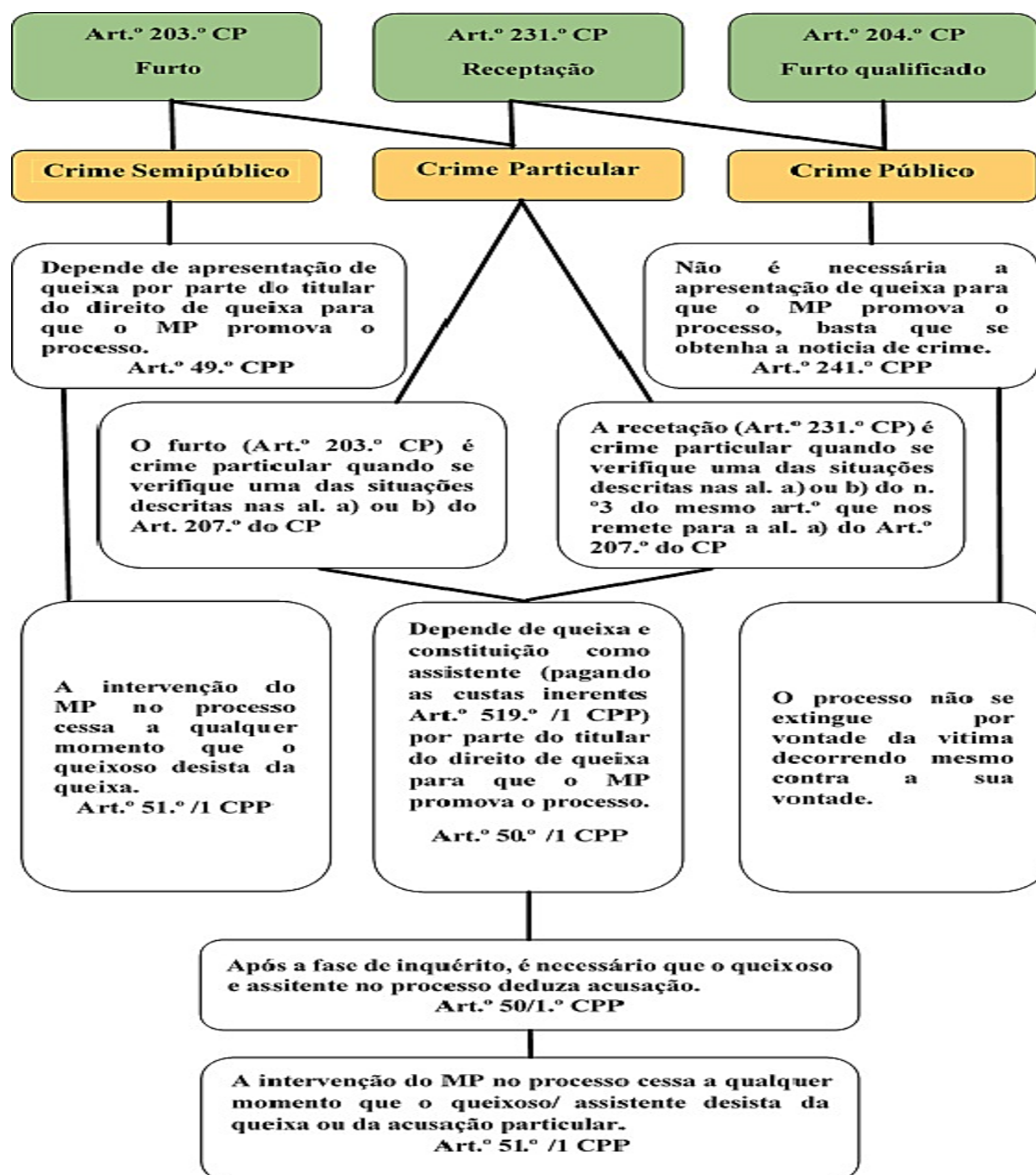


Figura n.º 1 - Esquema explicativo da natureza dos crimes em estudo

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS

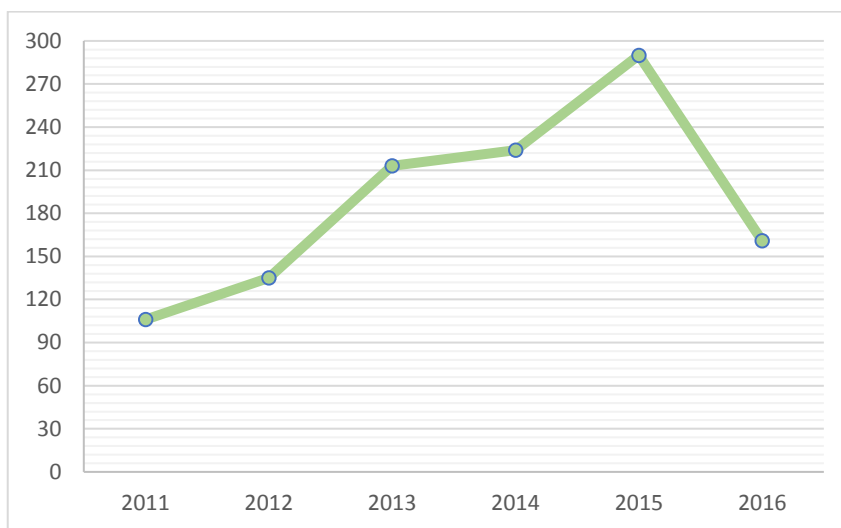


Gráfico n.º 2 - Número de ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 4 - Número de ocorrências de furtos de cortiça registadas pela GNR no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Nº Ocorr.	106	135	213	224	290	161	1129
Varição ano anterior	-----	+ 27,4%	+ 57,8%	+ 5,2%	+ 29,5%	- 44,5%	-----

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

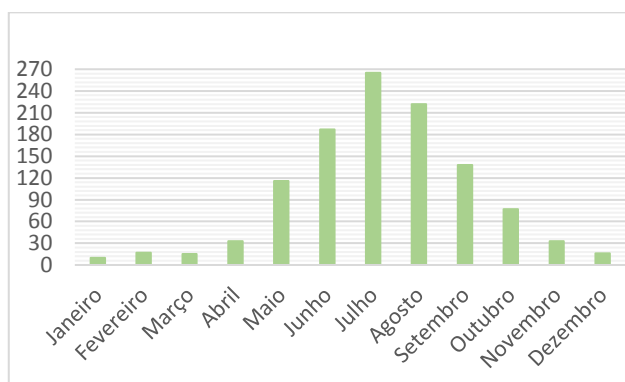


Gráfico n.º 3 - Incidência por meses das ocorrências de furtos de cortiça no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 5 - Incidência por meses das ocorrências de furtos de cortiça no período 2011-2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nº Ocorr.	10	17	15	33	116	187	265	222	138	77	33	16	1129
%	0,9	1,5	1,3	2,9	10,3	16,6	23,5	19,7	12,2	6,8	2,9	1,4	100,0

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

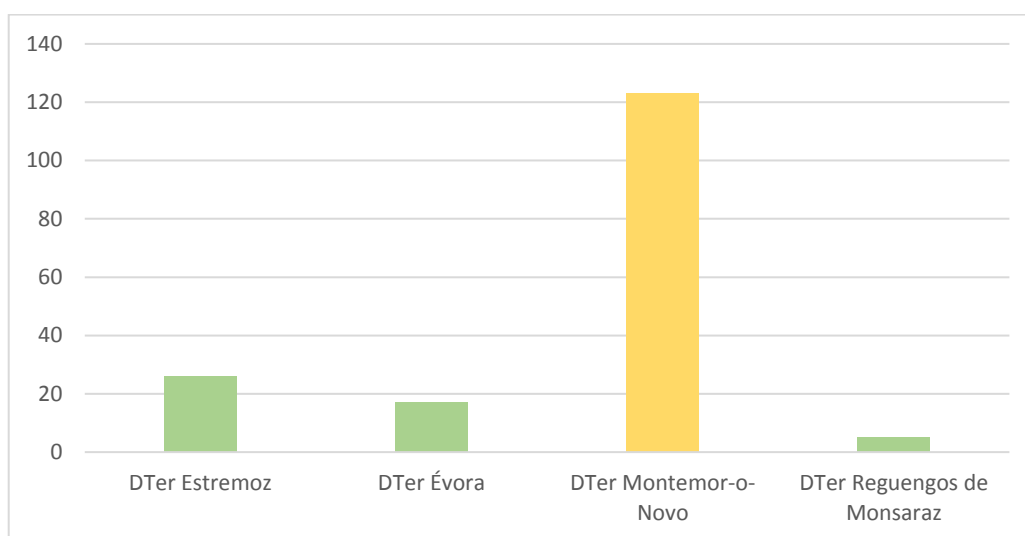


Gráfico n.º 4 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Évora no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 6 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Évora no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
DTer Estremoz	3	1	2	8	9	3	26 (15,2%)
DTer Évora	1	2	2	7	1	4	17 (9,9%)
DTer Montemor-o-Novo	16	7	23	18	44	15	123 (71,9%)
DTer Reguengos	0	0	2	1	2	0	5 (2,9%)
Total/%	20 (11,7%)	10 (5,8%)	29 (17,0%)	34 (19,9%)	56 (32,7%)	22 (12,9%)	171 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

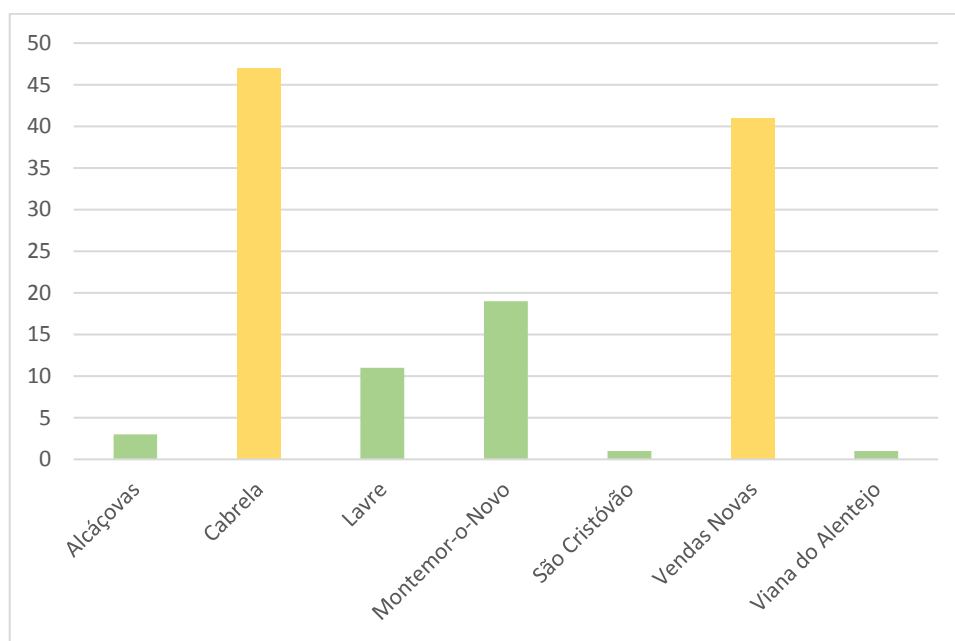


Gráfico n.º 5 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Montemor-o-Novo no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 7 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTer do DTer Montemor-o-Novo no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
PTer Alcáçovas	0	0	0	0	3	0	3 (2,4%)
PTer Cabrela	10	3	2	7	19	6	47 (38,2%)
PTer Lavre	1	0	2	3	3	2	11 (8,9%)
PTer Montemor-o-Novo	0	1	4	0	12	2	19 (15,4%)
PTer São Cristóvão	0	0	0	1	0	0	1 (0,9%)
PTer Vendas Novas	4	3	15	7	7	5	41 (33,3%)
PTer Viana do Alentejo	1	0	0	0	0	0	1 (0,9%)
Total/ %	16 (13,0%)	7 (5,7%)	23 (18,7%)	18 (14,6%)	44 (35,8%)	15 (12,2%)	123 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

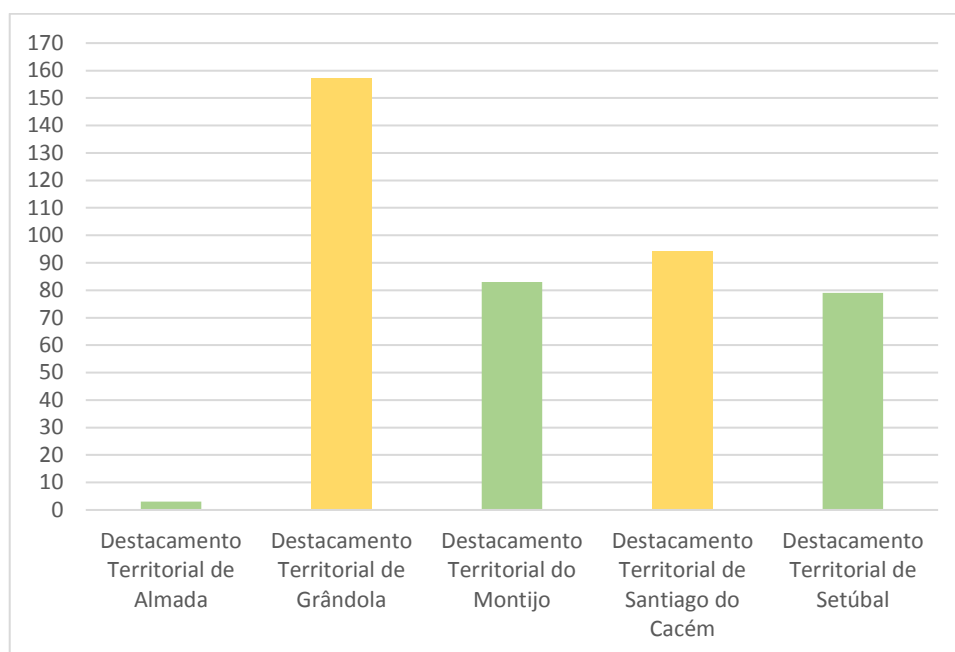


Gráfico n.º 6 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Setúbal no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 8 - Ocorrências de furtos de cortiça nos DTer do CTer Setúbal no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
DTer Almada	0	0	0	2	0	1	3 (0,7%)
DTer Grândola	18	14	24	30	38	33	157 (37,7%)
DTer Montijo	7	11	8	15	27	15	83 (20,0%)
DTer Santiago	11	6	17	14	34	12	94 (22,6%)
DTer Setúbal	8	16	13	21	10	11	79 (19,0%)
Total/%	44 (10,6%)	47 (11,3%)	62 (14,9%)	82 (19,7%)	109 (26,2%)	72 (17,3%)	416 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

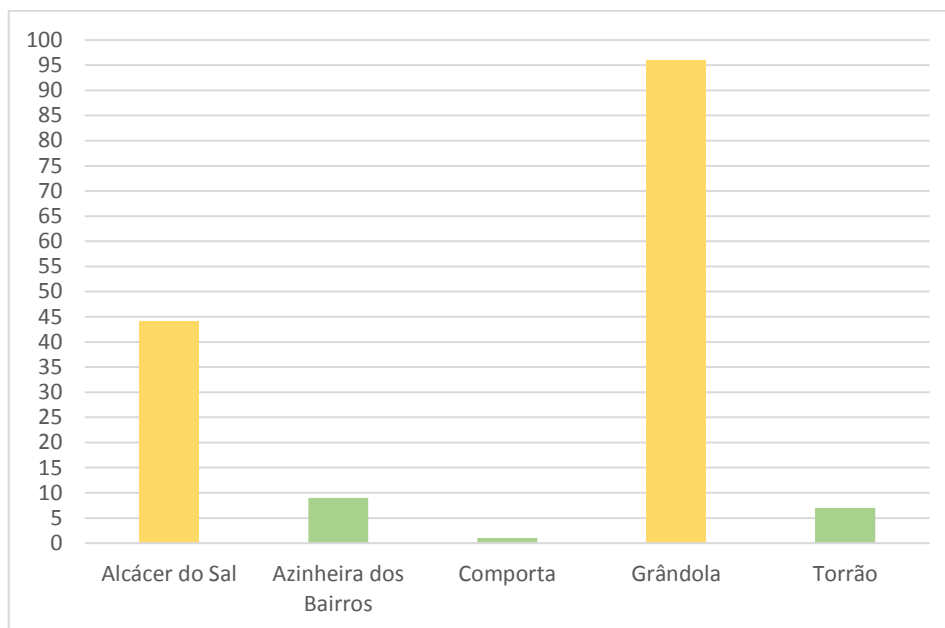


Gráfico n.º 7 - Ocorrências de furtos de cortiça nos Pter do Dter Grândola no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 9 - Ocorrências de furtos de cortiça nos Pter do Dter Grândola no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
PTer Alcácer do Sal	5	5	8	6	12	8	44 (28,0%)
PTer Azinheira dos Bairros	0	2	1	3	3	0	9 (5,7%)
PTer Comporta	0	0	0	0	0	1	1 (0,7%)
PTer Grândola	10	7	14	21	22	22	96 (61,1%)
PTer Torrão	3	0	1	0	1	2	7 (4,5%)
PTer Troia	0	0	0	0	0	0	0 (0%)
Total/ %	18 (11,5%)	14 (8,9%)	24 (15,3%)	30 (19,1%)	38 (24,2%)	33 (21,0%)	157 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

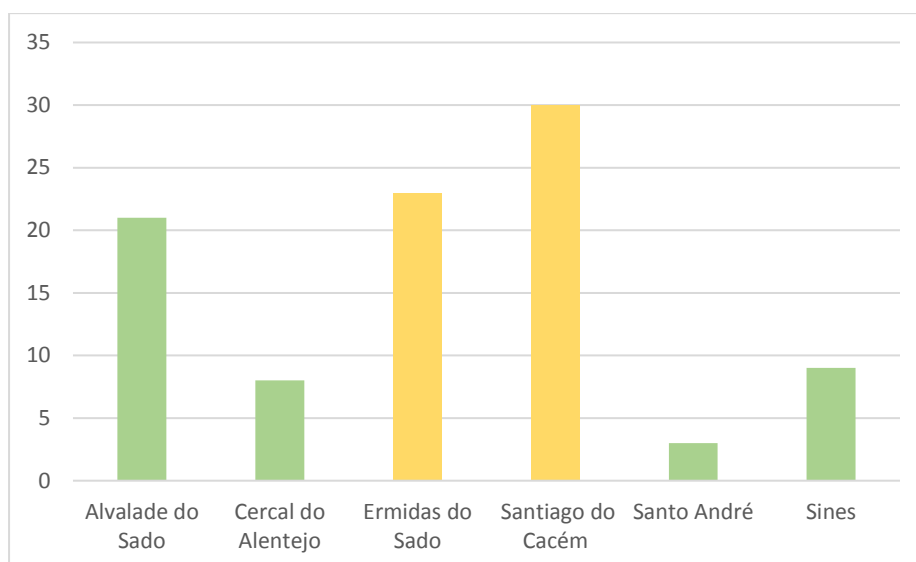


Gráfico n.º 8 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTER do DTER Santiago do Cacém no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 10 - Ocorrências de furtos de cortiça nos PTER do DTER Santiago do Cacém no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
PTer Alvalade do Sado	0	2	3	8	5	3	21 (22,3%)
PTer Cercal	0	0	0	3	4	1	8 (8,5%)
PTer Ermidas do Sado	2	1	5	2	10	3	23 (24,5%)
PTer Santiago do Cacém	7	1	9	1	10	2	30 (31,9%)
PTer Santo André	1	0	0	0	2	0	3 (3,2%)
PTer Sines	1	2	0	0	3	3	9 (9,6%)
Total/ %	11 (11,7%)	6 (6,4%)	17 (18,1%)	14 (14,8%)	34 (36,2%)	12 (12,8%)	94 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

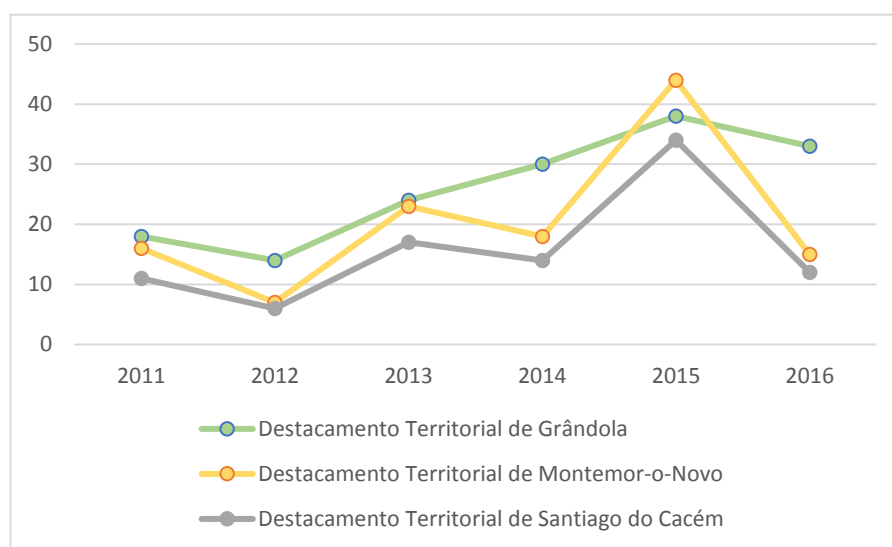


Gráfico n.º 9 - Ocorrências de furtos de cortiça nos três DTer em estudo no período 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

Tabela n.º 11 - Ocorrências de furtos de cortiça nos três DTer em estudo no período 2011-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total / % de ocorr. dispositivo
DTer Grândola	18	14	24	30	38	33	157 (13,9%)
DTer Montemor-o-Novo	16	7	23	18	44	15	123 (10,9%)
DTer Santiago do Cacém	11	6	17	14	34	12	94 (8,3%)
Total / % de ocorr. dispositivo/ano	45/ 106 (42,4%)	27/ 135 (20,0%)	64/ 213 (30,0%)	62/ 224 (27,7%)	116/ 290 (40,0%)	60/ 161 (37,3%)	374 (33,1%)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

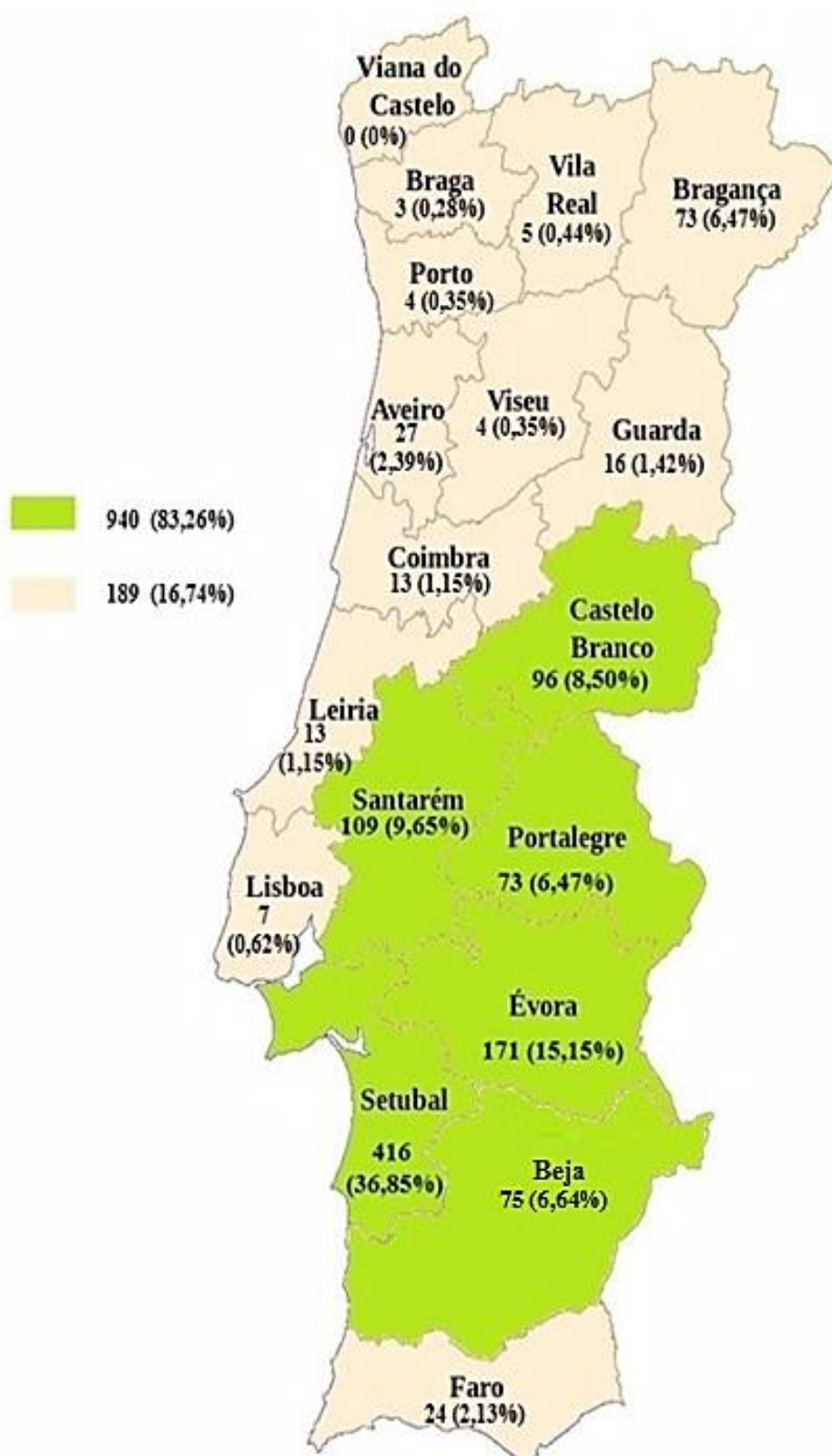


Figura n.º 2 - Número de ocorrências de furtos de cortiça por Distrito (2011-2016)

Fonte: Elaboração própria com base na análise de dados facultados pela DI/CO

APÊNDICE C – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

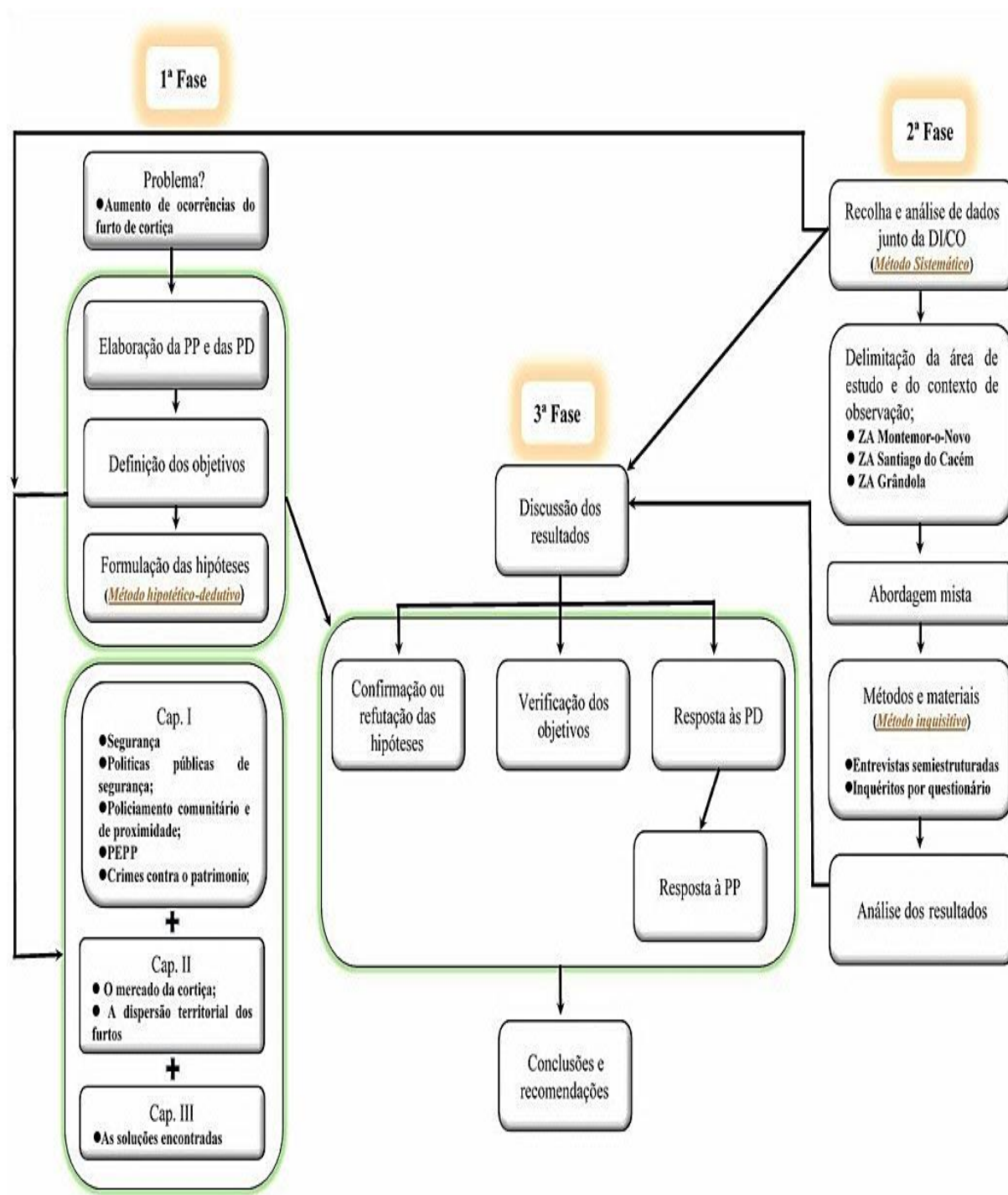


Figura n.º 3 – Desenho da investigação

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO



Figura n.º 4 – Caracterização da ZA do DTer Santiago do Cacém

Fonte: Elaboração própria

A ZA do DTer Santiago do Cacém, inserida na ZA do CTer Setúbal, abarca dois concelhos: Santiago do Cacém e Sines.

O concelho de Santiago do Cacém apresenta uma população de 29.342 indivíduos residentes, entendendo-se por 1.059km², o que perfaz uma densidade populacional de 27,7 habitantes por km². Divide-se em 8 freguesias, sendo que para além da sede do DTer Santiago do Cacém e do PTer Santiago do Cacém (1), a GNR tem ainda os PTer Alvalade do Sado (3), Ermidas do Sado (4), Cercal (2) e Santo André (6) na área deste concelho.

O concelho de Sines apresenta uma população de 13.746 indivíduos residentes, entendendo-se por 203 km², o que perfaz uma densidade populacional de 67,6 habitantes por km². Divide-se em 2 freguesias, sendo que a GNR tem o PTer Sines (5) na área deste concelho (PORDATA, 2015).



Figura n.º 5 – Caracterização da ZA do DTer Montemor-o-Novo

Fonte: Elaboração própria

A ZA do DTer Montemor-o-Novo, inserida na ZA do CTer Évora, abarca três concelhos: Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo.

O concelho de Montemor-o-Novo apresenta uma população de 16.443 indivíduos residentes, entendendo-se por 1.233 km², o que perfaz uma densidade populacional de 13,3 habitantes por km². Divide-se em 7 freguesias, sendo que para além da sede do DTer Montemor-o-Novo e do PTer Montemor-o-Novo (1), a GNR tem ainda os PTer Cabrela (2), Escoural (3), São Cristóvão (4) e Lavre (5) na área deste concelho.

O concelho de Vendas Novas apresenta uma população de 11.602 indivíduos residentes, entendendo-se por 222,4 km², o que perfaz uma densidade populacional de 52,2 habitantes por km². Divide-se em 2 freguesias, sendo que a GNR tem o PTer Vendas Novas (6) na área deste concelho.

O concelho de Viana do Alentejo apresenta uma população de 5.365 indivíduos residentes, entendendo-se por 393,7 km², o que perfaz uma densidade populacional de 13,6 habitantes por km². Divide-se em 3 freguesias, sendo que a GNR tem os PTer Alcáçovas (7) e Viana do Alentejo (8) na área deste concelho (PORDATA, 2015).



Figura n.º 6 – Caracterização da ZA do DTer Grândola

Fonte: Elaboração própria

A ZA do DTer Grândola, inserida na ZA do CTer Setúbal, abarca dois concelhos: Alcácer do Sal e Grândola.

O concelho de Alcácer do Sal apresenta uma população de 12.266 indivíduos residentes, entendendo-se por 1.499 km², o que perfaz uma densidade populacional de 8,2 habitantes por km². Divide-se em 4 freguesias, sendo que a GNR tem os PTer Comporta (2), Alcácer do Sal (1) e Torrão (3) na área deste concelho.

O concelho de Grândola apresenta uma população de 14.772 indivíduos residentes, entendendo-se por 825,9 km², o que perfaz uma densidade populacional de 17,9 habitantes por km². Divide-se em 4 freguesias, sendo que para além da sede do DTer Grândola e do PTer Grândola (5), a GNR tem ainda os PTer Tróia (4) e Azinheira de Barros (6) na área deste concelho (PORDATA, 2015).

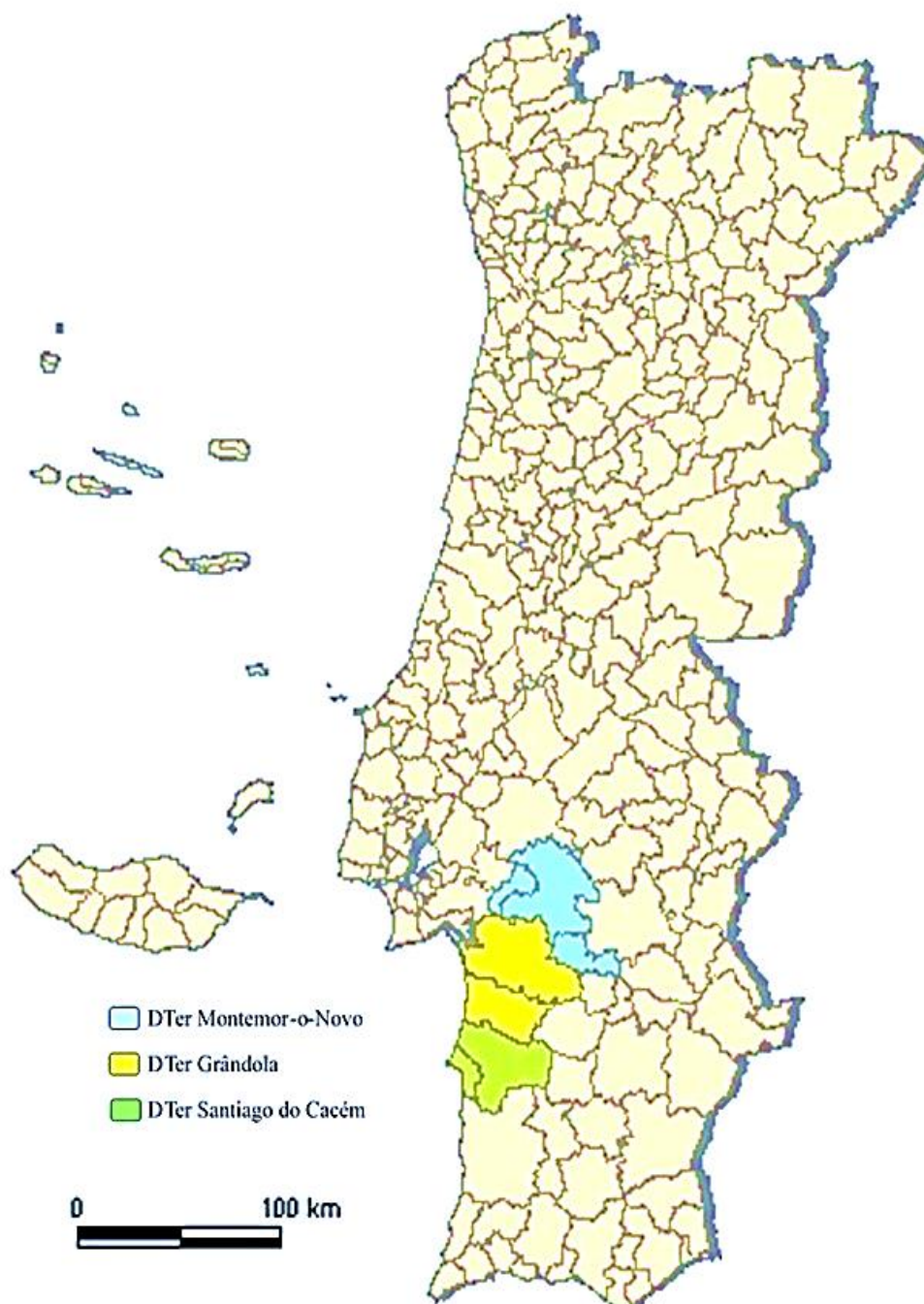


Figura n.º 7 – Mapa de Portugal Continental com a marcação da área em estudo

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE E – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTADAS

Tabela n.º 12 – Caracterização das entidades entrevistadas

Entrev.	Nome	Entidade/ Posto ou equivalente	Qualidade na qual é entrevistado	Data/ Hora	Modo
E1	Paulo Poiares	GNR / Major	Chefe da Repartição de Programas Especiais/CO	02/03/2017 15H00	Presencial
Responde às questões n.º 9, 14, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28					
E2	Rogério Copeto	GNR / Tenente-Coronel	Antigo Chefe da Repartição de Programas Especiais/CO	-----	Via e-mail
Responde às questões n.º 9, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28					
E3	Ricardo Alves	GNR / Major	Chefe da DSEPNA/CO	02/03/2017 16h05	Presencial
Responde às questões n.º 24, 26, 27, 28					
E4	Jorge Goulão	GNR / Tenente-Coronel	Chefe da SOTRP/CTer Setúbal	06/03/2017 15H50	Presencial
Responde às questões n.º 2, 3, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28					
E5	José Serafim	GNR / Tenente-Coronel	Chefe da SOTRP/CTer Évora	12/01/2017 10H15	Presencial
Responde às questões n.º 1, 11, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28					
E6	Ana Pereira	GNR / Capitão	Antiga Comandante do DTer Grândola	01/03/2017 16H20	Presencial
Responde às questões n.º 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24					
E7	Luís Maciel	GNR / Tenente	Comandante do DTer Santiago do Cacém	01/03/2017 12H00	Presencial
Responde às questões n.º 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24					
E8	Tiago Fernandes	GNR / Tenente	Comandante do DTer Montemor-o-Novo	06/03/2017 10H50	Presencial
Responde às questões n.º 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24					
E9	António Carvalho	GNR / 1º Sargento	Comandante do PTER Alcácer do Sal	07/03/2017 11H35	Presencial
Responde às questões n.º 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21					
E10	Francisco Lama	GNR / 2º Sargento	Comandante do PTER Grândola	07/03/2017 09H50	Presencial
Responde às questões n.º 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21					
E11	Bruno Xavier	GNR / 2º Sargento	Comandante do PTER Santiago do Cacém	01/03/2017 09H40	Presencial
Responde às questões n.º 2, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22					
E12	Nuno Pé Curto	GNR / Cabo	Comandante do PTER Ermidas do Sado	01/03/2017 10H45	Presencial
Responde às questões n.º 2, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22					
E13	Luís Silva	GNR / 1º Sargento	Comandante do PTER Vendas Novas	-----	Via e-mail
Responde às questões n.º 1, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 17, 20					

E14	António Perdigão	GNR / Cabo Chefe	Comandante do PTER Cabrela	13/01/2017 11H40	Presencial
Responde às questões n.º		1, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 17, 20			
E15	Pedro Lopes	Amorim Florestal / Engenheiro	Diretor de Aprovisionamento	17/03/2017 18H15	Presencial
Responde às questões n.º		4, 6, 8, 19, 26, 28			
E16	Pedro Silveira	ANSUB / Engenheiro	Presidente da Direção	23/03/2017 12H00	Presencial
Responde às questões n.º		2, 4, 5, 8, 9, 16, 19, 21, 26, 28			
E17	António Rocha e Luís Dias	Associação Agricultores de Grândola	Presidente e Vice- Presidente da Direção	27/03/2017 14H15	Presencial
Responde às questões n.º		3, 4, 5, 8, 9, 16, 19, 21, 26, 28			

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE F – GUIÃO DE ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

PREÂMBULO DE ORIENTAÇÃO

Com esta entrevista semiestruturada, pretende-se obter dados e informações fundamentais para entender quais são os procedimentos aplicados pela Guarda Nacional Republicana no que diz respeito à prevenção e combate aos furtos de cortiça nas áreas de maior incidência desta criminalidade a nível nacional, e quais os resultados obtidos com os mesmos. Assim, proceder-se-á à comparação dos referidos procedimentos, tendo como objetivo final uniformiza-los (se daí advierem resultados), refinar os mesmos por forma a solucionar eventuais lacunas e, desta forma, aumentar o grau de proficiência no trabalho que a Guarda Nacional Republicana desenvolve no âmbito da prevenção e combate aos furtos de cortiça.

Resumindo, de forma a estruturar a entrevista e a seguir uma sequência lógica, dividiu-se a mesma nos seguintes blocos:

1. **BLOCO A:** Caracterização do entrevistado;
2. **BLOCO B:** Guião de entrevista;

BLOCO A: CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Posto/ Equivalente:
3. Função/ Equivalente:
4. U/E/O:
5. Local:
6. Data:
7. Hora de Início:
8. Hora de Fim:

BLOCO B: GUIÃO DE ENTREVISTA

Derivadas da PD1: No que concerne ao território nacional, qual a dispersão dos crimes de furto de cortiça e qual real impacto desta problemática nas regiões afetadas?	
Questões nº	Respondem entidades nº
1. Qual a dimensão da problemática do furto de cortiça na área de ação do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo e qual a sua influência no sentimento de segurança dos produtores de cortiça e, consequentemente, das populações?	E5, E8, E13, E14
2. Qual a dimensão da problemática do furto de cortiça na zona de ação do Destacamento Territorial de Santiago do Cacém e qual a sua influência no sentimento de segurança dos produtores de cortiça e, consequentemente, das populações?	E4, E7, E11, E12, E16
3. Qual a dimensão da problemática do furto de cortiça na área de ação do Destacamento Territorial de Grândola e qual a sua influência no sentimento de segurança dos produtores de cortiça e, consequentemente, das populações?	E4, E6, E9, E10, E17
4. Qual o real impacto que advém dos furtos de cortiça para os produtores?	E15, E16, E17
Derivadas da PD2: Quais os principais fatores de risco que possibilitam o exponenciar do número de furtos de cortiça e qual o <i>modus operandi</i> utilizado pelos autores de tais crimes?	
Questões nº	Respondem entidades nº
5. No que diz respeito ao furto de cortiça propriamente dito, qual o <i>modus operandi</i> utilizado pelos autores dos furtos atualmente, e que alterações se têm verificado ao longo dos tempos neste âmbito?	E9, E10, E11, E12, E13, E14, E16, E17
6. Quais são os principais fatores de risco e os fatores de aliciamento que propiciam o surgimento deste tipo de criminalidade?	E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15

7. Ao nível dos autores dos furtos, as características socioeconómicas destes indivíduos permitem-nos estabelecer um padrão?	E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
8. Na sua opinião, que fatores contribuem para que as zonas de ação dos Destacamentos Territoriais de Grândola, Santiago do Cacém e Montemor-o-Novo abarquem mais de um terço dos crimes de furto de cortiça registados pela Guarda Nacional Republicana nos últimos 6 anos?	E6, E7, E8, E15, E16, E17
9. No período compreendido entre os anos de 2011 e 2015, o número de furtos de cortiça registados pela Guarda Nacional Republicana aumentaram de forma proporcional, de ano para ano, sendo que no ano de 2015 o número de furtos de cortiça registados, mais do que duplicou em relação ao número de furtos registados em 2011. Conhecendo estes resultados, quais poderão ser os motivos que levaram a um decréscimo de 45% do número de furtos do ano de 2015 para o ano de 2016?	E1, E2, E6, E7, E8, E16, E17
Derivadas da PD3: Que métodos e técnicas são utilizados no policiamento por parte da GNR, no que à prevenção e combate ao furto de cortiça diz respeito?	
Questões nº	Respondem entidades nº
10. Quanto ao Patrulhamento, que ações têm sido executadas?	E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
11. Existe algum tipo de cooperação com outras entidades locais com vista a redução dos furtos? (Se sim, em que âmbito?)	E4, E5, E6, E7, E8
12. Para além das ações de patrulhamento, que outras ações/medidas têm sido desenvolvidas/aplicadas pela Guarda ou entidades externas envolvidas?	E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
13. Qual tem sido a metodologia adotada e que medidas têm sido tomadas com vista a prevenir e combater esta criminalidade?	E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
14. Que meios estão a ser usados na divulgação deste programa, não só aos produtores, como também à população em geral?	E1, E4, E6, E7
15. Que análise faz até ao momento do programa no que diz respeito aos métodos utilizados e aos resultados obtidos?	E4, E6, E7, E9, E10, E11, E12
Derivadas da PD4: Quais os resultados obtidos com o programa “Cortiça Segura” e quais as possíveis alterações a fazer ao programa no sentido de atingir melhores resultados?	
Questões nº	Respondem entidades nº
16. Qual está a ser o impacto do programa no sentimento de segurança dos produtores e da população em geral?	E4, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E16, E17

17. No passado dia 7 de novembro do ano de 2016, foram levadas a cabo 21 buscas domiciliárias, no Distrito de Setúbal, que culminaram com a detenção de 12 indivíduos indiciados pelo crime de furto de cortiça e de recetação, que resultaram ainda no crime de fraude fiscal. Qual o impacto sentido no número de furtos registados desde então e no sentimento de segurança dos produtores de cortiça e da população em geral?	E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
18. As referidas buscas surgiram no âmbito de uma investigação que decorria há cerca de um ano. Em que medida o trabalho realizado no âmbito da investigação criminal poderá apoiar as medidas preventivas já aplicadas, com vista a atingir uma redução, o mais significativa possível, desta criminalidade?	E4, E5, E6, E7, E8
19. Na sua opinião, e para além de todas as medidas já aplicadas pela Guarda, quais poderão ser as soluções para reduzir ainda mais esta problemática nas regiões afetadas, quer a nível policial, quer a nível legislativo?	E1, E2, E4, E5, E6, E7, E8, E15, E16, E17
20. O programa “Cortiça Segura” foi implementado em 2015 no Destacamento Territorial de Santiago do Cacém e apenas um ano depois foi expandido para o Destacamento Territorial de Grândola. Acredita que o facto do número de furtos de cortiça ter aumentado de forma significativa no ano de 2015 na zona de ação de Grândola e de Montemor-o-Novo possa resultar da aplicação das medidas de combate ao furto de cortiça em Santiago do Cacém?	E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14
21. Quais lhe parecem ser as principais lacunas do programa Cortiça Segura e que medidas permitiriam dirimir as mesmas?	E2, E4, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E16, E17
22. O programa Cortiça Segura foi implementado no ano de 2015 na zona de ação do DTer Santiago do Cacém. Ainda assim, e apesar das medidas preventivas aplicadas, o número de ocorrências de furtos de cortiça aumentou significativamente na referida zona de ação no ano de 2015, tendo-se verificado decréscimo no ano de 2016. Que fatores explicam este aumento no número de ocorrências no próprio ano em que são aplicadas medidas com vista à prevenção desta criminalidade?	E1, E2, E7, E11, E12
Derivadas da PD 5: É viável a implementação do programa “Cortiça Segura” nas restantes áreas afetadas pela problemática?	
Questões nº	Respondem entidades nº
23. A problemática do furto de cortiça não se resume apenas à área do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, tendo também especial incidência na zona do Destacamento Territorial de Santiago do Cacém e do Destacamento Territorial de Grândola, o que levou a criação do programa Cortiça Segura. Como compara os fundamentos e as medidas aplicadas no programa Cortiça Segura, com os fundamentos e medidas vigentes na zona de ação do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo?	E5, E8
24. Crê ser possível e vantajosa uma uniformização de procedimentos entre as medidas que têm sido levadas a cabo pelos Destacamentos Territoriais de Grândola e Santiago do Cacém, e as medidas aplicadas no Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, por via de uma diretiva emanada pelo Comando Operacional, o que levaria à aplicação do programa Cortiça Segura, às restantes áreas do território nacional assoladas por esta problemática?	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8

<p>25. Para além do programa cortiça segura aplicado nas zonas de ação do Destacamento Territorial de Santiago do Cacém e de Grândola, bem como das ações levadas a cabo pelo Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, tem conhecimento de se encontrarem aplicadas medidas concretas com vista à redução desta criminalidade noutras áreas do território nacional também afetadas pela problemática?</p>	E1, E2, E4, E5
<p>Derivadas da PD6: A implementação de medidas para combater a recetação da cortiça furtada poderá contribuir para a prevenção do furto de cortiça?</p>	
Questões nº	Respondem entidades nº
<p>26. Crê que seria possível resolver ou atenuar a problemática do furto de cortiça através das formas de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial previstas na Lei 54/2012, tais como um maior controlo e intensificação das ações de fiscalização da atividade da recetação, por parte das forças e serviços de segurança?</p>	E1, E2, E3, E4, E5, E15, E16, E17
<p>Outras questões: Relacionadas com soluções encontradas para outras problemáticas semelhantes (Furto de metais não preciosos, furto de azeitona e furto de pinha)</p>	
Questões nº	Respondem entidades nº
<p>27. A sazonalidade e as características das áreas afetadas parecem fazer com que o furto de cortiça em muito se assemelhe ao furto de azeitona. Acredita que aplicando o mesmo tipo de medidas implementadas no programa “Azeitona Segura” possa resolver em grande parte o problema?</p>	E1, E2, E3, E4, E5
<p>28. No ano de 2015 foi emanado o Decreto-Lei 77/2015, com vista a regular a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação da pinha. Dado o avolumar do número de furtos de cortiça registados nos últimos anos, não se justificaria uma medida semelhante à tomada para a pinha?</p>	E1, E2, E3, E4, E5, E15, E16, E17

APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO FURTO DE CORTIÇA. O PROGRAMA CORTIÇA SEGURA

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João Miguel Martins Plácido

Orientador: Professora Doutora Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

Carta de Apresentação

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança da Academia Militar, é imprescindível a realização de diversas entrevistas com o objetivo de obter informações para fundamentar os resultados da investigação subordinada ao tema *“A Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça. O programa Cortiça Segura”*.

Com a presente investigação pretende-se conhecer e analisar os resultados do programa Cortiça Segura, aplicado nas zonas de ação do Destacamento Territorial Grândola e do Destacamento Territorial de Santiago do Cacém, bem como os resultados das medidas aplicadas na zona de ação do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo. Desta forma, conseguir-se-á comparar os procedimentos que são aplicados no programa Cortiça Segura, com aqueles que têm sido aplicados na zona de ação de Montemor-o-Novo, com vista a uniformizar procedimentos, refinar os mesmos por forma a solucionar eventuais lacunas e, consequentemente, aumentar o grau de proficiência no trabalho que a Guarda Nacional Republicana desenvolve no âmbito da prevenção e combate aos furtos de cortiça.

A escolha dos entrevistados deve-se à necessidade de obter diversas perspetivas, desde o nível estratégico até ao nível tático, culminando com a perceção que os produtores de cortiça (através das associações de produtores), bem como as grandes empresas de transformação de cortiça, têm do problema. Face ao exposto, pretende-se entrevistar desde militares com funções no Comando Operacional, passando pelas Secções de Operações, Treino e Relações Públicas dos Comandos Territoriais de Évora e Setúbal e pelos comandantes dos três Destacamentos visados (Grândola e Santiago do Cacém e Montemor-o-Novo). Serão ainda realizadas entrevistas aos comandantes dos Postos Territoriais que têm maior incidência desta problemática. A investigação culminará com as entrevistas a realizar a membros das direções da Associação dos Agricultores de Grândola e da Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado, bem como a um responsável da Corticeira Amorim.

De acordo com o exposto supra, solicito a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, que terá uma duração de 30 a 45 minutos, pois a sua contribuição é essencial para a realização desta investigação.

APÊNDICE H – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A Guarda Nacional Republicana na prevenção e combate ao furto de cortiça. O programa Cortiça Segura

O questionário que de seguida se apresenta surge no âmbito de um trabalho de investigação aplicada da Academia Militar.

A sua aplicação decorre da necessidade de conhecer a perceção que os produtores de cortiça e proprietários de terrenos de montado têm do trabalho que é desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana, tendo em vista melhorar a prevenção e o combate aos furtos de cortiça.

Pede-se a colaboração para o preenchimento do mesmo, respeitando as regras, para que a sua análise decorra sem quaisquer erros.

Para cada questão assinale apenas a hipótese (ou hipóteses nas questões que assim lhe permitam) que lhe pareça mais acertada perante aquilo que é a realidade.

Quando optar pela opção "Outra", em qualquer uma das questões em que tal opção surja, solicita-se que especifique (por escrito) qual é, na sua perspetiva, a solução a tomar, solução essa que não se encontra presente nas restantes opções.

Os dados aqui divulgados são anónimos e irão constar na publicação do presente trabalho.

Agradecemos desde já sua colaboração.

***NOTA: Quando ao responder uma determinada opção lhe surge à frente da mesma a expressão “Passe para a questão nº ...”, deve passar de imediato para a questão indicada, não respondendo às questões que se interponham entre a questão à qual está a dar resposta e a questão indicada.**

1. Caraterização do inquirido

1.1 Distrito onde se localiza(m) a(s) sua(s) propriedade(s)?

- ☐ a) Distrito de Setúbal **Passe para a pergunta nº 1.2.**
- ☐ b) Distrito de Évora **Passe para a pergunta nº1.3.**
- ☐ c) Outro: _____ **Passe para a pergunta nº1.4.**
-

1.2 Concelho(s) onde se localiza(m) a(s) sua(s) propriedade(s)?

	Distrito de Setúbal
• a) Alcácer do Sal	<input type="text"/>
• b) Alcochete	<input type="text"/>
• c) Almada	<input type="text"/>
• d) Barreiro	<input type="text"/>
• e) Grândola	<input type="text"/>
• f) Moita	<input type="text"/>
• g) Montijo	<input type="text"/>
• h) Palmela	<input type="text"/>
• i) Santiago do Cacém	<input type="text"/>
• j) Seixal	<input type="text"/>
• k) Sesimbra	<input type="text"/>
• l) Setúbal	<input type="text"/>
• m) Sines	<input type="text"/>

Passe para a pergunta nº 1.5.**1.3 Concelho(s) onde se localiza(m) a(s) sua(s) propriedade(s)?**

	Distrito de Évora
• a) Alandroal	<input type="text"/>
• b) Arraiolos	<input type="text"/>
• c) Borba	<input type="text"/>
• d) Estremoz	<input type="text"/>
• e) Évora	<input type="text"/>
• f) Montemor-o-Novo	<input type="text"/>
• g) Mora	<input type="text"/>
• h) Mourão	<input type="text"/>
• i) Portel	<input type="text"/>
• j) Redondo	<input type="text"/>
• k) Reguengos de Monsaraz	<input type="text"/>
• l) Vendas Novas	<input type="text"/>
• m) Viana do Alentejo	<input type="text"/>
• n) Vila Viçosa	<input type="text"/>

Passe para a pergunta nº1.5.**1.4 Concelho(s) onde se localiza(m) a(s) sua(s) propriedade(s)?**

.....

1.5 Qual a dimensão do(s) seu(s) terreno(s) de montado (em hectares)?

.....

1.6 Pertence a alguma associação de produtores?☐ a) Sim **Passe para a pergunta nº 1.7.**☐ b) Não **Passe para a pergunta nº 2.1.****1.7 A que associação pertence?**

.....

2. Questões

2.1 Já foi alvo de algum furto de cortiça?

- ☐ a) Sim Passe para a pergunta nº 2.2.
- ☐ b) Não Passe para a pergunta nº 2.3.

2.2 Em que ano(s) e altura do ano ocorreu(am) tal(is) furtos?

	1) Primavera	2) Verão	3) Outono	4) Inverno
a) Anterior a 2011	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
b) 2011	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
c) 2012	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
d) 2013	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
e) 2014	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
f) 2015	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
g) 2016	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

2.3 Tem conhecimento da ocorrência de algum(s) furto(s) em propriedades vizinhas à sua?

- ☐ a) Sim Passe para a pergunta nº 2.4.
- ☐ b) Não Passe para a pergunta nº 2.5.

2.4 Em que ano(s) e altura do ano ocorreu(am) tal(is) furtos ?

	1) Primavera	2) Verão	3) Outono	4) Inverno
a) Anterior a 2011	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
b) 2011	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
c) 2012	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
d) 2013	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
e) 2014	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
f) 2015	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
g) 2016	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

2.5 Tem conhecimento da existência do Programa Cortiça Segura, implementado pela GNR nas áreas territoriais de Santiago do Cacém e Grândola?

- ☐ a) Sim Passe para a pergunta nº 2.6.
- ☐ b) Não Passe para a pergunta nº 2.7.

2.6 De que forma obteve o conhecimento da existência do programa?

- ☐ a) Através de ações de sensibilização da GNR
- ☐ b) Através da associação de produtores à qual se encontra associado
- ☐ c) Através de um órgão de comunicação social
- ☐ d) Através de amigos ou conhecidos
- ☐ e) Outra: _____

2.7 Como descreveria o papel da GNR no que diz respeito à prevenção e combate ao furto de cortiça?

- ☐ a) Surge como instituição fundamental no que diz respeito a esta problemática
- ☐ b) Assume um papel importante ainda que existam instituições com maior responsabilidade na matéria
- ☐ c) Assume um papel satisfatório, no entanto deve melhorar por vista a assumir a relevância que deveria ter neste âmbito
- ☐ d) Assume um papel secundário e de pouca relevância
- ☐ e) Não apresenta qualquer mais-valia no que diz respeito a esta problemática

2.8 No que diz respeito às medidas implementadas pela GNR, como as caracteriza?

- ☐ a) São relevantes e muito efetivas
- ☐ b) São relevantes ainda que pouco efetivas
- ☐ c) Não são relevantes no entanto apresentam alguma efetividade
- ☐ d) Não são relevantes nem efetivas
- ☐ e) Não tenho conhecimento das medidas aplicadas

2.9 Com que frequência vê militares da GNR a patrulhar as suas propriedades ou propriedades vizinhas à(s) sua(s)?

- ☐ a) Durante todo o ano e com grande frequência
- ☐ b) Durante todo o ano e com alguma frequência
- ☐ c) Durante todo o ano, ainda que com pouca frequência
- ☐ d) Nos meses das campanhas de extração de cortiça (bem como nos meses que as antecedem e sucedem), com grande frequência
- ☐ e) Nos meses das campanhas de extração de cortiça (bem como nos meses que as antecedem e sucedem), com alguma frequência
- ☐ f) Nos meses das campanhas de extração de cortiça (bem como nos meses que as antecedem e sucedem), ainda que com pouca frequência
- ☐ g) Nunca se avistam militares da GNR a patrulhar estas áreas

2.10 Que falhas deteta no que diz respeito às medidas implementadas pela GNR com vista à prevenção e combate ao furto de cortiça?

	Selecione a(s) mais relevante(s)
a) Patrulhamento muito disperso pouco incisivo	<input type="radio"/>
b) entrosamento/cooperação com outras entidades	<input type="radio"/>
c) Falta de ações de sensibilização e de esclarecimento	<input type="radio"/>
d) Não existem falhas notórias	<input type="radio"/>
e) Não tenho conhecimento das medidas aplicadas	<input type="radio"/>

2.11 Que medidas, que ainda não tenham sido aplicadas, considera que seriam adequadas e de urgente aplicação, com vista a uma maior redução da incidência desta criminalidade?

a) Alterações legislativas (que levem a um maior controlo dos recetadores, a par do que aconteceu com a problemática dos metais não preciosos- Lei 54/2012)	<input type="radio"/>
b) Alterações legislativas (que regulem colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação da cortiça tal como aconteceu com a pinha- Decreto-Lei 77/2015)	<input type="radio"/>
c) Necessidade de um maior número de vigilantes florestais nas áreas de propriedade privada ou do Estado	<input type="radio"/>
d) Não vejo necessidade de aplicar mais medidas	<input type="radio"/>

2.12 Qual o seu grau de segurança no que diz respeito à probabilidade de ser vítima de furtos de cortiça nos seus terrenos de montado?

- ☐ a) Sinto-me completamente seguro
☐ b) Sinto algum grau de segurança
☐ c) Não me sinto seguro nem inseguro
☐ d) Sinto-me um pouco inseguro
☐ e) Sinto-me bastante inseguro

2.13 De que forma as medidas implementadas pela GNR têm contribuído para o sentimento de segurança que apresenta em relação ao(s) seu(s) terreno(s) de montado?

- ☐ a) Aumentaram em grande parte o meu sentimento de segurança
- ☐ b) Aumentaram um pouco o meu sentimento de segurança
- ☐ c) Não alteraram em nada o meu sentimento de segurança
- ☐ d) Levaram a uma pequena diminuição do meu sentimento de segurança
- ☐ e) Não tenho conhecimento das medidas implementadas

2.14 Já sentiu necessidade de implementar medidas de segurança privada e por conta própria nos seus terrenos de montado, com vista a evitar a ocorrência de furtos?

- ☐ a) Sim Passe para a pergunta nº 2.15.
- ☐ b) Não Passe para a pergunta nº 2.16.

2.15 Que tipo de medidas implementou?

- ☐ a) Contratação de vigilantes
- ☐ b) Sistemas de videovigilância
- ☐ c) Outra: _____

2.16 Qual lhe parece ser a origem de toda a problemática dos furtos de cortiça?

- ☐ a) Más condições de segurança por parte dos produtores
- ☐ b) Constante aumento do valor da cortiça
- ☐ c) Empresas intermediárias não terem preocupação com a proveniência da cortiça que compram
- ☐ d) Não tenho conhecimento
- ☐ e) Outra: _____

2.17 Como classificaria a problemática dos furtos de cortiça no espectro dos problemas com que se debatem os produtores de cortiça?

- ☐ a) Trata-se de um problema de enorme gravidade a nível económico e ambiental, superando todos os outros problemas com os quais nos debatemos
 - ☐ b) Trata-se de um problema relevante, colocando-se ao nível dos outros problemas com os quais nos debatemos
 - ☐ c) Trata-se de um problema com alguma relevância, no entanto apresenta um pouco menos de importância em relação a outros problemas com que nos debatemos
 - ☐ d) Trata-se de um problema de pouca ou nenhuma importância face a outros problemas com que nos debatemos
-

Muito obrigado pela sua disponibilidade.

APÊNDICE I – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Tabela n.º 13 – Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas

Questão n.º	Categoria	Subcategoria	UR
1	Sentimento de segurança	A problemática não tem influência	1.A.1
		A problemática tem influência	1.A.2
	Incidência do fenómeno na área	Não relevante	1.B.1
		Relevante	1.B.2
2	Sentimento de segurança	A problemática tem influência	2.A.1
	Incidência do fenómeno na área	Relevante	2.B.1
3	Sentimento de segurança	A problemática tem influência	3.A.1
	Incidência do fenómeno na área	Relevante	3.B.1
4	Impacto dos furtos para os produtores	Económico	4.A.1
		Ambiental	4.A.2
5	<i>Modus Operandi</i>	Furto na árvore	5.A.1
		Período noturno	5.A.2
		Grupos de indivíduos	5.A.3
		Períodos de lua cheia	5.A.4
		Marcação da cortiça durante o período diurno	5.A.5
		Alteração de <i>modus operandi</i>	5.A.6
		Vigilâncias	5.A.7
6	Fatores de risco	Dispersão geográfica das áreas florestais	6.A.1
		Falta de condições de segurança por parte de alguns produtores	6.A.2
		Localização das empresas que fazem recetação	6.A.3
		Fatores socioeconómicos	6.A.4
	Fatores de aliciamento	Elevado lucro	6.B.1
7	Permite estabelecer padrão	Sim	7.A.1
		Vários padrões (rede organizada)	7.A.2
		Não	7.A.3
	Características do (s) padrão (ões)	Carências económicas	7.B.1
		Sexo Masculino	7.B.2
		Especialização na arte da extração da cortiça	7.B.3
		Provenientes da região ou regiões limítrofes	7.B.4
		Recetação da cortiça e coordenação da rede	7.B.5
		Elevados recursos económicos	7.B.6

8	Fatores que contribuem	Grande área de montado	8.A.1
		Proveniência dos autores	8.A.2
		Localização de empresas que fazem recetação	8.A.3
		Áreas fustigadas por outros tipos de crime	8.A.4
		Desertificação das áreas rurais	8.A.5
9	Motivos do decréscimo	Medidas preventivas aplicadas	9.A.1
		Divulgação das medidas aplicadas	9.A.2
		Grande número de furtos nos anos anteriores	9.A.3
		Decréscimo “fictício”	9.A.4
10	Ações de patrulhamento	Patrulhamentos direcionados	10.A.1
		Adaptação aos horários	10.A.2
		Períodos das extrações	10.A.3
		Ações de fiscalização rodoviária	10.A.4
		Patrulhas descaracterizadas	10.A.5
11	Foram estabelecidas parcerias	Sim	11.A.1
	Entidades parceiras	Protocolo AT/Finanças/ASAE	11.B.1
		Direção de finanças	11.B.2
		Associações de produtores de cortiça	11.B.3
		Câmaras Municipais	11.B.4
		Produtores de cortiça não associados	11.B.5
		ACT e AT	11.B.6
12	Medidas aplicadas além do patrulhamento	Ações de sensibilização	12.A.1
		Preenchimento de ficha de registo de propriedade	12.A.2
		Investigação criminal	12.A.3
		Trocas de informação com produtores	12.A.4
		Levantamento georreferencial dos furtos	12.A.5
		Ações de fiscalização preventivas e georreferenciação de pilhas	12.A.6
13	Metodologia adotada	Constituição de patrulhas direcionadas	13.A.1
		Divulgação de conselhos de segurança/ações de sensibilização	13.A.2
		Ações de fiscalização rodoviária	13.A.3
		Levantamento de ocorrências de anos anteriores	13.A.4
		Envolvimento da IC	13.A.5

14	Meios de divulgação	Divulgação por via do CTer Setúbal (e respetivos DTer)	14.A.1
		Ações de sensibilização	14.A.2
		Colóquio que deu início ao programa	14.A.3
		Meios de comunicação social	14.A.4
		Facebook GNR Setúbal e site institucional	14.A.5
		Através dos parceiros constituídos	14.A.6
15	Resultados Cortiça Segura	Programa inovador: prevenção/IC	15.A.1
		Diminuição dos furtos e aumento do sentimento de segurança	15.A.2
		“Operação Montado” poderá levar a diminuição do fenómeno”	15.A.3
16	Sentimento de segurança	Aumentou	16.A.1
		Não se notaram resultados	16.A.2
17	Resultados no sentimento de segurança	Aumentou	17.A.1
		Ampla divulgação	17.A.2
	Resultados no número de furtos	Diminuição até ao momento	17.B.1
		Necessidade de intensificar prevenção	17.B.2
		Impossibilidade de fazer análise antes do final de 2017	17.B.3
18	Relação prevenção/IC	São indissociáveis e complementares	18.A.1
		IC potencia prevenção	18.A.2
		Prevenção potencia IC	18.A.3
19	Soluções a nível policial	Expandir Cortiça Segura a nível nacional	19.A.1
		Maior ligação prevenção/IC	19.A.2
		Aumento das condições de segurança por parte dos produtores	19.A.3
		Maior controlo dos recetadores	19.A.4
	Soluções a nível legislativo	Legislação com vista a maior fiscalização (similar à pinha)	19.B.1
20	Aumento de furtos em 2015 resultam das medidas implementadas	Não é possível tirar essa conclusão	20.A.1
		Sim, mobilizou a criminalidade	20.A.2
		Menor patrulhamento realizado na ZA de Montemor-o-Novo	20.A.3
		Não tem relação	20.A.4
21	Lacunas do programa	Falta de medidas de fiscalização dos recetadores	21.A.1
		Não existem lacunas aparentes	21.A.2
		Falta de meios	21.A.3
		Necessidade de deslocamento ao PTer para inscrição no programa	21.A.4

	Soluções para dirimir as lacunas	Diploma legal com vista a controlo dos recetadores (à imagem dos metais não preciosos)	21.B.1
		Estreitar ligação com parceiros	21.B.2
		Mais meios destinados ao programa	21.B.3
		Diploma legal com vista a controlo das mercadorias (à imagem da pinha)	21.B.4
		Possibilitar preenchimento de Ficha de registo de propriedade em suporte digital	21.B.5
		Inclusão de patrulhamento a cavalo	21.B.6
22	Fatores que levaram a aumento no número de ocorrências	Medidas preventivas - maior divulgação - mais denúncias	22.A.1
		Crime organizado	22.A.2
		Falta de patrulhamento em determinadas áreas	22.A.3
23	Comparação entre medidas do Cortiça Segura e as aplicadas pelo DTer Montemor	Semelhança entre as medidas	23.A.1
		Distinção passa pela criação do programa	23.A.2
24	Uniformizar procedimentos através de diretiva operacional	Viável e vantajoso	24.A.1
		Questão a averiguar	24.A.2
		As boas práticas devem ser difundidas	24.A.3
		Não seria uma mais-valia	24.A.4
		Adaptação às realidades de cada CTer/Dter	24.A.5
25	Medidas concretas aplicadas noutras áreas	Não tem conhecimento da existência	25.A.1
26	Maior controlo dos recetadores por via de diploma legal	Seria importante aplicar pois atenuaria a problemática	26.A.1
		Dissuasão da criminalidade	26.A.2
		Eventualmente traria vantagens	26.A.3
27	Medidas semelhantes ao programa Azeitona Segura	Sim, pois são duas realidades semelhantes	27.A.1
		Necessidade de envolver mais parceiros	27.A.2
		Interligar diferentes crimes ao nível de produtos agrícolas	27.A.3
		Não, pois são realidades distintas	27.A.4
28	Regular a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação por via de diploma legal	Seria importante aplicar pois atenuaria a problemática	28.A.1
		Dissuasão da criminalidade	28.A.2
		Cortiça poderia ser inserida na diretiva SEPNA da pinha	28.A.3
		Serem definidas as épocas das extrações	28.A.4

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)

Tabela n.º 14 – Matriz das unidades de contexto e de registo por questão

Entrev.	UR	Unidade de Contexto
Questão nº 1		
E5	1.A.1	“Podemos dizer que tal fenómeno é irrisório na zona de ação do DTer Montemor-o-Novo.”
	1.B.1	“(…)de uma forma geral não afeta grandemente o sentimento de segurança ou de insegurança na população em Montemor-o-Novo.”
E8	1.A.2	“A criminalidade relacionada com o furto de cortiça acaba por ter uma relevância significativa na nossa zona de ação”
	1.B.2	“A problemática da cortiça preocupa bastante os agricultores”
E13	1.A.2	“A problemática do furto de cortiça tem uma incidência significativa no concelho de Vendas Novas”
	1.B.2	“(…)cria alguma instabilidade e preocupação junto dos agricultores”
E14	1.A.2	“Tem existido uma grande série de furtos na zona de ação do posto territorial de Cabrela (…)nos últimos 2 a 3 anos o número destas ocorrências tem baixado, mas existe sempre uma grande probabilidade de ocorrerem”
	1.B.2	“No que diz respeito aos proprietários, verifica-se alguma insegurança, tendo estes algum receio de ser alvos de furtos”
Questão nº 2		
E4	2.A.1	“Existe uma enorme mancha florestal nestas áreas (…) o que as torna mais suscetíveis de serem fustigadas por furtos de produtos agrícolas, nos quais se incluem os furtos de cortiça.”
	2.B.1	“(…)conseguimos promover um aumento do sentimento de segurança dos produtores de cortiça, que, até então, se sentiam bastante inseguros”
E7	2.A.1	“(…)a cortiça tem uma forte componente a nível económico aqui na região (…) Obviamente que tendo um problema ao nível criminal naquela que é uma das principais fontes de rendimento das pessoas da região”
	2.B.1	“(…)problema ao nível criminal naquela que é uma das principais fontes de rendimento das pessoas da região, vai haver uma grande insegurança”
E11	2.A.1	“(…)existe uma vasta área florestal, essencialmente de sobreiros, dos quais se procede à extração de cortiça. Com o avolumar do número de furtos neste âmbito que se vinham a constatar”
	2.B.1	“O sentimento de segurança das populações sai sempre afetado deste tipo de situações, e foi pelo motivo de haver bastante insegurança, essencialmente ao nível dos produtores de cortiça”
E12	2.A.1	“O ano de 2015 foi muito complicado. Foi o ano que tivemos mais registos a nível de ocorrências de furtos de cortiça. Houve muitos furtos”
	2.B.1	“(…)havia um grande sentimento de insegurança por parte dos produtores”
E16	2.A.1	“Esta problemática é um problema considerável para as regiões e principalmente para os agricultores”
	2.B.1	“É óbvio que isto leva a uma redução do sentimento de segurança dos agricultores”

Questão nº 3		
E4	3.A.1	“Existe uma enorme mancha florestal nestas áreas (...) o que as torna mais suscetíveis de serem fustigadas por furtos de produtos agrícolas, nos quais se incluem os furtos de cortiça.”
	3.B.1	“ (...)conseguimos promover um aumento do sentimento de segurança dos produtores de cortiça, que, até então, se sentiam bastante inseguros”
E6	3.A.1	“ (...)estamos a falar de uma vertente económica que mexe muito com as pessoas desta região. (...) Como é óbvio, os furtos de cortiça têm um grande impacto a nível económico nesta região (...) Julgo que o Destacamento de Grândola seja a área do dispositivo que tem maior incidência desta criminalidade”
	3.B.1	“ (...)os furtos de cortiça influenciam significativamente pela negativa o sentimento de segurança das populações, levando a um sentimento de insegurança.”
E9	3.A.1	“Dado a nossa zona de ação ser uma das mais fustigadas por este problema a nível nacional, sendo bastante considerável o número de ocorrências que vimos a registar ano após anos”
	3.B.1	“ (...)sendo bastante considerável o número de ocorrências que vimos a registar ano após anos, obviamente que os agricultores se sentem inseguros”
E10	3.A.1	“ (...)no ano de 2016 houve uma grande incidência de furtos de cortiça na nossa zona de ação, tendo sido, quanto sei, o Destacamento de Grândola aquele que registou o maior número de ocorrências neste âmbito”
	3.B.1	“Tudo isto é claro que mexe com o sentimento de segurança das pessoas”
E17	3.A.1	“Em Grândola temos uma grande incidência de furtos de cortiça”
	3.B.1	“ (...)os proprietários e produtores de cortiça da região não se sentem seguros em relação às suas propriedades”
Questão nº 4		
E15	4.A.1	“ (...)dupla consequência negativa (...) o produtor sair lesado no seu património”
	4.A.2	“ (...)danos, muitas das vezes bastante graves, que estes indivíduos provocam nos sobreiros”
E16	4.A.1	“ (...)temos duas vertentes negativas (...) o simples facto de se ver privado da cortiça que é sua propriedade e que seria um rendimento que iria obter”
	4.A.2	“ (...)danos que são provocados nos sobreiros aquando dos furtos. Temos casos em que as árvores ficam extremamente danificadas”
E17	4.A.1	“ (...)o prejuízo que o produtor tem ao ficar sem a cortiça”
	4.A.2	“ (...))acaba também por ter associado o prejuízo dos danos que são causados nos seus sobreiros”
Questão nº 5		
E9	5.A.1	“O modo de atuação atual é o furto de cortiça na árvore”
	5.A.2	“Isto ocorre essencialmente no período noturno”
	5.A.3	“ (...)os furtos perpetrados por grupos de indivíduos”
E10	5.A.1	“ (...)praticamente o mesmo em todas as ocorrências: furto diretamente da árvore”
	5.A.2	“ (...)ocorrendo a grande maioria dos furtos em período noturno”
	5.A.4	“ (...)e especialmente nos períodos de lua cheia”
	5.A.5	“ (...)os indivíduos se deslocarem aos terrenos durante o dia, por forma a marcar a cortiça das árvores que vão furto”
E11	5.A.1	“ (...)os furtos são feitos na árvore (...) extraem a cortiça diretamente da árvore, com recurso a diversas ferramentas específicas para o efeito”

	5.A.3	“Os indivíduos, em grupos de 2 ou 3, fazem-se deslocar em veículos de mercadorias, de caixa aberta”
	5.A.6	“Antigamente quem furtava cortiça fazia-o diretamente das pilhas (...) não se tem verificado qualquer tipo de ocorrência virada para esse modus operandi”
	5.A.7	“ (...) batem a zona para saber da proximidade de pessoas ou autoridades nas imediações, fazendo vigilância”
E12	5.A.1	“ (...) com os suspeitos a consumarem os furtos através de extração da cortiça do próprio sobreiro”
	5.A.4	“ (...) os furtos têm grande incidência nos períodos de lua cheia”
	5.A.6	“Tudo o que seja anterior ao ano de 2013/2014, o que se verificava era o típico furto em pilha (...) Por volta de 2014 as coisas começaram a mudar (...) um alterar do modus operandi”
	5.A.7	“ (...) utilização de um batedor, que verificava o local e as imediações”
E13	5.A.1	“ (...) extraem a cortiça dos próprios sobreiros”
	5.A.2	“ (...) os furtos da cortiça, são perpetrados durante a noite”
	5.A.3	“ (...) por grupos de indivíduos que percebem do negócio”
E14	5.A.1	“ (...) os autores dos furtos o fazem diretamente da árvore, extraindo eles próprios a cortiça do sobreiro”
	5.A.2	“ (...) durante o período noturno, estes voltam aos locais (...) descolam a cortiça do sobreiro e é só carregar para a viatura”
	5.A.4	“ (...) nos períodos de lua cheia ocorre um maior número de furtos de cortiça”
	5.A.5	“ (...) durante o dia vão ao local, escolhem a árvore e traçam a cortiça deixando a mesma agarrada à árvore”
	5.A.6	“Há uns anos atrás os suspeitos furtavam diretamente das pilhas, ou seja, furtavam as pranchas de cortiça já extraídas (...) tem vindo a verificar-se uma alteração ao modus operandi”
E16	5.A.1	“O modus operandi mantém-se muito o mesmo: furto na árvore”
	5.A.2	“ (...) maioritariamente em período noturno”
	5.A.5	“ (...) em alguns casos haver a abertura das árvores durante o dia”
	5.A.7	“ (...) quando se encontram a levar a cabo o furto têm sempre vigilantes que os avisam via telemóvel da aproximação de alguém”
E17	5.A.1	“Os indivíduos furtam a cortiça diretamente da árvore”
	5.A.6	“Há uns 10 anos atrás os furtos eram realizados quase na exclusividade na pilha, e na verdade essa é a grande alteração em relação ao presente”
Questão nº 6		
E6	6.A.1	“Depois as áreas onde são levados a cabo os furtos. São áreas enormes, muito difíceis de policiar.”
	6.B.1	“Em primeiro lugar o enorme lucro que advém desta prática criminal (...) os valores envolvidos em cada furto e o lucro que deles se retira é enorme”
E7	6.A.1	“ (...) o facto de estar muito disperso geograficamente”
	6.A.2	“ (...) o facto de muitos proprietários não terem a preocupação devida com as suas propriedades (...) tem vindo a mudar significativamente”
	6.B.1	“ (...) só se furta porque o material tem um elevado valor pecuniário (...) O que importa é obter lucro”
E8	6.A.1	“ Isto porque os terrenos são de uma enorme dimensão”

	6.A.2	“Podemos também falar na falta de medidas de segurança tomadas por parte dos próprios produtores (...) há melhorias neste âmbito”
	6.B.1	“Os lucros que se obtêm deste tipo de ilícito, o que acaba por ser extensível a todo o tipo de ilícitos ao nível de produtos agrícolas, são consideravelmente elevados”
E9	6.A.3	“ (...) uma rede de recetação, que funciona sem levantar qualquer suspeita”
	6.B.1	“ (...)entendo que se ficará a dever ao dinheiro fácil (...) a cortiça é um produto que é cada vez mais valorizado”
E10	6.A.2	“ (...)o facto de haver algum desinteresse por parte de alguns produtores neste âmbito”
	6.A.3	“Os furtos só ocorrem porque há quem tenha interesse em comprar a cortiça furtada”
	6.B.1	“ (...), o grande lucro para quem furta e também para quem compra a mercadoria furtada”
E11	6.A.3	“ (...)a vertente da recetação (...) empresas que se dedicavam à recetação da cortiça furtada”
E12	6.A.2	“ (...)agora já é mais raro acontecer, mas aí o principal fator de risco era claramente a falta de condições de segurança por parte dos próprios produtores”
E13	6.B.1	“ (...)o valor elevado e o lucro que se obtém com a cortiça furtada”
	6.A.4	“ (...)elevado grau de desemprego aqui das regiões afetadas (...)levam a cabo este ilícito como forma de subsistência”
E14	6.B.1	“O valor da cortiça influencia sempre, uma vez que a cortiça atinge valores muito elevados”
	6.A.2	“ (...)a falta de adoção de medidas de segurança por parte de muitos dos proprietários”
E15	6.A.3	“ (...)o sector da compra de cortiça nos intermediários (...)é exatamente neste sector que nós nos deparamos muitas vezes com a origem desconhecida das cortiças (...) intermediários que fazem desse modo o seu negócio com a cortiça”
Questão nº 7		
E6	7.A.2	“(...) diversos padrões. Isto porque no âmbito do furto de cortiça, surgem-nos vários “atores” que se localizam em diversos níveis ou estratos como se lhe queira chamar. Em cada um desses níveis que acabam por formar uma pirâmide, temos características socioeconómicas distintas dos outros níveis (...)uma rede que é composta por aqueles que são a base da pirâmide e que levam a cabo os furtos (...) No topo da referida pirâmide, encontram-se pessoas que direta ou indiretamente tiram lucros”
	7.B.1	“ (...)a base da pirâmide, serão indivíduos de fraca capacidade económica e que levam a cabo os furtos como forma de subsistência”
	7.B.2	“ (...)quase totalidade indivíduos do sexo masculino”
	7.B.3	“ (...)são especialistas naquela arte que acaba por ser a extração da cortiça de um sobreiro”
	7.B.5	“Num nível intermédio temos indivíduos já com alguma capacidade económica e que organizam eles próprios uma rede (...) São indivíduos que têm já alguma capacidade de movimentação dentro do meio, que sabem o que fazer e quando fazer”
	7.B.6	“No topo da referida pirâmide (...) São pessoas com recursos muito elevados a nível económico, sendo pessoas que pertencem a um extrato social muito elevado”
E7	7.B.2	“ (...)a maioria dos indivíduos que furtam serão homens, de nacionalidade portuguesa”
	7.B.4	“ (...)acabam por ser provenientes ou que habitam na própria região ou regiões vizinhas, isto porque conhecem perfeitamente as áreas”
	7.A.3	“ (...)não é possível estabelecer um padrão”
	7.A.2	“ (...)podemos dizer que temos vários níveis, dado se tratar claramente de uma rede organizada”

	7.B.1	“(…)indivíduos toxicodependentes a pessoas de um estrato social também ele baixo, com graves carências económicas”
	7.B.5	“São os indivíduos que coordenam todos os movimentos, desde a extração à recetação”
E8	7.B.1	“(…)alguns deles têm carências a nível económico efetivamente”
	7.B.5	“(…)retiram grandes lucros de tudo isto (...) os que organizam e recebem a cortiça”
	7.A.2	“(…)existe alguma hierarquização entre estes indivíduos”
	7.A.3	“(…)não será fácil estabelecer esse padrão”
E9	7.B.2	“Serão indivíduos do sexo masculino”
	7.B.3	“(…)conhecedores da atividade de extração de cortiça”
	7.B.1	“Alguns fazem os furtos por subsistência”
E10	7.A.3	“Acaba por ser um pouco aleatório”
	7.B.3	“(…)o facto serem especialistas no trabalho com a cortiça”
E11	7.A.1	“Sim, tem de facto um padrão”
	7.B.5	“Quem de facto está a operar e a manobrar este tipo de crime não dá a cara”
	7.B.1	“(…)quem furta, podemos dizer que são pessoas carentes a nível económico”
E12	7.A.2	“Existe um padrão, no então subdivide-se em 3 tipos diferentes, como se de uma pirâmide se tratasse (...) Podemos colocar essas empresas e os seus proprietários num segundo patamar (...)o terceiro nível, que já serão pessoas de um estrato social diferente, pessoas influentes. Estamos a falar de uma rede organizada”
	7.B.5	“(…)empresas que se dedicam a receber esta cortiça proveniente de furtos (...) Tratam-se de empresas de recetação que se dedicam exclusivamente a receber cortiça proveniente dos furtos”
	7.B.6	“(…)o terceiro nível, que já serão pessoas de um estrato social diferente, pessoas influentes”
E13	7.B.2	“(…)são indivíduos do sexo masculino”
	7.B.1	“(…)por norma sem emprego e com fracos recursos financeiros”
	7.B.5	“(…)trabalham muitas vezes para os grandes recetadores deste tipo de produtos”
E14	7.A.3	“Não creio que seja possível estabelecer esse padrão”
	7.B.1	“(…)a grande maioria dos indivíduos que furta cortiça serem pessoas que têm baixos rendimentos”
	7.B.3	“(…) existem algumas pessoas especializadas nesta matéria a fazer furtos (...)extrair pranchas de cortiça de um sobreiro é sem dúvida uma especialidade”
	7.B.5	“(…) aqui da zona que se dedicam exclusivamente a comprar cortiça furtada”
Questão nº 8		
E6	8.A.1	“(…)a área de maior aglomerado de terrenos de montado a nível nacional e mundial”
	8.A.2	“(…) quem leva a cabo os furtos seja destas regiões. Não fará sentido quem é daqui ir fazer os furtos para o Norte ou para o Algarve”
E7	8.A.1	“São as zonas onde existe maior área de montado de sobreiro”
	8.A.2	“(…)a proveniência de quem leva a cabo os furtos. Torna-se claro que se quem leva a cabo os furtos são indivíduos aqui da região, é óbvio que não irão fazer furtos para o norte ou para o Algarve”
E8	8.A.1	“São áreas com uma grande densidade ao nível de sobreiros, são áreas bastante extensas”

	8.A.3	“(…)as áreas em estudo terem um número considerável de empresas de recetação de cortiça”
	8.A.2	“(…)proveniência dos indivíduos que levam a cabo estes furtos (…).Obviamente que sendo da zona, os furtos serão levados a cabo na própria zona e nas zonas limítrofes”
E15	8.A.3	“(…)certas empresas que fazem a recetação localizam-se nas zonas referidas ”
	8.A.4	“(…)a zona de Setúbal e as suas áreas mais próximas (como são as referidas) acabam por ser zonas bastante problemáticas em termos de criminalidade (…).Certamente existem mais tipos criminais que têm a sua grande incidência nessas áreas ”
E16	8.A.3	“Se nós temos diversos recetadores nestas áreas , então é meio caminho andado para termos os furtos nas mesmas áreas ou, quanto muito, nas áreas circundantes”
	8.A.5	“(…)acabe por ser extensível a todas as áreas rurais: a desertificação . Cada vez mais as propriedades estão completamente abandonadas na grande maioria do ano”
E17	8.A.3	“(…)a localização nestas áreas de quem se dedica à recetação da cortiça proveniente dos furtos (…),que os furtos acontecem o mais próximos possível dos sítios onde se faz a recetação da cortiça furtada”
Questão nº 9		
E1	9.A.1	“(…)poderá advir da aplicação do Programa no ano anterior, bem como das tais medidas que foram aplicadas em Montemor-o-Novo ”
	9.A.2	“Houve a divulgação no ano anterior”
E2	9.A.1	“(…)eventualmente as medidas implementadas pelos Destacamentos referidos terão contribuído para a redução do número dos crimes de furto de cortiça. Quando se implementam medidas preventivas (…).os resultados são quase sempre a redução da incidência criminal”
E6	9.A.1	“Julgo que se possa dever às implementações de medidas, tanto em Montemor-o-Novo como em Santiago do Cacém com a criação do programa”
	9.A.2	“Pode-se dever essencialmente à grande divulgação que houve”
E7	9.A.2	“(…)todas as notícias que surgiram relacionadas com a cortiça, que alertaram que a Guarda está no terrenos”
	9.A.1	“A continuação das medidas preventivas , a aplicação das medidas na zona de ação de Grândola, as medidas que também já se encontravam em aplicação em Évora, mais propriamente na zona de Montemor, tudo isto levou a essa diminuição drástica de um ano para o outro”
E8	9.A.1	“(…)julgo que principal, a questão dos patrulhamentos direcionados . Uma vez mais volto à importância do patrulhamento contínuo neste âmbito”
	9.A.3	“Se nos anos anteriores houve muitos furtos , associados ainda a todas as extrações dos últimos 5 a 6 anos, então podemos riscar de imediato essas áreas dos nossos patrulhamentos , dos nossos giros. Isto porque como já falamos, se a cortiça nestes locais não está em condições de ser extraída, então certamente não haverá furtos nessas áreas. Isto vai fazer com que comecemos a “afunilar” o patrulhamento”
E16	9.A.1	“Pode dever-se muito à maior atenção dada pelas autoridades nos últimos anos, com a implementação das medidas de que temos estado a falar”
	9.A.2	“(…)há divulgação de que estão a ser tomadas medidas (…). Tudo o que seja divulgação é sempre relevante ”
E17	9.A.1	“(…)poderá dever à atuação da Guarda e à aplicação de medidas nas áreas de que temos estado a abordar”
	9.A.2	“(…)a sua divulgação podem ter levado a uma dissuasão de quem leva a cabo os furtos”

	9.A.4	“(…)poderemos ter a parte da desmotivação dos produtores, que já abordamos, a pesar nestes números. Ou seja, as pessoas sentem que não vale a pena apresentar queixa dos furtos , verificam a existência dos mesmos, mas não os comunicam à Guarda. Assim, o furto existiu, mas não vai constar aí. Isto poderá explicar muito essa quebra, que vendo bem, e analisando deste prisma, poderá não ser uma quebra no número de furtos, mas sim uma quebra no número de denúncias ”
Questão nº 10		
E6	10.A.1	“São patrulhamentos direcionados àquelas áreas específicas”
	10.A.2	“(…)adaptadas aos horários com maior suscetibilidade de serem levados a cabo os furtos”
E7	10.A.3	“(…)foram definidos períodos específicos para incidir as patrulhas, ou seja, desde maio a setembro . É este o período temporal no qual decorre o programa e as ações que dele resultam”
	10.A.4	“(…)estabelecer uma espécie de “checkpoints” onde a patrulha se encontra e, quando avistam uma viatura que pareça ter as características de poder ser uma viatura de transporte de cortiça , então vão fiscalizar a mesma ”
	10.A.1	“Por outro lado, fazemos um policimento descontínuo nessas áreas”
E8	10.A.1	“(…)um plano de patrulhamento elaborado, que consiste em pedir aos postos militares do seu efetivo que estejam disponíveis (...)Estas patrulhas são formadas e destinadas única e exclusivamente para fazer o policiamento neste âmbito dos furtos de cortiça”
	10.A.2	“(…)militares do seu efetivo que estejam disponíveis nos horários que são definidos ”
	10.A.4	“(…)fiscalizar todas as viaturas que neles circulem naquele período horário”
E9	10.A.1	“São destinadas patrulhas para policiar as áreas das propriedades . Muitas das vezes, por falta de efetivo, como já referi, acaba por ser a própria patrulhas às ocorrências, ou a patrulha no seu giro normal, a passar por aquelas áreas”
E10	10.A.3	“ Durante os meses das extrações , de início de junho a finais de agosto”
	10.A.1	“(…)são direcionadas patrulhas com o objetivo de policiar os terrenos onde possam vir a ocorrer furtos de cortiça”
E11	10.A.3	“Há um planeamento mensal, na época de extração da cortiça ”
	10.A.1	“(…)diversas ações de patrulhamento direcionadas exclusivamente para a prevenção desta criminalidade”
E12	10.A.1	“ Patrulhamentos direcionados para o campo essencialmente”
	10.A.2	“(…)começamos a ter mais patrulhas, principalmente no período noturno ”
	10.A.4	“(…)ações de fiscalização rodoviária, essencialmente a carrinhas que pudessem transportar cortiça”
E13	10.A.3	“(…)no período em que decorre a extração da cortiça ”
	10.A.1	“(…)são lançadas diariamente patrulhas para o campo, que resulta desse plano de patrulhamento criado”
E14	10.A.1	“São lançadas patrulhas exclusivamente direcionadas para a prevenção aos furtos de cortiça”
	10.A.5	“(…)lançamos ainda patrulhas descaracterizadas , uma vez que o facto de os militares estarem “à civil” lhes faculta uma maior liberdade de ação”

Questão nº 11		
E4	11.A.1	“Efetivamente existe”
	11.B.1	“(…)protocolo celebrado entre a GNR com outras entidades: AT/Finanças/ASAE de Setúbal, Évora, Beja (...) Tal protocolo não tem em vista em exclusivo o fenómeno da cortiça, no entanto tal temática já fez parte das reuniões”
E5	11.A.1	“A cooperação que existe com outras entidades”
	11.B.2	“(…)essencialmente com a Direção de Finanças (...)No fundo, eles têm um controlo de tudo o que é a parte financeira (...)têm um controle também daquilo que são as transações comerciais no âmbito da cortiça”
E6	11.A.1	“Sim”
	11.B.3	“(…)nomeadamente com as associações de produtores da região e as próprias Câmaras Municipais”
	11.B.4	“(…)nomeadamente com as associações de produtores da região e as próprias Câmaras Municipais”
	11.B.5	“A nível individual, existem sempre os produtores, sendo que aqui falo essencialmente naqueles que não se encontram associados a nenhuma associação de produtores”
E7	11.A.1	“Sim, há a nível local”
	11.B.3	“(…)há a nível local uma estreita cooperação com as associações de produtores florestais da região”
	11.B.6	“(…)ACT da delegação de Beja e a AT uma vez que estes é que dispõem de bases de dados às quais nós não temos acesso e que se revelam fundamentais”
E8	11.A.1	“Temos uma estreita cooperação”
	11.B.5	“(…)estreita cooperação a nível local com os produtores (...)Esta cooperação com os próprios produtores é muito importante, na medida em que eles acabam por nos contactar sempre que avistam alguma coisa suspeita”
Questão nº 12		
E6	12.A.1	“Essencialmente as sensibilizações junto dos produtores e das associações de produtores”
	12.A.2	“Foi elaborada e é preenchida pelos produtores que assim entenderem uma ficha de registo de propriedade”
E7	12.A.3	“(…)temos a vertente da investigação criminal”
	12.A.1	“(…)ações de sensibilização levadas a cabo e que claramente têm surtido bastante efeito”
E8	12.A.4	“(…)essencialmente ao nível da troca de informações com os proprietários”
	12.A.5	“(…)fizemos um levantamento em termos de localização dos furtos, temos todos os furtos georreferenciados, o que nos facilita o trabalho no que à elaboração dos giros das patrulhas direccionadas diz respeito”
E9	12.A.1	“(…)desenvolvidas ações junto das associações de agricultores/produtores”
	12.A.6	“(…)ações de fiscalização preventivas, isto antes do início da campanha”
E10	12.A.1	“(…)em conjunto com as associações de agricultores aqui da região, têm levado a cabo ações de sensibilização junto dos produtores de cortiça”
	12.A.2	“(…)foi elaborado uma ficha que se trata do formulário de registo de propriedade, na qual os produtores, deslocando-se aqui ao posto, nos podem facultar dados importante sobre os seus terrenos”

E11	12.A.1	“(…)sido realizadas ações de sensibilização nas Juntas de Freguesia, junto das populações, ações essas também desenvolvidas pelo núcleo de proteção ambiental”
E12	12.A.1	“Deste logo as ações de sensibilização a começar pelo colóquio de apresentação do próprio programa”
	12.A.2	“Depois a criação do “ Formulário de registo de propriedade ”, ou seja, um documento que foi criado pelo Destacamento para esta problemática específica”
E13	12.A.2	“(…)apenas ações de sensibilização junto dos proprietários, dos responsáveis pela extração”
E14	12.A.1	“Procedemos a uma sensibilização junto dos proprietários nos meses anteriores aos da extração”
	12.A.6	“(…)temo-nos dedicado a fazer uma georreferenciação dos locais onde vão ser feitas extrações de cortiça nesse ano ”
Questão nº 13		
E6	13.A.1	“(…)aumentar o patrulhamento nestas áreas, levando inclusivamente a que se formassem patrulhas exclusivamente direcionadas para policiar os terrenos suscetíveis de serem perpetrados furtos de cortiça”
	13.A.2	“(…)divulgação de conselhos junto dos próprios produtores, com os objetivo dos consciencializar para a necessidade de tomarem medidas de segurança por conta própria”
E7	13.A.1	“(…)começamos a realizar patrulhamentos direcionados nessas alturas”
	13.A.3	“ ações de fiscalização rodoviária nas áreas de acesso às propriedades (...) incidia obviamente em viaturas de transporte de mercadorias”
E8	13.A.4	“(…)estudo de todas as ocorrências de furtos de cortiça registadas na nossa zona de ação”
	13.A.1	“(…)plano de patrulhamento que incide essencialmente na área de Cabrela (...)Todos os dias eram lançadas patrulhas para policiar apenas neste âmbito”
E9	13.A.1	“Na medida dos possíveis têm sido direcionadas patrulhas para os campos ”
	13.A.3	“(…)tem-se vindo a proceder a uma fiscalização mais seletiva das viaturas de mercadorias de caixa (...)tanto nas referidas áreas, como nas próprias áreas de acesso ou de fuga dessas mesmas áreas”
E10	13.A.1	“Essencialmente direcionar o patrulhamento para as áreas suscetíveis de ser alvo de furtos a horas muito específicas”
E11	13.A.1	“(…)intensificação do patrulhamento nas zonas onde existam sobreiros”
	13.A.2	“(…)divulgação daquilo que são as medidas que estamos a levar a cabo, junto das populações e principalmente dos interessados, que são os produtores de cortiça”
	13.A.5	“(…)investigação criminal, tentamos obter informações que eles tenham por forma a melhor prevenir os furtos e, simultaneamente, com as informações que obtemos ao nível do posto, transmitimos-lhes a eles”
	13.A.3	“Na época da extração da cortiça têm-se realizado bastantes operações planeadas a nível de Destacamento, em vários locais de acesso a diversas propriedades ”
E12	13.A.1	“Inicialmente reforçamos os patrulhamentos , como forma de prevenção de ocorrência de mais furtos (...)Direcionar patrulhas”
	13.A.2	“Por outro lado, através das ações de sensibilização que foram levadas a cabo”
E13	13.A.1	“(…)criado e implementado um plano de patrulhamento (...) patrulhas direcionadas exclusivamente para esta problemática”
E14	13.A.1	“São lançadas periodicamente patrulhas direcionadas para o terreno”

Questão nº 14		
E1	14.A.1	“(…)dado tratar-se de um programa local, neste caso do Comando de Setúbal , julgo que toda a divulgação tenha sido orientada por eles”
E4	14.A.2	“Começando logo pelas ações de sensibilização desenvolvidas”
	14.A.3	“(…)pelo colóquio eu deu início ao programa . Foi muito bem conseguido, uma vez que reuniu uma série de associações e produtores”
	14.A.4	“(…)grande divulgação ao nível dos meios de comunicação social ”
	14.A.5	“(…)mesmo ao nível dos meios de informação da Guarda , como é o caso da página do facebook da GNR Setúbal ”
E6	14.A.6	“(…)muito através das Camaras Municipais e das associações de produtores ”
	14.A.3	“ No início do programa foi inclusivamente organizada uma palestra que reuniu as associações de produtores em Santiago do Cacém”
	14.A.4	“(…)divulgado junto de meios de comunicação social regionais e nacionais , divulgação essa que se revelou muito importante”
	14.A.1	“Toda esta comunicação teve origem nos Destacamentos de Grândola e de Santiago ”
E7	14.A.3	“Tivemos à partida a ação de sensibilização que marcou o início do então projeto Cortiça Segura ”
	14.A.6	“(…)convidado pela ANSUB a participar numa nova ação de sensibilização”
	14.A.1	“(…)o comunicado de imprensa que elaborei na altura para o Comando de Setúbal ”
	14.A.4	“(…)as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia , e pedi para divulgarem e colocarem impresso e afixado em locais de relevo”
Questão nº 15		
E4	15.A.1	“(…)Este programa tem sido, sem dúvida, inovador e já nos trouxe uma grande lição: fenómenos criminais não chega preveni-los (...) conciliar a prevenção com a repressão criminal (IC) ”
E6	15.A.2	“(…)o programa tem cumprido em toda a linha o propósito para o qual foi criado e implementado (...)Tem vindo a reduzir o número de furtos e a aumentar o sentimento de segurança dos agricultores e das próprias populações , isso é notório (...)resultados obtidos até ao momento, trata-se claramente de um programa de sucesso”
	15.A.3	“(…)este ano, com as detenções que surgiram no decorrer da operação de que já falamos, será interessante observar e analisar o que irá ou não influenciar no número de ocorrências no presente ano”
E7	15.A.2	“Neste momento, e fazendo uma avaliação, acho que está tudo bem feito , bem montado, os resultados estão a surgir ”
E9	15.A.3	“Os resultados são muito satisfatórios, e como já referi, julgo que este ano teremos um decréscimo ainda maior no número de furtos, dado a operação que foi desenvolvida”
	15.A.2	“(…)o trabalho que tem vindo a ser realizado está a ter frutos e isso acaba por se sentir no sentimento de segurança dos produtores e das próprias populações ”
E10	15.A.2	“O objetivo do programa é reduzir ao máximo o número de ocorrências (...)O programa esta bem montado e julgo que está a começar a dar resultados ”
	15.A.3	“Julgo que com a operação que foi levada a cabo e com as consequentes detenções, já vamos começar a ver neste mesmo ano resultados ”
E11	15.A.1	“(…)a investigação criminal está a trabalhar no assunto e tem feito um trabalho excelente”

	15.A.2	“(…)o programa tem cumprido os objetivos para o qual foi planeado e aplicado”
E12	15.A.2	“(…)o programa foi muito bem montado, foi muito bem trabalhado (….)Os resultados estão à vista e as peessoas estão agradadas porque sentem que a Guarda está a trabalhar no assunto”
Questão nº 16		
E4	16.A.1	“Muito bom! (….) conseguimos dismantelar uma rede organizada (….) trás um claro acrécimo ao sentimento de segurança das pessoas”
E6	16.A.1	“Paulatinamente nota-se (….)acaba por aumentar o seu sentimento de segurança (….)sentimento de segurança depois tem de ser estimulado e concretizado com coisas concretas (….)concretiza o propósito do programa e aumenta o sentimento de segurança das pessoas da região e, claro, mais propriamente dos produtores”
E7	16.A.1	“Está a ser excelente. E essa é a parte realmente gratificante do nosso trabalho. Ver que de facto fizemos algo, que contribuímos para que as pessoas se sintam mais seguras. Isto é muito importante (….) sentimento de segurança , não há uma forma de o medir. No entanto apercebemo-nos da sua existência quando as pessoas chegam junto de nós e nos agradecem pelo trabalho desenvolvido ”
E9	16.A.1	“(…)o sentimento de segurança dos produtores tem vindo a sofrer um aumento , dada a maior envolvimento da Guarda neste âmbito”
E10	16.A.1	“Julgo que esteja a ser positivo ”
E11	16.A.1	“Está a ser positivo. O nível de contactos com a Guarda por parte dos produtores (….) tem aumentado substancialmente desde que foi implementado o programa (….) Nesse sentido, o programa tem sido bastante benéfico e produtivo ”
E12	16.A.1	“Os produtores estão desde então, e cada vez mais, agradados com o trabalho desenvolvido da nossa parte (….) tem aumentado bastante o sentimento de segurança deles (….) Podemos dizer que o Cortiça Segura já está na rotina de toda a gente”
E16	16.A.1	“ O programa está a ter um impacto positivo junto dos produtores”
E17	16.A.2	“Em Grândola julgo que não tenha tido grande expressão ”
Questão nº 17		
E4	17.A.1	“Teve um grande impacto, tanto localmente, como inclusivamente a nível nacional (….)É óbvio que o sentimento de segurança das populações e, principalmente, dos produtores de cortiça saiu muito reforçado ”
	17.A.2	“A notícia da operação abriu os telejornais nesse dia, sendo que a informação foi transmitida nos meios de comunicação social , sem exceção”
	17.B.2	“Após esta operação é fundamental intensificar a vertente preventiva, através da metodologia aplicada no programa Cortiça Segura, seguindo o princípio da Prevenção - Repressão (IC) – Prevenção”
E5	17.A.1	“ Melhorou claramente o sentimento de segurança , porque as pessoas perceberam que nós estamos a trabalhar e que fazemos algumas coisas (….) isso aumenta o seu sentimento de segurança”
E6	17.A.1	“ Sentimento de segurança saiu muito beneficiado de toda essa operação. Foi a concretização das aspirações dos produtores”
	17.B.3	“No que diz respeito aos furtos, como se sabe, desde então ainda não passamos por nenhuma época das extrações de cortiça , pelo que só no final do presente ano poderá ser feito um balanço dos resultados desta operação no número de furtos verificados ”

E7	17.B.3	“(…)da qual só poderemos de facto retirar relações no que diz respeito à diminuição no número de furtos no final deste ano de 2017”
	17.A.1	“A operação foi excelente (…)Isso aumenta, como é obvio, o sentimento de segurança”
	17.A.2	“(…)estávamos a trabalhar bem ao nível da divulgação. Nesse dia, todos os telejornais abrem com a notícia de que a Guarda está a desenvolver uma mega operação em 4 concelhos distintos”
E8	17.B.1	“Desde essa data, o Destacamento Territorial de Montemor não tem registo de qualquer ocorrência neste âmbito”
	17.B.3	“(…)ainda não passamos por qualquer período de extração de cortiça, pelo que, apesar do que temos verificado fazer parecer que os resultados irão de facto ser bastante positivos, teremos que aguardar mais pelo final do presente ano por forma a fazer essa análise de forma correta”
	17.A.1	“Ao nível do sentimento de segurança, obviamente que aumentou (…) ficaram bastante satisfeitos e, como é óbvio, o sentimento de segurança destes saiu aumentado com os resultados da operação desenvolvida”
	17.B.2	“(…)o nosso papel daqui para a frente ao nível da prevenção será fundamental, tal como o foi nos últimos anos”
E9	17.B.3	“(…)é de crer que na próxima campanha se poderá vir a notar alguma diferença, pelo que teremos de chegar até ao final do próximo mês de agosto ou setembro por forma a fazer essa análise”
E10	17.B.1	“Após essa data não tivemos mais nenhuma ocorrência. Isto pode ser um bom indicador”
	17.B.3	“(…)desde então ainda não passamos por nenhuma época de extração da cortiça, que esse sim é o período crítico”
	17.A.1	“No que diz respeito ao sentimento de segurança, é claro que sai sempre beneficiado deste tipo de operações, uma vez que é a prova, aos olhos das populações, de que a Guarda estava a trabalhar no assunto”
E11	17.B.3	“Ainda não foi possível fazer o balanço ou retirar conclusões do que irá advir da operação levada a cabo e das referidas detenções. Isto porque a operação foi levada a cabo em novembro e desde então ainda não passamos por nenhuma época de extração da cortiça. Provavelmente no final do presente ano já se conseguirão retirar conclusões nesse sentido”
E12	17.B.3	“(…)não poderemos retirar conclusões “alargadas” nesse sentido, pois desde então ainda não passamos por nenhuma época de extração de cortiça, creio que os resultados já se fazem sentir um pouco”
	17.B.1	“(…)desde Novembro, até ao final de Fevereiro, não existiu nenhuma ocorrência registada de furto de cortiça na zona de ação do Destacamento Territorial de Santiago do Cacém”
E13	17.A.1	“(…)contribuindo inevitavelmente para o fortalecimento da segurança junto de toda a população local (…)o sentimento de segurança dos produtores saiu muito beneficiado dessa ação desenvolvida”
	17.B.3	“Ainda não foi possível notar os resultados, dado ainda não termos passado por nenhuma época de extração de cortiça”
E14	17.B.3	“Desta forma é impossível de momento avaliar. É possível que só tenhamos tais certezas no final da próxima época de extração de cortiça, que culmina em setembro deste ano”
	17.B.1	“No entanto é certo que os furtos têm vindo a diminuir”
	17.A.1	“No que diz respeito ao sentimento de segurança das populações, estas ações são sempre importantes. Diria até importantíssimas”

	17.A.2	“ Mas tão importante quanto a operação propriamente dita, é a divulgação da mesma . É aqui que nós conseguimos chegar às populações, é através dos órgãos de comunicação social (...) a operação foi bastante divulgada ”
Questão nº 18		
E4	18.A.1	“ (...)considero que a IC (repressão) e a prevenção criminal são indissociáveis e complementam-se ”
E5	18.A.2	“Nós agora vamos melhorar a nossa ação tendo em conta o que já sabemos em resultado da investigação criminal ”
	18.A.3	“ As nossas medidas preventivas , aquilo que nós fomos conseguindo recolher ao longo do tempo, é que potenciou este desenrolar positivo por parte da investigação criminal , ou seja, através das ações de prevenção conseguimos potenciar o trabalho da investigação criminal ”
E6	18.A.3	“Muitas das vezes, estas informações acabam por ser recolhidas no contacto com as populações por parte dos militares que se dedicam à prevenção do ilícito”
	18.A.2	“ (...)informações reunidas e trabalhadas por parte da IC são essenciais por forma a direccionar o patrulhamento ”
	18.A.1	“ (...)o programa tem funcionado bastante bem e a IC e a parte da prevenção têm-se completado mutuamente”
E7	18.A.1	“ (...)Para fazermos um trabalho bem feito, tem de haver patrulhamento para prevenir e reprimir e simultaneamente temos de ter quem se dedique a estudar a causa, e isto faz-se, claro, no âmbito da investigação criminal (...)temos de associar a parte da dissuasão à parte da investigação (...) policimento de proximidade e de prevenção tem de estar sempre articulado com a vertente da investigação criminal ”
	18.A.3	“ (...)a investigação é alimentada pelas informações recolhidas por quem se dedica à vertente de dissuadir ”
E8	18.A.1	“ A vertente da investigação criminal é indissociável da vertente da prevenção (...)um programa no âmbito da cortiça é por demais fundamental que associada à parte da prevenção criminal , esteja esta vertente da investigação criminal (...)torna indissociável a IC da própria prevenção ”
	18.A.2	“ (...)a vertente da investigação criminal , através dos resultados que a própria produz, acaba por servir como medida de prevenção/dissuasão da criminalidade”
Questão nº 19		
E1	19.A.1	“ (...)o que a Guarda poderá fazer é criar o programa a nível nacional , obviamente, apenas nas áreas territoriais onde incida esta criminalidade (...)Faz sentido sim, e apenas, nas áreas nas quais haja maior incidência . Julgo que faça sentido haver uma estratégia, vertida num programa especial, ao nível do Comando Operacional para fazer face a este fenómeno em específico”
E2	19.A.2	“ (...)várias abordagens, sendo umas mais pró-ativas e outras mais reativas . Ao nível da pró-atividade incluem-se as medidas no âmbito da prevenção (...)desempenhando ainda a investigação criminal um papel crucial”
E4	19.B.1	“ (...)a legislação poderá sempre ser melhorada, com vista a uma maior eficácia, designadamente, ao nível da fiscalização ”
E5	19.A.3	“ (...)por parte dos próprios proprietários, algumas medidas de segurança tomadas de forma autónoma, o que, na sua grande maioria, não existe ”
E6	19.A.2	“ (...)quebrar algumas barreiras que ainda existam entre a estrutura da IC e a parte do policiamento e da prevenção . A cooperação e troca de informação entre ambas é fundamental e só assim conseguiremos reduzir ainda mais esta problemática”

	19.B.1	“ (...)temos problemas muito semelhantes aos quais já foram aplicadas medidas a nível legislativo. A pinha, por exemplo (...) principalmente ao nível da fiscalização, esse diploma legal veio trazer bastantes vantagens”
E7	19.A.2	“ (...)manter os patrulhamentos de visibilidade e continuar a realizar o trabalho no âmbito da investigação criminal”
	19.B.1	“ (...)há uma alteração que se está a tornar fundamental fazer, a par daquilo que se fez para a pinha (...)É fundamental que se aplique esta legislação ou algo semelhante à cortiça”
E8	19.A.1	“ (...)a nível da Guarda, pode e deve ser criado um programa neste âmbito (...)problemática que abarca áreas que apesar de serem contíguas, são áreas de responsabilidade de diversos Destacamentos e de diversos Comandos inclusivamente (...)programa que traga a implementação de medidas e missões específicas e obrigatórias para as Unidades das áreas afetadas poderá vir a ser muito importante”
E15	19.B.1	“Julgo que a ter uma solução, essa pode passar essencialmente por seguir o modelo implementado em Espanha (...)É o que acontece em Portugal com a apanha da pinha”
E16	19.A.4	“ (...)um maior controlo das empresas que fazem a recetação traria sem dúvida alguma resultados na redução do número de furtos. Este trabalho a nível policial, teria obviamente de ser acompanhado por uma medida a nível legislativo”
E17	19.B.1	“ (...)uma medida semelhante à aplicada no caso da pinha. Isto essencialmente pelo que já referi: iria trazer um maior envolvimento da parte Fiscal”
Questão nº 20		
E4	20.A.1	“ (...)É difícil retirar essas conclusões para já (...)poderá levar à deslocalização da criminalidade (...)É possível que seja esse o caso, e que se tenha dado a mobilização desta criminalidade para outras zonas, mas é muito cedo para concluir isso”
E5	20.A.1	“É possível, mas não conseguimos fazer essa extrapolação porque não há dados que a sustentem. É possível que cada vez que nós apertamos o cerco numa determinada zona, os indivíduos que fazem furtos nessa zona se se sentirem “apertados”, se virem para outras zonas para perpetrar os furtos (...) Eventualmente pode ser esse o caso, mas não é lícito chegar a essa conclusão”
E6	20.A.2	“Acredito que sim (...)Quer sim dizer que, muito provavelmente terá sido esse o caso, são feitos noutra local (...)as medidas aplicadas em 2015 possam ter levado a uma alteração do padrão de crime, “desviando” a criminalidade para as regiões limítrofes”
E7	20.A.2	“Sem dúvida alguma (...)Eu acredito efetivamente que tenha havido uma mobilização desta criminalidade quando implementamos as medidas (...)foram sim furtar para outros locais em que se sentissem mais seguros”
E8	20.A.3	“ (...)o nosso plano de patrulhamentos iniciou-se no ano anterior (2014). No entanto, no ano de 2015, o plano de planeamento não foi tão incisivo como havia ocorrido no ano de 2014 (...)Nesse ano tivemos menos patrulhas, logo tivemos maiores períodos temporais sem patrulhamento naquelas áreas, o que poderá ser a razão para esse aumento”
	20.A.2	“ (...)temos que ter em consideração as medidas que foram aplicadas nesse mesmo ano em Santiago. Poderão efetivamente ter mobilizado uma parte da criminalidade que se verificava lá, para a nossa zona de ação”
E9	20.A.1	“Não sei se terá alguma razão/efeito (...)É muito difícil dar uma resposta com elevado grau de certeza nesse sentido”

E10	20.A.4	“(…)não acredito que isso tenha acontecido. Isto porque o que seria mais natural nesse caso, seria os furtos ocorrerem no limite da nossa área com a área de Santiago, e a verdade é que a grande maioria dos furtos registados na nossa zona de ação registaram-se longe dessa zona”
E11	20.A.2	“ Absolutamente (...)dissuasão dos criminosos aqui das propriedades da nossa zona de ação e acredito que isso os possa ter feito mobilizar para as áreas dos Destacamentos vizinhos ”
E12	20.A.2	“ Acredito, bastante até (...)que tenham começado a mobilizar os furtos para outras áreas , que serão obviamente as áreas aqui circundantes”
E13	20.A.1	“(…)não poderei retirar conclusões a esse respeito”
E14	20.A.2	“ Acredito que poderá ter alguma correspondência efetivamente. Poderá ter havido uma mobilização da criminalidade para as áreas mais próximas, por forma a fugir às medidas que foram implementadas naquela zona”
Questão nº 21		
E2	21.A.1	“(…)na falta de medidas junto da indústria transformadora que em última análise é a que recebe a cortiça, incluído a furtada”
	21.B.1	“(…)sugeria que fosse criado um diploma que regulamentasse a recepção da cortiça, tal como foi regulamentada a recepção de metais não preciosos ”
E4	-----	
E6	21.A.2	“ Não consigo apontar lacunas . Como disse julgo que está tudo a ser muito bem feito e os resultados já estão a vista”
	21.A.3	“(…)quais acabam por ser as falhas: efetivo e meios ”
	21.B.3	“Se tivéssemos mais militares para dedicar exclusivamente a este problema , seria perfeito. Se tivéssemos mais viaturas todo-o-terreno seria perfeito”
E7	21.A.3	“(…)A do costume em tudo o que é o serviço da Guarda. Não lhe vou chamar falta de efetivo (...)Para além disso, claro, meios todo o terrenos ”
	21.B.3	“(…)se tivermos mais 6 ou 7 militares em cada um dos postos , já não teria a patrulha às ocorrências a fazer “1001 coisas”, já teria a patrulha às ocorrências e uma outra patrulha de 6 horas exclusivamente direcionada para policiar no âmbito deste programa ”
	21.A.2	“Julgo que ao nível do policiamento não existem grandes lacunas , está tudo bastante assimilado”
	21.B.2	“(…)estreitar as relações de cooperação neste âmbito com a ACT e a AT”
E9	21.A.3	“Acresce ainda a falta de meios humanos e materiais , sendo esta a principal falha do programa, ainda que claro, isso não depende nem do comandante de Destacamento”
	21.B.3	“Deve efetivamente haver um aumento de efetivos nos Postos Territoriais , bem como um melhoramento e adequado do parque de viaturas ”
E10	21.A.3	“ meios, essencialmente materiais , uma vez que não nos podemos queixar muito do nosso efetivo”
	21.B.3	“Seria fundamental estarmos munidos de viaturas todo-o-terreno ”
E11	21.A.3	“A lacuna primordial será a falta de efetivo com que nos debatemos. A dificuldade que temos diariamente (na época das extrações de cortiça) para conseguir dar cumprimento a este programa passa pela dificuldade em nomear efetivo para este tipo de operações”
E12	21.A.3	“(…)a única lacuna acaba por ser a lacuna genérica aqui do Destacamento: falta de efetivo humano e falta de efetivo material ”
	21.B.3	“(…)seria fundamental termos viaturas todo o terreno ”

	21.B.4	“Falta por exemplo uma medida tomada a nível governamental como aconteceu com a pinha. Algo que nos permita controlar as origens da cortiça (...)Creio que esse controlo reduziria em muito esta problemática”
E16	21.A.3	“ (...)A principal lacuna é sem dúvida a falta de meios humanos e materiais que a Guarda tem para fazer este tipo de patrulhamento em áreas rurais”
	21.A.4	“Para fazer o preenchimento da ficha de inscrição (Ficha de registo de propriedade) é necessário a pessoa fazer-se deslocar ao posto da área onde tem a propriedade”
	21.B.5	“Julgo que seria bastante proveitoso haver um suporte digital onde os produtores pudessem fazer o preenchimento da ficha sem terem de se deslocar ao posto”
E17	21.A.3	“a alocação de recursos para o programa. Nós podemos ter o programa perfeito, com as medidas perfeitas. No entanto, se não dispusermos dos meios materiais e humanos para o cumprir, então o programa certamente não irá produzir resultados ou, se os produzir, serão manifestamente insuficientes”
	21.B.6	“Julgo que seria muito importante para o programa a inclusão de patrulhas a cavalo. Teriam uma utilidade fantástica dado que são silenciosas e que chegam a locais que por vezes são muito complicados de patrulhar por viaturas”
	21.B.4	“ (...)medida legislativa semelhante ao que foi idealizado e colocado em prática na pinha. Ou seja, envolver a parte Fiscal no processo da cortiça”
Questão nº 22		
E1	22.A.1	“É normal um programa, ou seja, a aplicação de medidas preventivas para uma determinada criminalidade, levar a um aumento da referida criminalidade num período inicial de vigência das medidas (...)poderá de facto ter havido um maior número de ocorrências, dado o conhecimento e visibilidade que foi dada às populações daquele fenómeno em específico. Estes programas motivam as pessoas a estarem mais alerta e que comuniquem praticamente tudo o que acham suspeito, naquele âmbito, à Guarda”
E2	22.A.1	“ (...)revelador da eficácia da implementação do programa, uma vez que as ações de informação/sensibilização motivam a denúncia dos crimes (...)provoca uma mudança da mentalidade, fazendo que a denúncia dos crimes aumente, não sendo sinónimo do aumento da prática de mais crimes, mas sim que foram denunciados mais crimes”
E7	22.A.1	“A partir do momento que há mais divulgação e as pessoas estão mais conscientes vão aumentar as denúncias (...)sempre que as medidas são divulgadas por intermédio dos órgãos de comunicação social (...)É sem dúvidas este o motivo do aumento do número de ocorrências”
E11	22.A.2	“Poderá justificar-se com o facto de se tratar de um crime organizado”
	22.A.3	“ (...)poderá justificar pela falta de patrulhamento de certas áreas do Destacamento, como por exemplo as zonas de Ermidas do Sado e Alvalade”
	22.A.1	“ (...)poderá advir de uma maior consciencialização por parte dos produtores e de outras pessoas para esta situação, ou seja, com as ações de sensibilização que foram desenvolvidas, as pessoas ficaram mais alerta para este problema, o que levou a um aumento do número de denúncias”
E12	22.A.2	“Acredito que esse aumento se deva ao facto de eles terem conhecimento de que as medidas iam ser implementadas, e dessa forma acabaram por aumentar o número de furtos, ou seja, arriscaram tudo sabendo que dali para a frente seria cada vez mais difícil conseguirem levar a cabo os furtos”

	22.A.1	“(…)não quero dizer que eles tenham mais furtos, tem sim que ver com uma maior consciencialização que houve na altura por parte dos produtores, que redobram a partir daí a atenção aos seus terrenos, o que levou a descoberta de mais casos (...)os produtores andavam muito mais atentos e comunicavam tudo e mais alguma coisa que acabava por ocorrer, daí esse aumento ”
Questão nº 23		
E5	23.A.1	“ Parece-me que não há distinção. Não há grandes diferenças entre aquilo que é feito lá e aquilo que é feito cá”
	23.A.2	“A principal diferença é que eles lhe deram um nome específico, criaram um programa (...)um programa específico para uma área qualquer tem vantagens, obviamente. Chamamos a atenção da comunicação social (...)aspeto negativo, que é a obrigatoriedade de direcionar um determinado número de efetivos para aquele fim, e nós consideramos que isso pode ser negativo em termos de atividade operacional diária”
E8	23.A.1	“ As medidas, pelo que me tenham apercebido, principalmente ao nível do patrulhamento, serão praticamente idênticas ”
	23.A.2	“(…)eles decidiram publicitar essas medidas, mediatizá-las. E desta forma, a estratégia utilizada foi a de criar um programa a nível da Unidade. Julgo que o mesmo poderia ter sido feito ao nível do Comando de Évora (...)fizeram de diferente segundo o que me apercebi foi a questão das ações de sensibilização”
Questão nº 24		
E1	24.A.1	“ Sim, não há dúvidas. Pela perspetiva de estarem vários Comandos envolvidos, julgo que faça todo o sentido”
	24.A.2	“(…)temos que averiguar junto daquilo que são as necessidades e prioridades do Comando da Guarda e das próprias unidades, verificar se fará sentido a criação dessa diretiva. Isto porque não nos podemos esquecer que a existência de uma diretiva neste sentido implicará a aplicação de recursos exclusivamente neste âmbito”
	24.A.3	“(…)as boas práticas identificadas, através dos bons resultados atingidos, deverão ser replicadas a outras áreas que são flageladas por este problema”
E2	24.A.1	“ Sim. Sem dúvida. Não só é possível como devem ser emanadas orientações pelo Comando-Geral para que sejam aplicadas as mesmas medidas quando estamos perante fenómenos idênticos”
	24.A.3	“(…)necessidade de se identificarem boas práticas, para que as mesmas sejam difundidas e aplicadas por todos”
E3	24.A.1	“(…)sirva como exemplo, sendo aplicada em outras áreas do território nacional onde esta problemática também se verifica (...)Esta uniformização, através de uma diretiva do CO, traria vantagem principalmente no que à estatística diz respeito. Logo, se conseguirmos trabalhar em conjunto e reunir dados para conhecimento de todas as Unidades que têm este problema, conseguiremos melhores resultados ao nível da Guarda (...) alargamento do programa Cortiça Segura às restantes áreas afetadas ”
E4	24.A.1	“Trata-se na nossa opinião de um caso de sucesso e, dado tratar-se de um fenómeno transversal a vários CTer, é claramente um projeto a ser divulgado através de uma diretiva do CO ”
	24.A.3	“(…) ser divulgado como uma boa prática (...)sendo que tanto ou mais importante que a criação diretiva, seria a partilha das boas práticas”
	24.A.5	“(…)naturalmente, ser alvo de adaptação às realidades de cada CTer ”

E5	24.A.4	“(…)não sou muito favorável à existência de programas, e portanto não me parece que seja uma mais-valia”
	24.A.3	“Chegar ao conhecimento dos outros Comandos aquilo que é feito, como é feito, e porque é feito. Chegar ao conhecimento dos outros comandos a verdadeira problemática que existe aqui (….)O conhecimento é fundamental que exista em todo o lado, para que se saiba o que é que o vizinho faz e se aquilo é possível de adotar aqui, e se é benéfico pra mim, então eu vou adotar aqui”
E6	24.A.1	“(…)Sem dúvida que seria uma mais-valia (….)haver uma diretiva, leva obrigatoriamente à tal uniformização, sendo que trabalharmos todos de forma concertada é muito importante em todos os aspetos (….)Essa diretiva por si só traria mais divulgação a nível dos órgãos de comunicação social, divulgação essa que seria bastante útil ao nível da dissuasão (….)Seria fundamental uma diretiva operacional para a cortiça”
	24.A.5	“(…)tendo sempre em consideração que mesmo tendo problemas semelhantes, as realidades de cada Destacamento são distintas, tendo de haver uma adaptação à realidade de cada um”
E7	24.A.1	“É fundamental (….)considero fundamental, nem que seja para dar credibilidade e peso institucional, ser emanada uma diretiva operacional por parte do CO, tal como há para o Campo Seguro ou para o Verão Seguro (….)Que emane uma diretiva que abarque estas áreas e outras que estão ano após ano a ser assoladas por este problema que para muitas regiões acaba por ser um problema bastante grave a nível económico”
	24.A.5	“É óbvio que essa diretiva tem que ser ajustadas às realidades. Não se pretende que se vá prevenir o furto de cortiça onde ele não existe (….)tais boas práticas, que por acaso já deram resultados nessa outra área, e aplicar as mesmas, na integra ou moldando-as à nossa realidade”
	24.A.3	“Tão ou mais importante do que a diretiva é a divulgação das boas práticas”
E8	24.A.1	“Julgo que seria bastante importante. Ao ser criado o programa Cortiça Segura ao nível do Comando Operacional, este seria implementado nas áreas territoriais onde se justificasse, ou seja, onde existe de facto uma incidência efetiva e considerável desta problemática”
Questão nº 25		
E1	25.A.1	“Não tenho conhecimento, julgo que não existam. As únicas medidas que tenho conhecimento de existirem são as que temos estado a abordar até agora”
E2	25.A.1	“Não conheço outras medidas de prevenção do furto de cortiça, existindo sim outros programas, noutros locais do território, mas dedicados à prevenção de outros fenómenos criminais”
E4	25.A.1	“Julgo que não existam. Só tenho conhecimento das medidas aplicadas com o programa Cortiça Segura e as medidas aplicadas pelo CTer Évora”
E5	25.A.1	“Não conheço outras medidas tirando as que temos vindo a abordar”
Questão nº 26		
E1	26.A.1	“Acredito que sim, porque se tivermos medidas legislativas que limitem as atividades dos recetadores e as controlem através da fiscalização, certamente irá contribuir para atenuar cada vez mais este problema”
	26.A.2	“(…)servirá de exemplo para que os outros que o fazem o deixem de fazer. Acaba por servir também de dissuasão para quem furta”
E2	26.A.1	“(…)uma medida semelhante poderá reduzir substancialmente o furto de cortiça, tal como aconteceu com o furto de metais não preciosos”

E3	26.A.1	“No caso específico dos furtos de cortiça, julgo que seria bastante proveitoso avançar para um projeto semelhante (...)Seria então importante e relevante para colmatar algumas lacunas a nível legislativo neste âmbito, que surgisse algo a nível legislativo para a cortiça , tal como aconteceu para os metais não preciosos (...)que levasse a um maior controlo, mediante fiscalização, dos recetadores da cortiça ”
E4	26.A.1	“Julgo que seria muito importante para o país proteger esta fonte de riqueza nacional, tanto no âmbito legislativo , mas, fundamentalmente, ao nível da fiscalização, potenciando as ferramentas disponíveis no quadro legal , que, atualmente, está em vigor”
E5	26.A.3	“ Pode eventualmente passar , se bem que a questão da cortiça é mais complexa”
E15	26.A.1	“ Creio que sim . A recetação da cortiça é o que motiva os furtos. Se não houver recetação não há furtos. Isso é óbvio. E por isso julgo que a recetação seja mesmo o maior dos problemas neste âmbito”
E16	26.A.1	“ Julgo que seria muito importante (...)temos centenas de produtores e que em termos de empresas de recetação só temos duas ou três, então será muito mais simples e efetivo fazer incidir medidas e fiscalizar essas duas ou três empresas do que aplicar medidas e controlar todo e cada um das centenas de produtores de cortiça que existem (...)se não houver procura, se não houver quem compre o produto furtado, então não teremos furtos, é simples (...)faria todo o sentido tal medida ”
E17	26.A.1	“ Essa é a chave de todo este problema. O controlo desses intermediários é fundamental (...) no âmbito da cortiça furtada, se não existir quem a compre, ninguém a vai furtar, é lógico”
Questão nº 27		
E1	27.A.1	“ Acredito que sim , porque na prática são duas realidades que acabam por ser semelhantes (...)julgo que poderão ser definidas medidas semelhantes ”
	27.A.2	“ (...)envolvimento e a cooperação entre diversas entidades . Isto é muito importante, porque cada vez mais, os fenómenos criminais estão a deixar de ser vistos como sendo uma responsabilidade única das forças de segurança (...)têm de se considerar desde logo os parceiros a nível local (...)É neste sentido que nós pretendemos “encaminhar” todos os programas especiais porque acreditamos que a solução passa pela cooperação e pela criação de parcerias ”
E2	27.A.1	“ (...)porque todos esses produtos agrícolas são sazonais e não é possível desenvolver esses programas sem a implementação dessas medidas ”
E3	27.A.1	“ Sim (...)julgo que acabe por haver alguma associação entre âmbitos ”
	27.A.3	“ (...)por norma, quem se dedica a um tipo de criminalidade ao nível agrícola , tal como a azeitona, o gado, a cortiça, entre outros, acaba por se dedicar a outro tipo de ilícitos no mesmo âmbito (...)estar mais despertos para começar a interligar todos estes ilícitos, uma vez que creio que todos eles acaba por ter uma ligação por tudo o que referi. Desta forma, volto a relevar a importância da troca de informações e da maior cooperação entre Unidades e valências da Guarda “
E4	27.A.2	“A outra inovação, foi a equipa mista, que foi proposta ao MP, entre várias valências da Guarda, e que produz excelentes resultados. Neste caso do Cortiça Segura, e comparativamente ao que foi feito no Azeitona Segura, julgo que seria relevante o envolvimento de outras entidades ”
E5	27.A.4	“ Não. Parece-me que são realidades totalmente distintas (...)Não me parece que a solução seja nenhum tipo de programa específico, mas sim uma maior colaboração/coordenação entre nós e os produtores”

Questão nº 28		
E1	28.A.1	“Julgo que sim (...) poderá ser um contributo para a solução, uma vez que traria um maior controlo sobre a origem da própria cortiça”
E2	28.A.1	“ (...)a regulação da colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação da pinha, trás vantagens a essa prevenção”
	28.A.2	“ (...)obriga todos os operadores a um conjunto de regras, que dissuade a prática do crime de furto da pinha (...) Pelo que aplicar um diploma semelhante à cortiça, poderia também revelar-se dissuasor do furto de cortiça”
	28.A.4	“De todas as disposições contantes no referido diploma, revela-se de alguma importância a proibição da colheita no período de 1 de abril a 1 de dezembro, que obriga a uma maior atenção por parte das entidades fiscalizadoras”
E3	28.A.3	“ (...)foi criada uma diretiva para a pinha em exclusivo, fora daquilo que é a diretiva do Campo Seguro. Julgo que a cortiça se poderia inserir nesta diretiva da pinha, ainda que de forma diferente porque até as épocas acabam por ser distintas. Nesta situação da diretiva que elaboramos para a pinha, o objetivo do CO é uniformiza-la com as restantes áreas abrangidas pelo Campo Seguro, alargando essa operação a este período também, por forma a maximizar recursos”
	28.A.1	“Quanto às medidas vigentes no Decreto-Lei, são bastante efetivas neste âmbito. Isto porque nos facilita bastante o trabalho ao nível da fiscalização, pelo que poderia ser útil uma medida semelhante para a cortiça”
E4	28.A.1	“ (...)tudo o que seja para melhorar o controlo e fiscalização desta atividade delituosa será importante aplicar, tendo presente a fonte de riqueza que é esta atividade para o nosso país”
E5	28.A.1	“ (...)considero que de facto, nestes mesmos termos, se justificaria uma medida semelhante, por permitir um controlo mais rigoroso desta atividade económica, ao mesmo que nos permite um controlo mais eficiente da circulação de cortiça”
E15	28.A.1	“Claro que sim, por tudo o que referi anteriormente, mas mais ainda porque julgo que um dos principais problemas seja que durante todo o ano há circulação de cortiça, pois há transação de cortiça todo o ano”
	28.A.4	“Principalmente haver uma regulação e uma definição das épocas de extração, isso seria fundamental, até mesmo numa perspetiva ambiental, pois muitas das vezes os montados acabam por ficar degradados porque as pessoas fazem as extrações sem haver condições meteorológicas para tal”
E16	28.A.1	“Esta é uma legislação que é imperativa aplicar a todo e qualquer produto florestal, uma vez que nos permite, de uma forma fácil, estabelecer uma cadeia de custódia do produto em causa (...)É uma legislação que facilita inclusivamente o trabalho das autoridades em matéria de fiscalização, na estrada por exemplo”
E17	28.A.1	“É extremamente importante criar um enquadramento semelhante, como já referi anteriormente”

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)

APÊNDICE J – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

J.1. Análise da 2.^a parte do questionário - Caracterização dos inquiridos

Tabela n.º 15 – Localização das propriedades dos inquiridos

Distrito	Distrito de Castelo Branco	Distrito de Évora	Distrito de Portalegre	Distrito de Setúbal	Total/%
Frequência	11	14	17	26	68
%	16,2%	20,6%	25%	38,2%	100%

Fonte: Elaboração própria

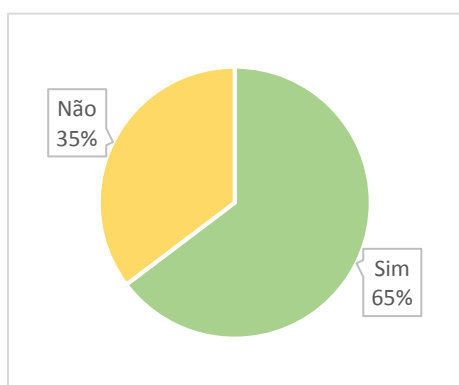


Gráfico n.º 10 – Produtores associados

Fonte: Elaboração própria

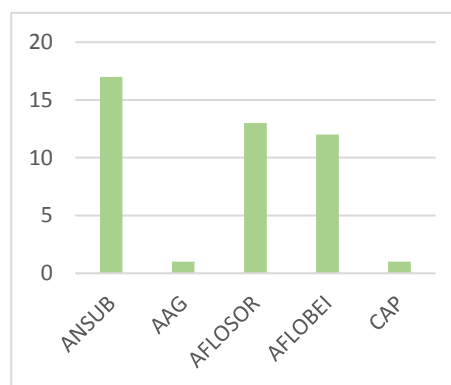


Gráfico n.º 11 – Associações às quais pertencem

Fonte: Elaboração própria

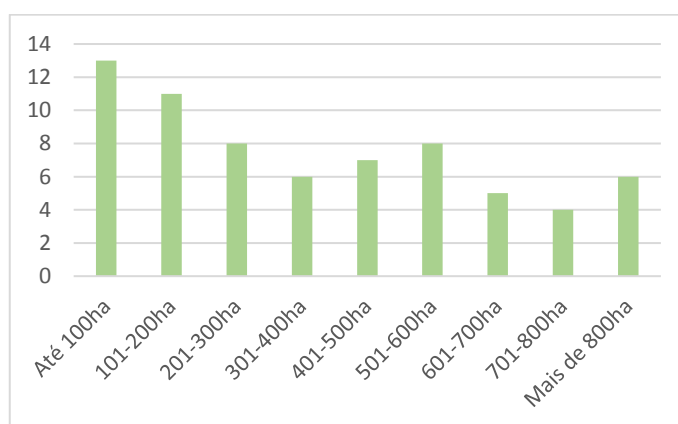


Gráfico n.º 12 – Dimensões das propriedades

Fonte: Elaboração própria

J.2. Análise da 3.^a parte do questionário – Questões

Questão 2.1

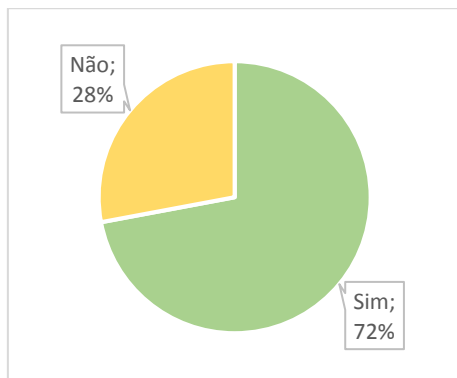


Gráfico n.º 13 – Análise da questão 2.1

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 16- Análise da questão 2.1

	Frequência	%
Sim	49	72,1
Não	19	27,9
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.2

Tabela n.º 17 – Análise da questão 2.2

	Anterior 2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total/%
Primavera	13	2	3	6	5	6	5	40 (37,0%)
Verão	15	4	5	3	7	17	10	61 (56,5%)
Outono	0	1	0	1	0	1	0	3 (2,8%)
Inverno	0	0	0	1	1	2	0	4 (3,7%)
Total/%	28 (25,9%)	7 (6,5%)	8 (7,4%)	11 (10,2%)	13 (12,0%)	26 (24,1%)	15 (13,9%)	108 (100%)

Fonte: Elaboração própria

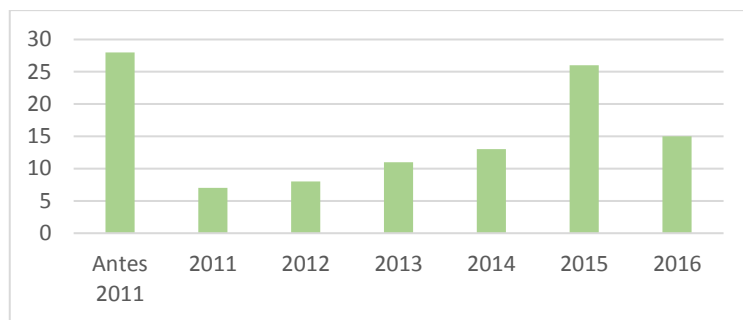


Gráfico n.º 14- Análise da questão 2.2

Fonte: Elaboração própria

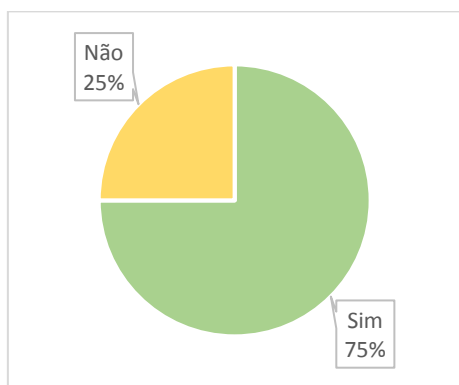
Questão 2.3

Gráfico n.º 15 – Análise da questão 2.3

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 18 - Análise da questão 2.3

	Frequência	%
Sim	51	75,0
Não	17	25,0
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.4

Tabela n.º 19- Análise da questão 2.4

	Anterior 2011	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Primavera	5	6	4	4	6	8	9	42 (32,6%)
Verão	9	5	7	6	14	24	18	83 (64,3%)
Outono	0	0	0	0	0	0	1	1 (0,8%)
Inverno	0	0	0	0	0	0	3	3 (2,3%)
Total/%	14 (10,9%)	11 (8,5%)	11 (8,5%)	10 (7,7%)	20 (15,5%)	32 (24,8%)	31 (24,0%)	129 (100%)

Fonte: Elaboração própria

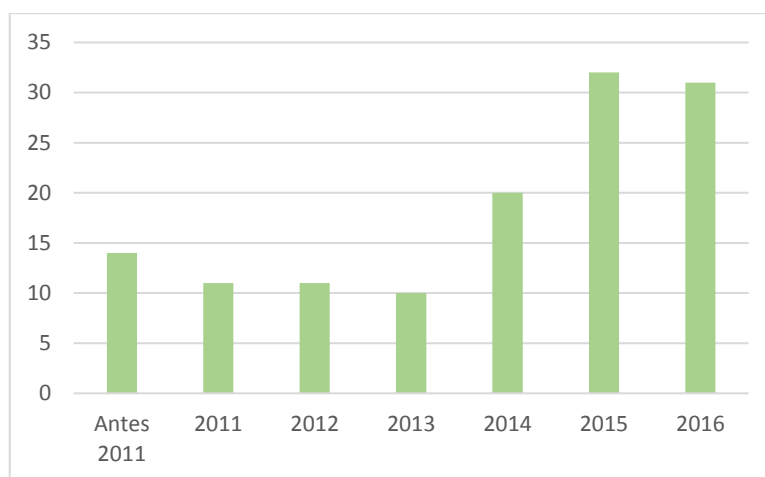
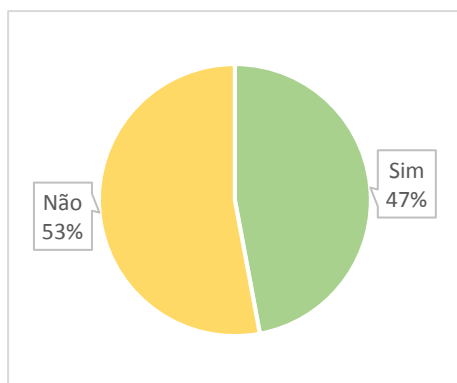


Gráfico n.º 16 - Análise da questão 2.4

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.5

Tabela n.º 20- Análise da questão 2.5



	Frequência	%
Sim	32	47,1
Não	36	52,9
Total	68	100,0

Gráfico n.º 17 – Análise da questão 2.5

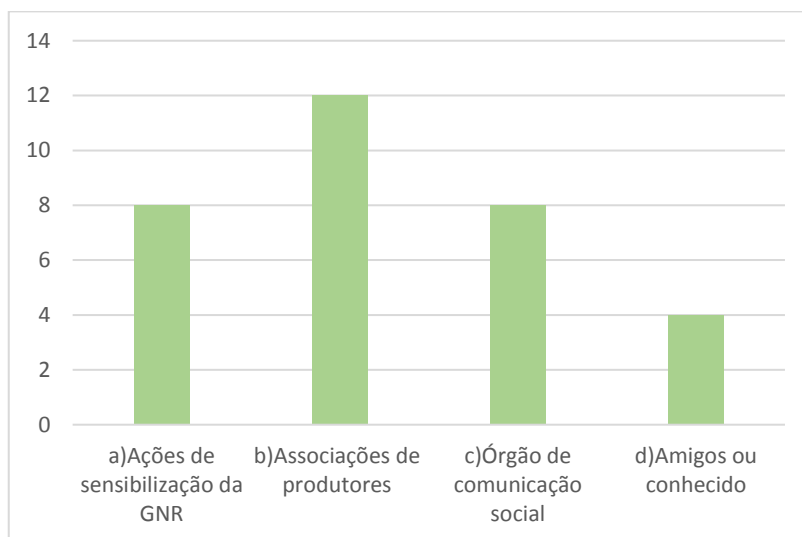
Fonte: Elaboração própria

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 21- Análise da questão 2.5 por localização das propriedades

	Zonas abarcadas pelo programa	Outras zonas	Total/%
Tem conhecimento	18	14	32 (47,1%)
Não tem conhecimento	7	29	36 (52,9%)
Total/%	25 (36,8%)	43 (63,2%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

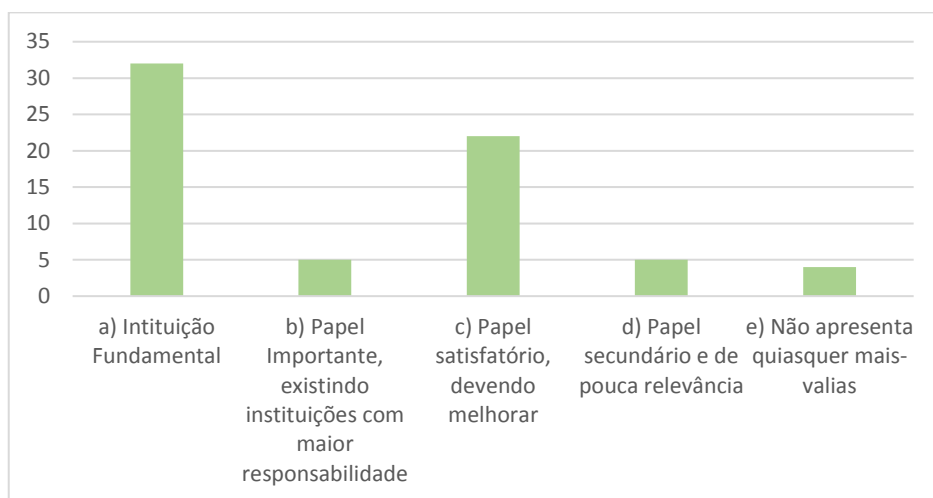
Questão 2.6**Gráfico n.º 18-** Análise da questão 2.6

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 22- Análise da questão 2.6

	Frequência	%
a)	8	25,0
b)	12	37,5
c)	8	25,0
d)	4	12,5
Total	32	100,0

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.7**Gráfico n.º 19 - Análise da questão 2.7****Fonte:** Elaboração própria**Tabela n.º 23 - Análise da questão 2.7**

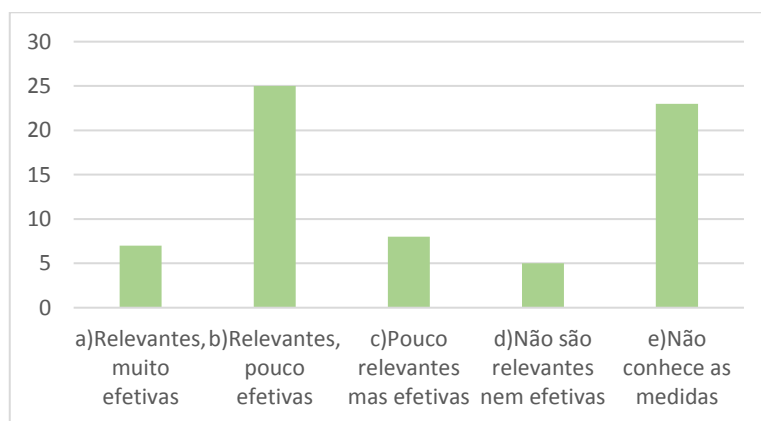
	Frequência	%
a)	32	47,1
b)	5	7,4
c)	22	32,4
d)	5	7,4
e)	4	5,9
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 24- Análise da questão 2.7 por localização das propriedades

	Zonas abrangida pelo programa “Cortiça Segura”	Zonas abrangida pelas medidas do DTer Montemor	Outras Áreas	Total/%
Instituição fundamental	13	6	13	32 (47,1%)
Assume papel importante	1	4	0	5 (7,3%)
Assume papel satisfatório	9	2	11	22 (32,4%)
Assume papel secundário	1	0	4	5 (7,3%)
Não apresenta mais-valia	1	0	3	4 (5,9%)
Total/%	25 (36,8%)	12 (17,6%)	31 (45,6%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.8**Gráfico n.º 20 -** Análise da questão 2.8

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 25 - Análise da questão 2.8

	Frequência	%
a)	7	10,3
b)	25	36,8
c)	8	11,8
d)	5	7,4
e)	23	33,8
Total	68	100,0

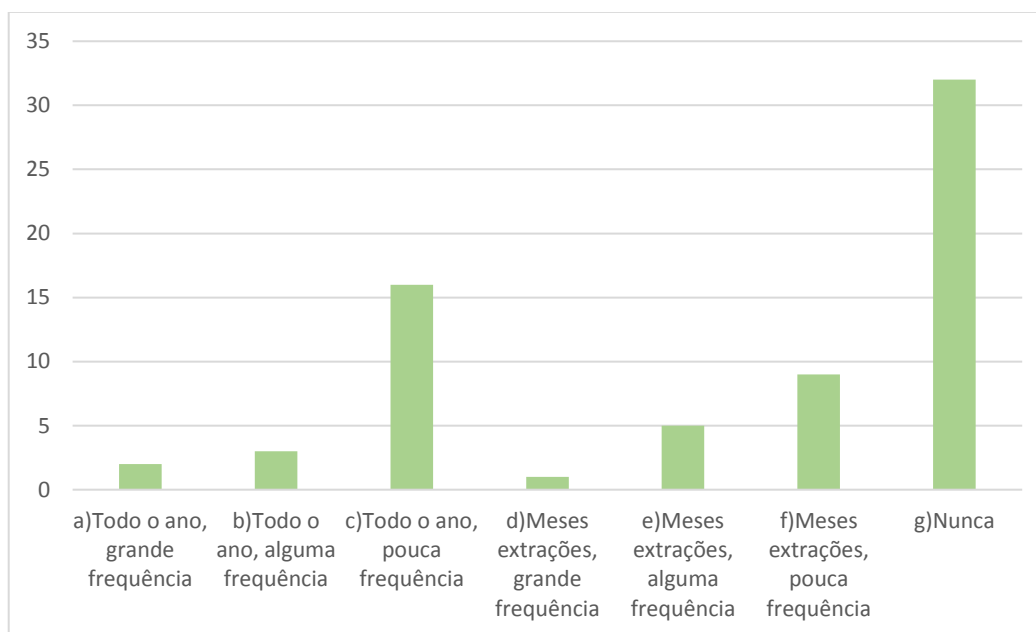
Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 26 - Análise da questão 2.8 por localização das propriedades

	Zonas abarcada pelo programa “Cortiça Segura”	Zonas abarcada pelas medidas do DTer Montemor	Outras Áreas	Total/%
Relevantes e efetivas	4	2	1	7 (10,3%)
Relevantes e pouco efetivas	12	6	7	25 (36,8%)
Não relevantes mas com alguma efetividade	3	2	3	8 (11,8%)
Não relevantes nem efetivas	1	0	4	5 (7,3%)
Não conhece as medidas	5	2	16	23 (33,8%)
Total/%	25 (36,8%)	12 (17,6%)	31 (45,6%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.9

**Gráfico n.º 21**- Análise da questão 2.9

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 27 - Análise da questão 2.9

	Frequência	%
a)	2	2,9
b)	3	4,4
c)	16	23,5
d)	1	1,5
e)	5	7,4
f)	9	13,2
g)	32	47,1
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 28 - Análise da questão 2.9 por localização das propriedades

	Zonas abarcada pelo programa “Cortiça Segura”	Zonas abarcada pelas medidas do DTer Montemor	Outras Áreas	Total/%
Todo o ano, grande frequência	1	1	0	2 (2,9%)
Todo o ano, alguma frequência	2	1	0	25 (4,4%)
Todo o ano, pouca frequência	4	3	9	16 (23,5%)
Meses das extrações, grande frequência	1	0	0	1 (1,5%)
Meses das extrações, alguma frequência	0	5	0	5 (7,4%)
Meses das extrações, pouca frequência	8	1	0	9 (13,2%)
Nunca se avistam patrulhas	9	1	22	32 (47,1%)
Total/%	25 (36,8%)	12 (17,6%)	31 (45,6%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

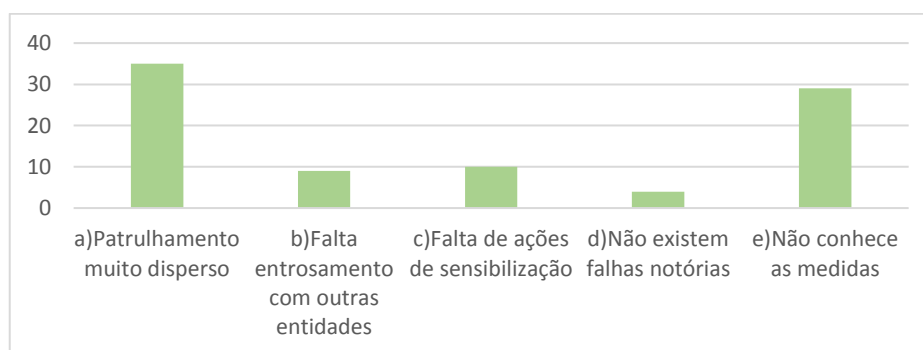
Questão 2.10

Gráfico n.º 22 - Análise da questão 2.10

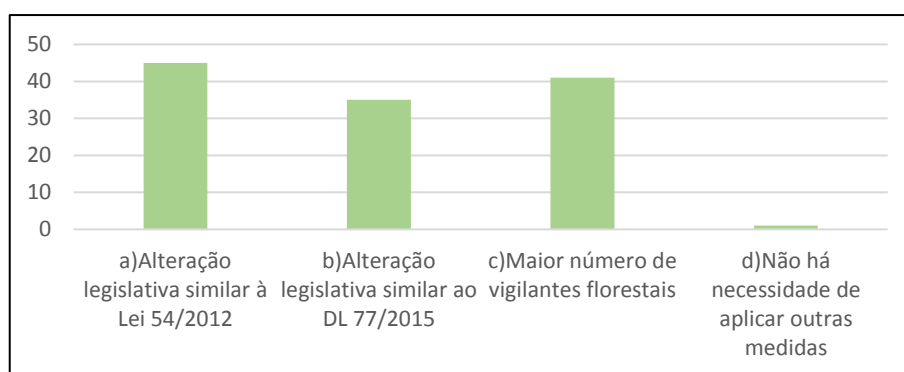
Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 29 - Análise da questão 2.10

	Frequência	%	% de casos
a)	35	40,2	51,5
b)	9	10,3	13,2
c)	10	11,5	14,7
d)	4	4,6	5,9
e)	23	33,3	42,6
Total	87	100,0	127,9

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.11

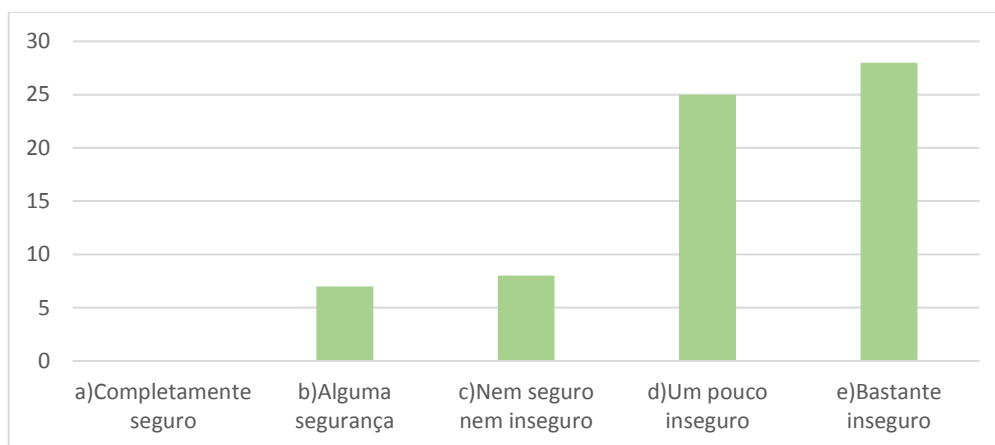
**Gráfico n.º 23** - Análise da questão 2.11

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 30 - Análise da questão 2.11

	Frequência	%	% de casos
a)	45	36,9	66,2
b)	35	28,7	51,5
c)	41	33,6	60,3
d)	1	0,8	1,5
Total	122	100,0	179,4

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.12**Gráfico n.º 24** - Análise da questão 2.12

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 31 - Análise da questão 2.12

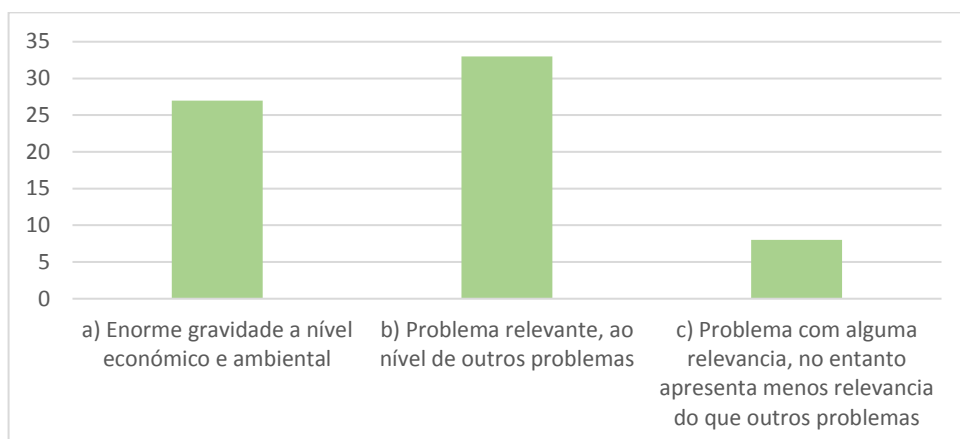
	Frequência	%
a)	0	0,0
b)	7	10,3
c)	8	11,8
d)	25	36,8
e)	28	41,2
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 32 - Análise da questão 2.12 por localização das propriedades

	Zonas abarcada pelo programa "Cortiça Segura"	Zonas abarcada pelas medidas do DTer Montemor	Outras Áreas	Total/%
Completamente seguro	0	0	0	0 (0%)
Algum grau de segurança	4	2	1	7 (10,3%)
Nem seguro nem inseguro	1	5	2	8 (11,8%)
Um pouco inseguro	7	5	13	25 (36,8%)
Bastante inseguro	13	0	15	28 (41,2%)
Total/%	25 (36,8%)	12 (17,6%)	31 (45,6%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.13**Gráfico n.º 25 - Análise da questão 2.13**

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 33 - Análise da questão 2.13

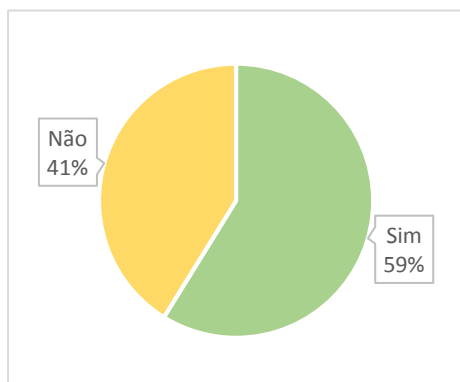
	Frequência	%
a)	4	5,9
b)	26	38,2
c)	14	20,6
d)	1	1,5
e)	23	33,8
Total	122	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 34 - Análise da questão 2.13 por localização das propriedades

	Zonas abarcada pelo programa "Cortiça Segura"	Zonas abarcada pelas medidas do DTer Montemor	Outras Áreas	Total/%
Aumentaram bastante	4	0	0	4 (5,9%)
Aumentaram um pouco	12	9	5	26 (38,2%)
Não alteraram em nada	3	1	10	14 (20,6%)
Diminuíram um pouco	1	0	0	1 (1,5%)
Não conhece as medidas	5	2	16	23 (33,8%)
Total/%	25 (36,8%)	12 (17,6%)	31 (45,6%)	68 (100%)

Fonte: Elaboração própria

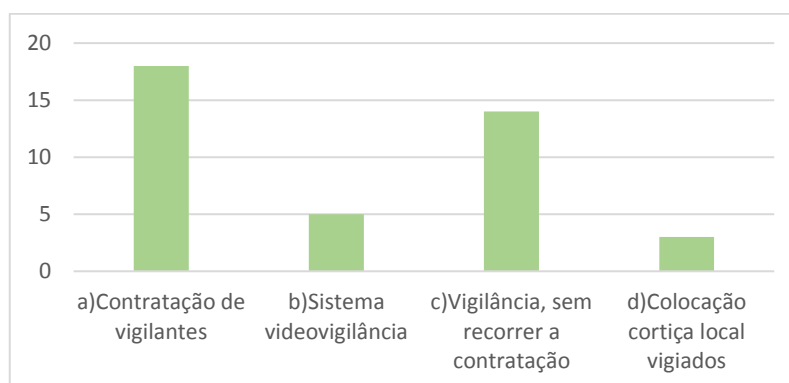
Questão 2.14**Gráfico n.º 26 - Análise da questão 2.14**

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 35 - Análise da questão 2.14

	Frequência	%
Sim	40	58,8
Não	28	41,2
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

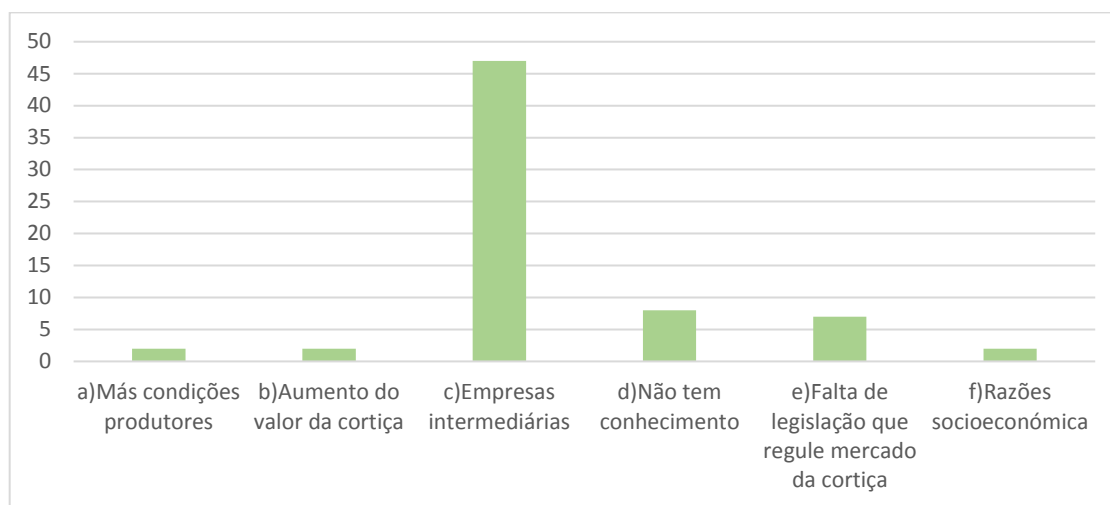
Questão 2.15**Gráfico n.º 27 - Análise da questão 2.15**

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 36 - Análise da questão 2.15

	Frequência	%
a)	18	45,0
b)	5	12,5
c)	14	35,0
d)	3	7,5
Total	40	100,0

Fonte: Elaboração própria

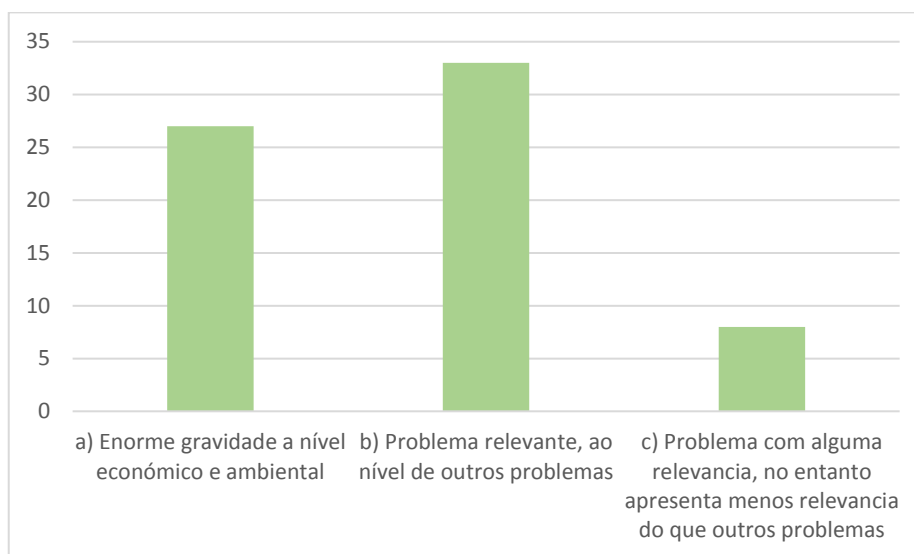
Questão 2.16**Gráfico n.º 28 - Análise da questão 2.16**

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 37 - Análise da questão 2.16

	Frequência	%
a)	2	2,9
b)	2	2,9
c)	47	69,1
d)	8	11,8
e)	7	10,3
f)	2	2,9
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

Questão 2.17**Gráfico n.º 29** - Análise da questão 2.17

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 38 - Análise da questão 2.17

	Frequência	%
a)	27	39,7
b)	33	48,5
c)	8	11,8
Total	122	100,0

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A – CICLO VIRTUOSO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

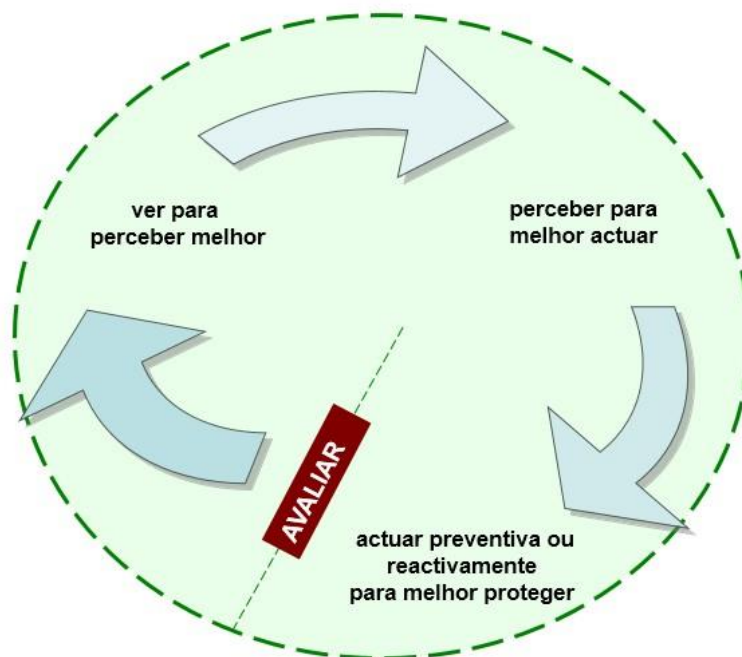


Figura n.º 8 - Ciclo virtuoso de uma política pública

Fonte: Machado, P. (2009). *Uma análise sociológica de algumas questões relativas à segurança pública. Evolução e principais tendências em Portugal*. Direção Geral da Administração- Ministério da Administração Interna

ANEXO B – PAÍSES EXPORTADORES DE CORTIÇA

PAÍSES EXPORTADORES EXPORTING COUNTRIES	MILHÕES MILLION €	QUOTA DO PAÍS (%) COUNTRY SHARE (%)
PORTUGAL* PORTUGAL*	897,2	62,7%
ESPAÑA SPAIN	229,3	16,0%
FRANÇA FRANCE	67,0	4,7%
ITÁLIA ITALY	48,4	3,4%
ALEMANHA GERMANY	28,8	2,0%
EUA USA	27,8	1,9%
CHINA CHINA	20,2	1,4%
MARROCOS MOROCCO	19,2	1,3%
CHILE CHILE	8,4	0,6%
ÁUSTRIA AUSTRIA	7,2	0,5%
OUTROS OTHER	77,3	5,5%
TOTAL	1.430,8	100%

Figura n.º 9 – Países exportadores de cortiça

Fonte: União da Floresta Mediterrânica [UNAC] (2013). *Estudo de Determinação dos Pontos de Valor Acrescentado da Fileira da Cortiça*. Lisboa: UNAC.

ANEXO C – EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CORTIÇA PAGA À PRODUÇÃO

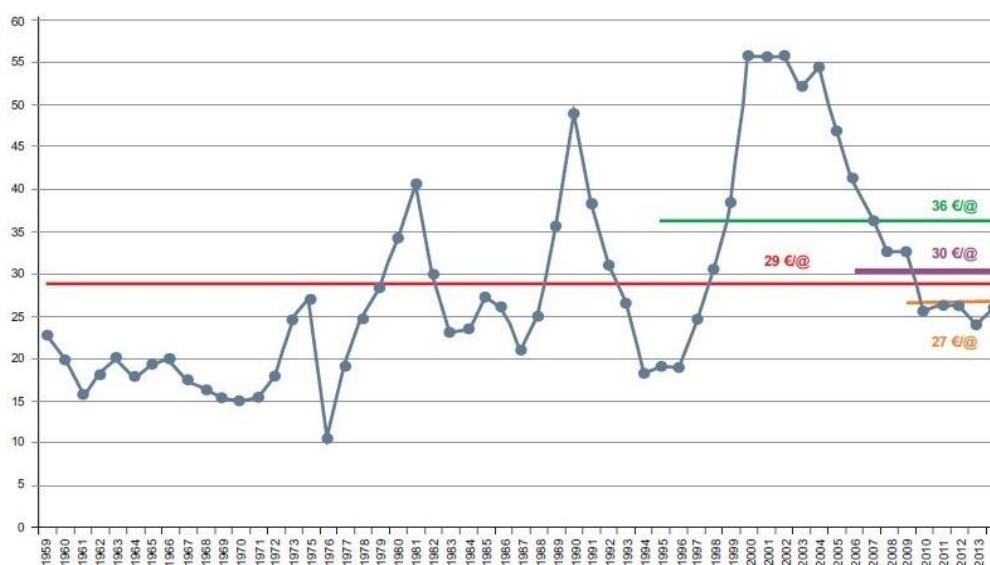


Figura n.º 10 - Evolução do preço da cortiça paga à produção no período 1959-2013

Fonte: União da Floresta Mediterrânica [UNAC] (2013). *Estudo de Determinação dos Pontos de Valor Acrescentado da Fileira da Cortiça*. Lisboa: UNAC

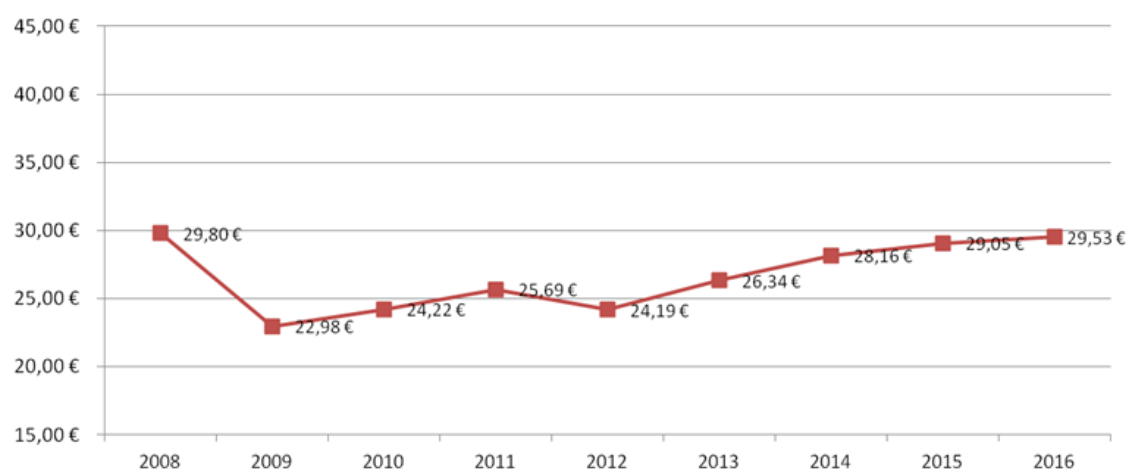


Figura n.º 11 - Evolução do preço da cortiça paga à produção no período 2008-2016

Fonte: UNAC

ANEXO D – ÁREAS DE MONTADO DE SOBRO EM PORTUGAL

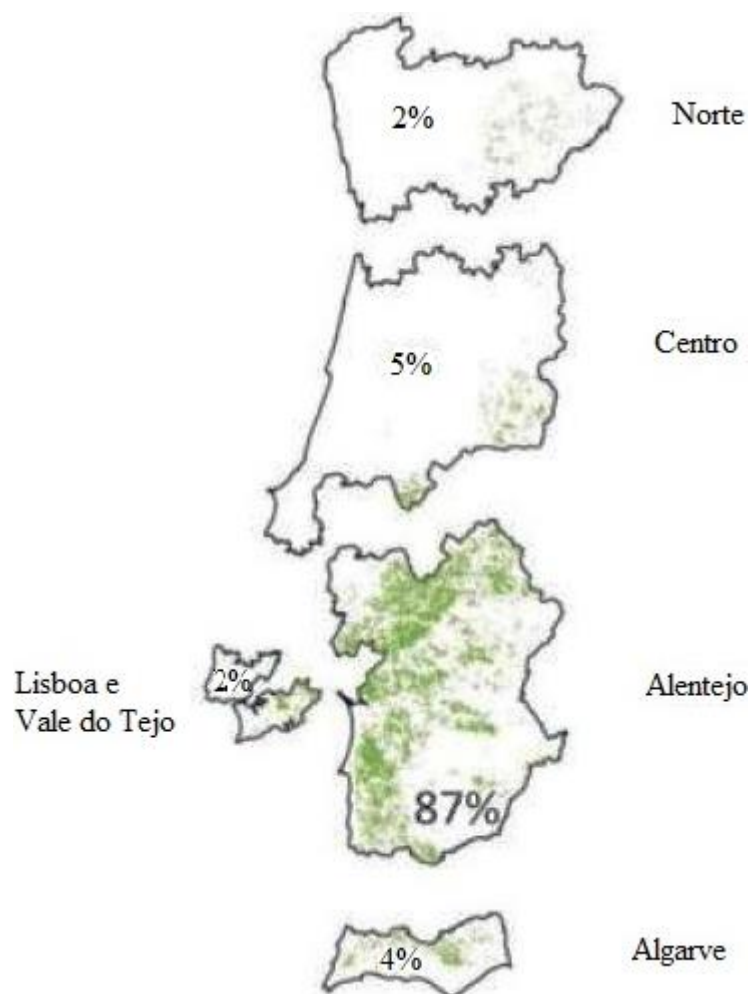



Figura n.º 12 – Áreas de montado de sobro em Portugal

Fonte: União da Floresta Mediterrânica [UNAC] (2013). *Estudo de Determinação dos Pontos de Valor Acrescentado da Fileira da Cortiça*. Lisboa: UNAC

ANEXO E – FORMULÁRIO DE REGISTO DE PROPRIEDADE



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE _____
POSTO TERRITORIAL DE _____

Registo n.º _____

FORMULÁRIO DE REGISTO DE PROPRIEDADE/LOCAL DE ARMAZENAMENTO

A preencher pela GNR:

Propriedade Florestal ☐ **Local de Armazenamento de Cortiça** ☐

Zona de Acção: PTer _____ Freguesia: _____

Concelho: _____ Formulário recebido em ____/____/____

N.º e Nome do Militar que recebeu _____

Obs.: _____

A preencher pelo Requerente:

Nome (Requerente): _____

Morada (Requerente): _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

BI/CC: _____ Contacto telefónico (disponibilidade 24H): _____

É o proprietário? Sim ☐ Não ☐ Em caso negativo, qual a condição/posição? _____

Nome da Propriedade/Local de Armazenamento: _____

Local/Região onde se insere: _____

Coordenadas GPS (*Google Earth*): _____

Principais acessos rodoviários: _____

Possui vigilantes, zeladores ou outros funcionários na propriedade? Sim ☐ Não ☐ Em caso afirmativo:

Nome: _____

BI/CC: _____ Contacto telefónico (disponibilidade 24H): _____

Nome: _____

BI/CC: _____ Contacto telefónico (disponibilidade 24H): _____

Nome: _____

BI/CC: _____ Contacto telefónico (disponibilidade 24H): _____

Outras informações úteis: _____

_____, ____/____/____

Assinatura do Requerente

Conforme BI/CC

Figura n.º 13 – Formulário de Registo de Propriedade

Fonte: DTer Santiago do Cacém

ANEXO F – VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Tabela n.º 39 – Verificação das hipóteses

Valor da variável (χ)	Hipótese
$\chi = 100 \%$	Totalmente verificada
$80\% \leq \chi < 100 \%$	Verificada
$50\% \leq \chi < 80 \%$	Parcialmente verificada
$0\% \leq \chi < 50 \%$	Não verificada
$\chi = 0 \%$	Totalmente não verificada

Fonte: Sarmiento (2013, p. 15)